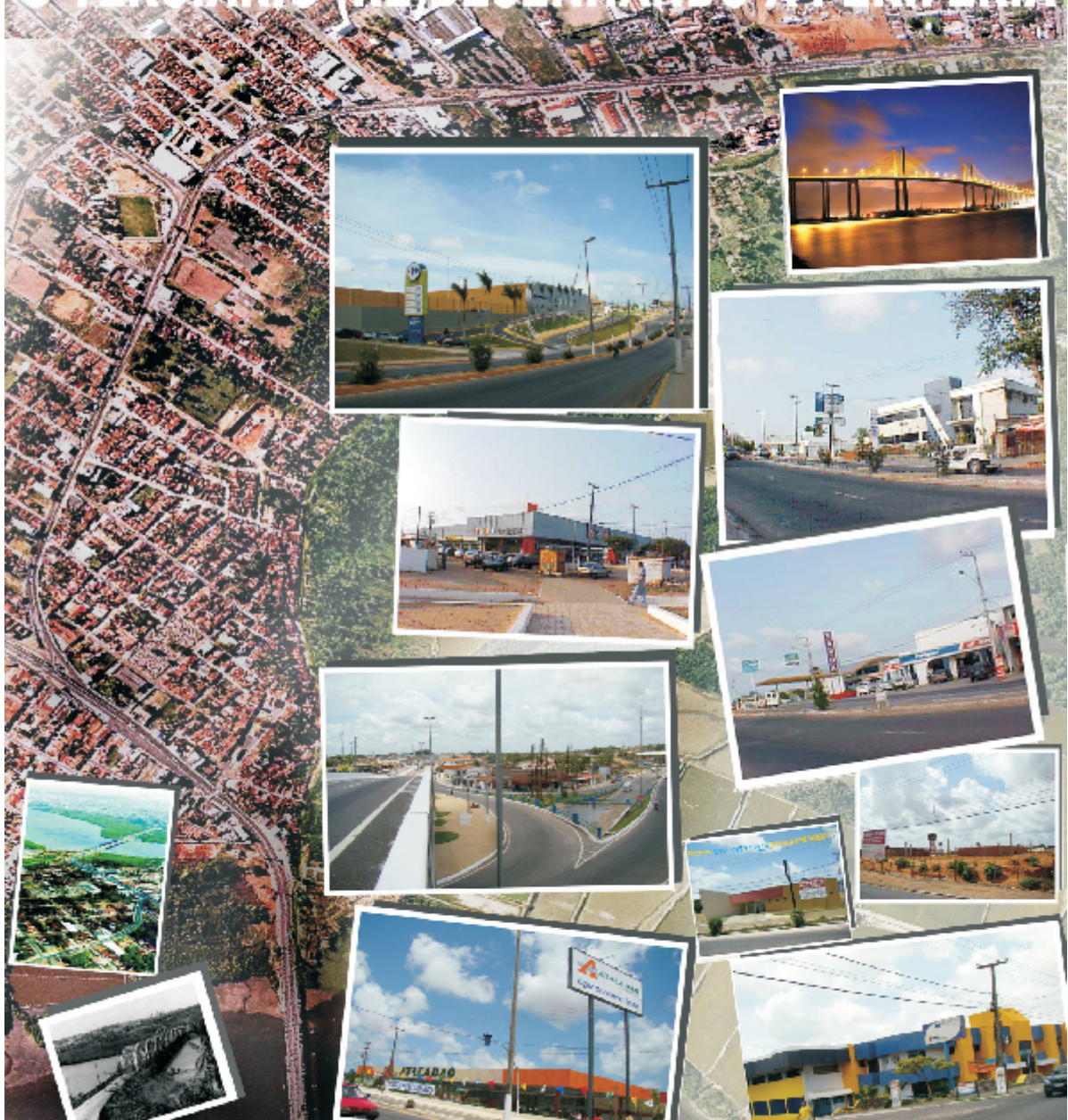


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
E URBANISMO

ROSA DE FÁTIMA SOARES DE SOUZA

O TERCIÁRIO (RE)DESENHANDO A PERIFERIA



NATAL - RN
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROSA DE FÁTIMA SOARES DE SOUZA

O TERCIÁRIO (RE) DESENHANDO A PERIFERIA:

A Região Administrativa Norte de Natal/RN, na última década do século XX,
servicializada na Av. Dr. João Medeiros Filho.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo. Área de Concentração: Forma
Urbana e Habitação

Orientadora: Prof^a Dra. Amadja Henrique Borges.

Natal/RN
2008

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Souza, Rosa de Fátima Soares de.

O terciário (re) desenhando a periferia: a região administrativa norte de Natal/RN, na última década do século XX, servicializada na Av. Dr. João Medeiros Filho / Rosa de Fátima Soares de Souza, - Natal [RN], 2008.

161 f.

Orientador: Amadja Henrique Borges.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

1.Arquitetura – Dissertação. 2. Configuração urbana – Dissertação. 2.Periferia – Região Norte de Natal – Dissertação. 4. terciário – Dissertação. I. Borges, Amadja Henrique. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 72 (043.3)

ROSA DE FÁTIMA SOARES DE SOUZA

O TERCÍARIO (RE) DESENHANDO A PERIFERIA:
A Região Administrativa Norte de Natal/RN, na última década do século XX,
servicializada na Av. Dr. João Medeiros Filho.

APROVADA EM: 25/03/2008.

BANCA

Profª Dra. Amadja Henrique Borges(Orientadora)
(UFRN)

Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinoco
(UFRN)

Profª Dra. Soraia Maria do Socorro Carlos Vidal
(UNISANTOS)

Dedico este trabalho aos responsáveis pela minha gênese,
que hoje habitam outra esfera existencial.

E aos estudiosos da Cidade. Sonhadores do possível.
Façamos a nossa parte, sem perder o eixo!.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o acolhimento por parte de Amadja Henrique Borges, mais que orientadora, uma grande amiga, que com todos os meus desvios de eixos acreditou na realização do trabalho;

A Aljacyra Petit amiga de todas as horas, e co-orientadora voluntária;

A Angela Lucia que fez parte do lançamento da pedra fundamental, na construção da dissertação;

Aos professores do PPGAU, pelos ensinamentos transmitidos;

Agradeço a Cláudio Castilho intelectual desprendido, que me abriu as portas para a compreensão do terciário;

As amigas Ruth Ataíde e Soraia, pela força constante;

A João Galvão *thanks a lot*;

As equipes do SEBRAE/RN e Arquivo Geral do Município, pelas valiosas informações;

Aos amigos da SEMURB, STTU e SETHAS, pelas informações, apoio, e acima de tudo pela disponibilidade sempre;

Aos entrevistados, mesmo com agendas cheias, disponibilizaram um tempo para me fornecerem importantes informações;

Aos colaboradores Cecília, Márcio, Marcílio, Tânia e Emerson, com vocês caminhar no eixo foi muito mais tranquilo;

Aos amigos invisíveis obrigada pela energia transmitida;

Agradeço a Ana Maria, pelo carinho e paciência ao compartilhar a jornada de construção da dissertação;

A minha família pela cotidiana paciência;

Aos autores lidos, que me alimentaram de conhecimentos valiosos;

A Região Administrativa Norte locus dos meus sonhos acadêmicos;

E a todos que direta ou indiretamente torceram por mim na elaboração da dissertação.

Muito obrigada!

REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE

O outro lado
Da mesma cidade.
Natal se entende
O espaço urbano se estende

O rio separa
As pontes os unem

Uma Zona ao Norte que cresce
Segregação esmaece!
O desenvolvimento acontece?

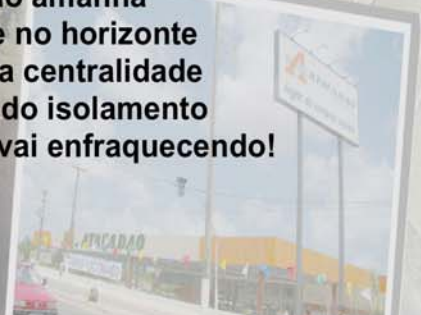
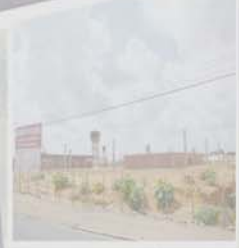
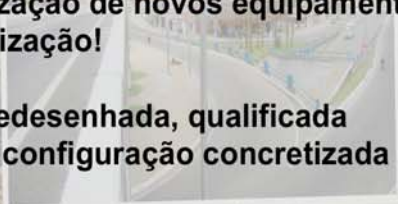
A Região Administrativa Norte, antiga passagem
Veraneio de Natal...
Conjuntos habitacionais em profusão!
Laboratório de profícua investigação

Hoje, comércio e serviços sendo a direção
O terciário floresce
Redefinindo a relação centro/periferia
Numa crescente interação

A Av. Dr. João Medeiros Filho
Seu eixo indutor aponta para o futuro
Cortando e unindo a região em ebulição
Estabelecendo localização e acessibilidade
Na materialização de novos equipamentos
É a servicialização!

A periferia redesenhada, qualificada
É uma nova configuração concretizada

Percorrendo suas vias
Em direção ao amanhã
Vislumbra-se no horizonte
Um nascer da centralidade
E no arrebol do isolamento
O estigma... vai enfraquecendo!



RESUMO

O terciário vem (re) definindo e (re) qualificando espaços urbanos de forma impactante nas cidades, introduzindo novos elementos para a discussão da relação centro/periferia. Em Natal, enquanto atividade econômica motor de seu desenvolvimento, adapta-se às novas necessidades do capital, expandindo-se, materializando-se através de diversos processos e formas espaciais. Objetivamos analisar um desses processos, que tem levado sua Região Administrativa Norte a (re) definir o desenho de seu espaço urbano, pelas ações desenvolvidas via agentes envolvidos com a espacialização das atividades terciárias, ao mesmo tempo em que redimensiona o seu papel como periferia de Natal, contribuindo para o estudo das recentes e crescentes transformações das capitais brasileiras. A região estudada corresponde a 39,4% da área municipal e até recentemente era composta por precários espaços de reprodução, desprovida de atividades econômicas relevantes. Após o *boom* da construção de extensos conjuntos habitacionais via SFH/BNH, gradativamente deixou de ser área dependente, e se impõe como região economicamente participativa, com ampliação dos setores de comércio e prestação de serviços, assim como lugar propício para o surgimento de novas atividades. Seus reflexos são perceptíveis na configuração espacial concretizada. Como principal via indutora das mudanças, a Av. Dr. João Medeiros Filho apresenta essas novas tendências na produção do espaço intraurbano, concentrando os equipamentos de bens e serviços de maior porte da região, através de investimentos da iniciativa privada e setor público, que garantem a alocação de capital na construção de uma nova centralidade.

Palavras-chave: Configuração urbana. Periferia. Terciário. Centralidade.

ABSTRACT

The tertiary sector has been (re)defining and (re)qualifying, in an impacting way, the urban spaces in the cities, introducing new elements for the discussion of the relationship center/periphery. In Natal, as an inducing economic activity of its development, it conforms to the new needs of the capital, expanding, being materialized through several processes and spatial forms. We aim at analyzing one of those processes, which has taken its Northern Administrative Area to (re)define the design of its urban space, through the actions developed by the agents involved with the spatialization of the tertiary activities, at the same time as it redimensions its role as a periphery of Natal, contributing to the study of the recent and growing transformations of the Brazilian capitals. The studied district corresponds to 39.4% of the municipal area and, until recently, was composed by precarious reproduction spaces, unprovided of relevant economical activities. After the boom of the development of extensive housing complexes by SFH/BNH, the area, gradually stopped being a dependent area, and it imposed itself as an economically participant region, with the increase of the trade and services sectors, as well as a favorable place for the appearance of new activities. Its reflexes are noticeable in the achieved spatial configuration. As the main road to induct changes, Dr. João Medeiros Filho Avenue presents these new tendencies in the production of the intraurban space, concentrating the largest goods and services equipments of the area, through investments of the private and public sectors, which guarantee the capital allocation for the construction of a new centrality.

Keywords: Urban configuration. Periphery. Tertiary sector. Centrality.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1- Mapa da Região Metropolitana de Natal-Abrangência Territorial | 31 |
| Figura 2- Mapa do Município de Natal/RN. Destaque de bairros no início da ocupação do Município..... | 34 |
| Figura 3- Mapa do Município de Natal – Divisão dos bairros por Região Administrativa..... | 37 |
| Figura 4- Mapa da Região Administrativa Norte de Natal/RN – Divisão de Bairros e Vias principais..... | 39 |
| Figura 5- Foto de Entidade Comunitária no bairro de Igapó..... | 40 |
| Figura 6- Foto aérea antiga do bairro da Redinha..... | 41 |
| Figura 7- Foto aérea do bairro da Redinha. Ano: 2000..... | 42 |
| Figura 8- Foto da ponte velha de Igapó..... | 43 |
| Figura 9: Foto da ponte “nova” de Igapó. Ano:1990. | 43 |
| Figura 10- Foto do Complexo viário – Prof. Ulisses de Góis. Ano:2002..... | 44 |
| Figura 11- Mapa esquemático - Percurso do trem em parte da Região Metropolitana de Natal/RN. Destaque na Região Administrativa Norte de Natal. Ano: 2007..... | 45 |
| Figura 12- Foto do Terminal de Integração – Bairro Potengi (conjunto habitacional Soledade II). Ano:2002..... | 46 |
| Figura 13- Foto do conjunto habitacional Santa Catarina, em construção. Ano:1976..... | 49 |
| Figura 14- Foto aérea do conjunto habitacional Alvorada. Ano: 1994..... | 51 |
| Figura 15- Mapa da Região Administrativa Norte – Conjuntos Habitacionais..... | 52 |
| Figura 16- Foto aérea da entrada da Região Administrativa Norte após a ponte de Igapó. Ano:1999..... | 56 |
| Figura 17- Mapa da Região Administrativa Norte de Natal, com a representação das linhas de transporte coletivo. Ano: 2000..... | 159 |
| Figura 18- Foto Clínica Médica na av. Dr. João Medeiros Filho. Ano: 2000..... | 58 |
| Figura 19- Foto Estabelecimento de Ensino na av. Dr. João Medeiros Filho. Ano: 2000..... | 58 |
| Figura 20- Mapa da Região Administrativa Norte – Destaque área de estudo..... | 140 |
| Figura 21- Foto Complexo Comercial na av. Dr. João Medeiros Filho. Ano: 2000..... | 59 |
| Figura 22- Foto Concessionária de motocicletas na av. Dr. João Medeiros Filho. Ano: 2000..... | 59 |
| Figura 23- Foto da rua Bel.Tomáz Landim / início da Av. Dr. João Medeiros Filho(2000).... | 60 |

| | |
|---|-----|
| Figura 24- Matéria publicada em Jornal local sobre o movimento de Emancipação da Região Administrativa Norte de Natal. Data: 12 /01/1992..... | 64 |
| Figura 25- Mapa com distribuição geral das Empresas Comerciais, de Serviços e Industriais em atividade na R A Norte de Natal/RN, antes e durante a década de 1990. Ano: 2000..... | 157 |
| Figura 26- Mapa da Região Administrativa Norte de Natal/RN. Informações Gerais. Ano: 2000..... | 120 |
| Figura 27- Mapa geral de uso e ocupação do solo da Av. Dr. João Medeiros Filho. Ano: 2000./ 2008..... | 121 |
| Figura 28- Mapa da análise sintática da Região Administrativa Norte de Natal. Ano: 2000..... | 122 |
| Figura 29- Mapa do Município de Natal –Destaque Região Administrativa Norte de Natal. Atividade Empresarial por bairro .Ano: 2006..... | 160 |
| Figura 30- Mapa do Município de Natal –Destaque Região Administrativa Norte de Natal. Rendimento Médio Mensal por bairro .Ano: 2006..... | 161 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1- Tipo de Uso x Ano..... | 98 |
| Gráfico 2- Tipo de Uso x Bairro..... | 99 |
| Gráfico 3- Tipo de Alvará x Freqüência | 100 |
| Gráfico 4- Tipo de Uso Anterior x Freqüência..... | 101 |
| Gráfico 5- Liberação de Alvará por Bairro x Freqüência..... | 102 |
| Gráfico 6- Tipo de Uso x Freqüência..... | 103 |
| Gráfico 7- Uso Misto x Freqüência..... | 104 |
| Gráfico 8- Tipo de Alvará x Ano de 1991..... | 142 |
| Gráfico 9- Tipo de Alvará x Ano de 1992 | 142 |
| Gráfico 10- Tipo de Alvará x Ano de 1993..... | 143 |
| Gráfico 11- Tipo de Alvará x Ano de 1994..... | 143 |
| Gráfico 12- Tipo de Alvará x Ano de 1995..... | 144 |
| Gráfico 13- Tipo de Alvará x Ano de 1996..... | 144 |
| Gráfico 14- Tipo de Alvará x Ano de 1997..... | 145 |
| Gráfico 15- Tipo de Alvará x Ano de 1998..... | 145 |
| Gráfico 16- Tipo de Alvará x Ano de 1999..... | 146 |
| Gráfico 17- Tipo de Alvará x Ano de 2000..... | 146 |
| Gráfico 18- Tipo de Alvará x Bairro Igapó..... | 147 |
| Gráfico 19- Tipo de Alvará x Bairro Potengi..... | 147 |
| Gráfico 20- Tipo de Alvará x Bairro Nossa Senhora da Apresentação..... | 148 |
| Gráfico 21- Tipo de Alvará x Bairro Pajuçara..... | 148 |
| Gráfico 22- Tipo de Alvará x Bairro Redinha..... | 149 |
| Gráfico 23- Tipo de Alvará x Bairro Lagoa Azul..... | 149 |
| Gráfico 24- Tipo de Uso – Residencial..... | 150 |
| Gráfico 25- Tipo de Uso – Comercial..... | 150 |
| Gráfico 26- Tipo de Uso – Serviço..... | 151 |
| Gráfico 27- Tipo de Uso – Industrial..... | 152 |
| Gráfico 28- Tipo de Uso – Institucional..... | 152 |
| Gráfico 29- Tipo de Uso – Misto..... | 153 |

LISTA DE TABELAS E QUADROS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1- Evolução do Crescimento Populacional de Natal/RN – Período: 1900 / 2000..... | 136 |
| Tabela 2- Taxa de Crescimento Anual por município integrante da Região Metropolitana de Natal – Período: 1991 / 2000..... | 136 |
| Tabela 3- Evolução do Crescimento Populacional das Regiões Administrativas de Natal/RN – Período: 1980 / 2000..... | 137 |
| Tabela 4- Evolução do Crescimento do número de domicílios particulares permanentes nas Regiões Administrativas de Natal/RN –Período: 1980/2000..... | 137 |
| Tabela 5- Tipo de Alvará x Freqüência..... | 100 |
| Tabela 6- Tipo de Uso anterior x Freqüência..... | 101 |
| Tabela 7- Liberação de Alvará por Bairro x Freqüência..... | 102 |
| Tabela 8- Tipo de Uso x Freqüência..... | 103 |
| Tabela 9- Uso Misto x Freqüência..... | 104 |
| Tabela 10- Alvarás Liberados para a Av. Dr. João Medeiros Filho..... | 105 |
| Tabela 11- Alvarás Liberados por Bairro, na Av. Dr. João Medeiros Filho..... | 106 |
| Tabela 12- Tipo de Uso dos Alvarás Liberados para a Av. Dr. João Medeiros Filho..... | 106 |
| Tabela 13- Tipo de Alvarás Liberados para a Av. Dr. João Medeiros Filho..... | 106 |
| Tabela 14-: Situação de Legalidade (CGC) das Empresas em funcionamento na Região Administrativa Norte de Natal/RN. Ano: 2000..... | 108 |
| Tabela 15- Empresas Comerciais em atividade na Região Administrativa Norte de Natal/RN no ano 2000..... | 154 |
| Tabela 16- Empresas Prestadoras de Serviços em atividade na Região Administrativa Norte de Natal/RN no ano 2000..... | 155 |
| Tabela 17- Empresas Industriais em atividade na Região Administrativa Norte de Natal/RN no ano 2000..... | 156 |
| Tabela 18- Empresas em atividades na Região Administrativa Norte de Natal/RN. | |

| | |
|---|-----|
| Ano: 2000..... | 111 |
| Tabela 19- Empresas em atividades na Av. Dr. João Medeiros Filho. Ano:2000..... | 111 |
| Quadro 1- Conjuntos Habitacionais da Região Administrativa Norte de Natal..... | 138 |
| Formulário de Pesquisa – Alvará – PMN..... | 141 |

LISTA DE SIGLAS

AMAZON - Associação dos Moradores da Zona Norte
ASCONAT - Associação dos Comerciantes da zona norte de Natal
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAERN – Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CDL – Clube de Diretores Lojistas
COHAB/RN – Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte
COMPLAM – Conselho Municipal de Planejamento e Meio Ambiente
DER – Departamento de Estradas e Rodagens
ECONATAL – Fundação do Meio Ambiente de Natal
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio do Rio Grande do Norte
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIERN - Federação da Indústria do Rio Grande do Norte
FSP – Jornal Folha de São Paulo
FUNDHAP – Fundação da Habitação Popular
GRPU – Gerência Regional do Patrimônio da União
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
INOCOOP – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
IPLANAT – Instituto de Planejamento Urbano de Natal
PAIH – Plano de Ação Imediata para Habitação
PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PMN – Prefeitura Municipal de Natal
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo
R A Norte - Região Administrativa Norte de Natal/RN
R A Sul - Região Administrativa Sul de Natal/RN
R A Leste - Região Administrativa Leste de Natal/RN
R A Oeste - Região Administrativa Oeste de Natal/RN
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S. A.

SEBRAE/RN – Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte

SEMTAS – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

SEMURB – Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo

SEMOV – Secretaria Municipal de Obras e Viação

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SIN – Secretaria Estadual de Infraestrutura

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil

STTU – Secretaria de Transporte e Tráfego Urbano

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TVU – Televisão Universitária

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

ZA – Zona Adensável

ZEEU – Zona Especial de Expansão Urbana

ZI – Zona Industrial

ZPE – Zona de Processamento de Exportação

ZPM – Zona de Preservação Moderada

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 17 |
| 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 21 |
| 2 NATAL E REGIÕES ADMINISTRATIVAS: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE | 30 |
| 2.1 UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA | 30 |
| 2.2 A CIDADE DIVIDIDA EM REGIÕES ADMINISTRATIVAS | 35 |
| 2.3 A REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE | 38 |
| 2.3.1 A VIA INDUTORA DE MUDANÇAS | 58 |
| 2.4 O MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO | 61 |
| 3 TERCIARIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO INTRA-URBANA | 66 |
| 3.1 A INSERÇÃO DA CIDADE LOCAL NA SOCIEDADE GLOBAL | 66 |
| 3.2 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO AO CENTRO | 74 |
| 3.3 O SETOR TERCIÁRIO NA INDUÇÃO DA (RE)ESTRUTURAÇÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE | 81 |
| 4 DINÂMICA PRODUTIVA E O PROCESSO URBANO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE | 93 |
| 4.1 A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E A DINÂMICA LOCAL | 93 |
| 4.2 A GESTÃO DO PERMITIDO – A CIDADE LEGAL | 96 |
| 4.3 A DINÂMICA DO SETOR TERCIÁRIO – A CIDADE REAL | 107 |
| 5 O REDESENHO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN | 114 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 124 |
| REFERÊNCIAS | 129 |
| APÊNDICES | 136 |
| ANEXOS | 159 |

1. INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A cidade é ao mesmo tempo o lugar da produção e do consumo, e os espaços serão consumidos tanto para a produção de bens e serviços, como para a reprodução da força de trabalho, e para a circulação, permitindo que a troca se realize. (Sposito, 1991).

A decisão de estudar a Região Administrativa Norte de Natal/RN (R A Norte) é decorrente da experiência profissional, onde através de intervenções ou ações nessa área da cidade, vislumbrei a possibilidade ímpar de aprofundar conhecimentos sobre o espaço intraurbano, e por isso um imenso laboratório de instigantes possibilidades.

Com a efervescência do momento de transformações na cidade, a motivação foi ampliada e suscitei a possibilidade de contribuir para o debate das novas periferias urbanas.

A R A Norte teve a intensificação da ocupação do solo, a partir de políticas habitacionais, criadas durante a ditadura militar no Brasil, quando extensos conjuntos habitacionais eram projetados e construídos, de acordo com a oferta de glebas que comportassem o número pré-definidos de unidades habitacionais. Assim, seu território ia sendo ocupado em áreas de origem rural, sem que o Governo Municipal pudesse controlar o processo de organização espacial de sua responsabilidade oficial. Era a época da projeção imposta pelo poder público federal, que definia e controlava os responsáveis pelos demais poderes, os então conhecidos “governadores e prefeitos biônicos”.

Em um primeiro momento década de 1960 / 1970 a R A Norte é composta por imensos vazios urbanos, a partir da década de 1980 é que se inicia o desenho intraurbano pela implantação dos conjuntos habitacionais via Sistema Financeiro de Habitação (SFH) / Banco Nacional de Habitação (BNH). É o começo da malha desordenada, sem continuidade entre empreendimentos no espaço urbano da região. O poder público trata a região, como zona especial de expansão urbana (sem detalhamento de prescrições urbanísticas). Sem qualquer investimento estruturante, em termo de infra-estrutura básica, transporte, entre outros. No Plano Diretor de 1984, Lei nº 3.175/1984, (Natal, 1984), o poder público trata a região, como “zona especial de expansão urbana”, sem detalhamento de prescrições urbanísticas. E sem fiscalização efetiva das obras realizadas na região.

Em um segundo momento, após a promulgação da nova Constituição Federal (BRASIL,1988) tem-se uma abertura política e, a questão urbana é tratada através do capítulo da política urbana, tem início uma nova era de discussões sobre os problemas das cidades, frente ao seu espaço urbano. Em 1990 inicia-se um processo democrático, com novos agentes envolvidos. A Prefeitura Municipal de Natal se reestrutura, há uma ebulição de conflitos e movimentos sociais, inclusive referentes ao espaço urbano e, na região, surge o movimento por emancipação territorial. Enfim, uma década de grandes e profundas transformações para Natal e, particularmente, para a R A Norte. Década emblemática, para a discussão e o movimento em prol da reforma urbana, e do que no futuro seria o Estatuto da Cidade. Nesse contexto é que afloram planos e projetos na direção da redemocratização do país. O setor de comércio e serviços – o setor terciário - começa a demarcar espaço na R A Norte, imprimindo um perfil diferenciado, para uma área ainda periférica, visto que ainda apresenta problemas de infra-estrutura, transporte, entre outros. O setor terciário aparece e se impõe, tornando-se o eixo dos novos processos. Com as mudanças políticas, o Estado começa a se reestruturar para o novo momento, assim como os empresários, que também enfrentam as perdas das economias tradicionais e a necessidade de adaptação ao início das mudanças definidas pelo capital internacional e suas novas dinâmicas.

O presente trabalho busca a compreensão dos processos de mudanças na configuração sócioespacial da R A Norte, e os seus desdobramentos. Inicialmente, delinheio um breve olhar sobre a história do uso e ocupação do solo, sempre procurando um paralelo com Natal. Relato, também, as deficiências e potencialidades apreendidas. Buscando aumentar os horizontes, procuro adentrar pelos caminhos serpenteados da segregação urbana dessa periferia da capital, visualizando sempre a forte presença do Estado. Apesar de ser um estudo essencialmente de questões intraurbanas, procuro fazer uma ponte local com a sociedade global, buscando relacionar as novas dinâmicas urbanas enquanto rebatimento com a mundialização. Realizando investigações diretas e indiretas na área de estudo, o suporte teórico-metodológico de autores que adentram na referida temática – o estudo do espaço intraurbano e a relação centro verso periferia. Sempre com suporte teórico-metodológico de autores que adentram com muita propriedade, no estudo do espaço intraurbano, e fazem toda uma análise e ponderações sobre a relação centro verso periferia – foi imprescindível para a análise dos resultados obtidos. Constata-se, portanto, que é no centro que estão os melhores serviços, as maiores oportunidades urbanas e onde há melhor infra-estrutura básica. É também, nas suas proximidades que se localiza a classe mais favorecida economicamente, e,

quando esta se desloca, também há o deslocamento do centro. Como diz Villaça (1998), o seu centro e o centro dos outros.

Entretanto, o fio condutor deste trabalho é o setor terciário, através das atividades comerciais e serviços varejistas e a inserção no espaço urbano da R A Norte. Parti do pressuposto, portanto, que o terciário local não é isolado, nem distante dos processos mundiais, que acontece numa dinâmica concatenada com o movimento do capital nacional e internacional. Utilizei, também, as idéias de Vargas (2001) que admite que há uma estreita relação da atividade terciária com as localizações no espaço urbano, que na dinâmica da mundialização, as localizações com acessibilidade geram indícios de centralidade. Outro tema largamente adotado e discutido.

Através dos dados empíricos, foi possível analisar e fazer desdobramentos quanto as transformações ocorridas na última década do século XX, na área em tela. As localizações estratégicas e acessibilidades, voltadas para a maior disponibilidade de atividades ligadas ao setor terciário, que procuram terras ou imóveis para se instalar, vislumbrando os lucros proveniente de área de instalação/localização, assim como a solicitação através dos recursos de marketing – a clientela. Portanto, essas abordagens têm o rebatimento na análise do uso e ocupação do solo urbano, no seu eixo estruturador, a Av. Dr. João Medeiros Filho.

Após a constatação de que, os conjuntos habitacionais consolidaram a ocupação inicial do espaço urbano da R A Norte, este estudo apresenta o resultado das várias pesquisas realizadas que demonstram que, a partir da década de 1990, com o deslocamento do capital para a região, as transformações ocorridas no seu território despontam por meio da atividade terciária, calcada nos equipamentos de comércio e serviços varejistas, concentrados, especialmente, na Av. Dr. João Medeiros Filho, onde se desencadeia o processo de centralidade na região.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada foi direcionada a novas abordagens de pesquisa sócioespacial, construindo produtos quantitativos, qualitativos e explicativos, explicitados na descrição, interpretação, análise, conclusão e indicações de intervenções futuras, onde procurei montar um quadro didático na exposição dos procedimentos, roteiros e instrumental.

O estudo inicia-se a partir da leitura visual direcionada ao espaço definido como região administrativa, na busca da compreensão dos processos de mudanças na configuração sócioespacial e seus desdobramentos na urbe, incisivamente no aporte da questão quanto à possibilidade de formação de uma nova centralidade na R A Norte de Natal, que de área passagem ao interior do estado, passou a ter a ocupação urbana inicial por meio de vastos conjuntos habitacionais horizontais, reprodução do processo ocorrido em várias cidades do país, durante o apogeu do SFH (1964/1986).

Inicialmente procuro entender as mudanças no uso e ocupação do solo na R A Norte e a interface com a legislação urbanística local (Plano Diretor), assim como a tipologia diferenciada das edificações, frente à homogeneidade existente nos conjuntos habitacionais espalhados e de arruamento intrincado pelo seu espaço urbano.

As ponderações cintiladas no percurso inicial geraram perguntas promissoras ao desenvolvimento da pesquisa, qual seja: O que, na região estaria contribuindo para o estudo da evolução urbana de Natal? De onde emanavam as diferenciações características da área do lado esquerdo¹ do Rio Potengi²? Por que a região ainda apresenta insuficientes investimentos do poder público?. Portanto, a hipótese que norteou inicialmente, este trabalho centrava-se nas transformações ocorridas na região, que criaram uma outra realidade, e estaria existindo um deslocamento do capital, implicando em uma mudança no modo de vida. Com o seu desenvolvimento, houve um aprimoramento da hipótese, a partir do levantamento de dados primários - os alvarás de licença para construção e localização, emitidos pela Prefeitura de Natal foi quando aflorou o interesse em estudar o rebatimento no espaço do comércio e serviços. Portanto a hipótese geral construída era que, o setor terciário absorve e induz o deslocamento do capital para a R A Norte, transformando as áreas lindeiras de um dos seus principais eixos viários, a Avenida Dr. João Medeiros Filho.

¹ A Região Administrativa Norte de Natal/RN é considerada como o lado esquerdo do Rio Potengi, pois se fundamenta nos conceitos da geografia, onde a nascente de um rio como a orientação para o sentido no espaço.

² Principal rio que corta a cidade de Natal/RN, dividindo o seu território em duas partes.

Quanto aos objetivos desta pesquisa tem-se que o objetivo geral é de analisar o rebatimento no espaço urbano (Natal) das mudanças ocorridas no setor terciário em área periférica (Região Administrativa Norte). Quanto os específicos norteadores foram: estudar o desenvolvimento sócioespacial da região; analisar a espacialização do setor terciário na região; compreender o rebatimento no espaço urbano da concentração do capital na R A Norte; e contribuir com o debate sobre o setor terciário e as novas periferias urbanas.

Para entender os processos e formas espaciais da R A Norte foi necessário rever alguns conceitos já consolidados e ao mesmo tempo fazer indagações sobre as discussões que analisam os fenômenos recentes de mudanças no espaço urbano. Procurar um referencial teórico apropriado foi essencial, buscando abarcar a finalidade deste estudo, tendo em vista o interesse na compreensão do desenvolvimento da R A Norte. Este vem fomentando mudanças na dinâmica produtiva e o processo de estruturação sócioespacial quando do surgimento de nova configuração urbana que diretamente modifica a paisagem e postura da região.

Para fundamentação do tema, recorri a autores que trabalham a questão do espaço urbano e intraurbano, periferia, segregação, globalização/mundialização, centralidade, e setor terciário (comércio e serviços varejistas). Henri Lefebvre (reprodução das relações sócioespaciais); Manuel Castells (relação espaço e sociedade); Jean Lojkin (espaço urbano, segregação, centro e periferia); Saskia Sassen (Cidades globais); Octavio Ianni (Globalização/mundialização, segregação); Ana Fani A. Carlos (espaço urbano e segregação); Luciana Lago (globalização, estrutura sócioespacial); Luiz César Ribeiro (globalização, segregação e estrutura sócioespacial); Edmond Preteceille (estrutura sócioespacial); Roberto Lobato Corrêa (espaço urbano, segregação); Flávio Villaça (espaço intraurbano, segregação, periferia, centro); Raquel Rolnik (cidade, segregação, legislação urbana); Yvonne Mautner (espaço urbano, periferia); Maria do Livramento M. Clementino (atividades econômicas); Angela Lucia de A. Ferreira (espaço urbano em Natal); Aljacyra M. C. de Mello Petit (espaço urbano, produção habitacional em Natal); Pedro Antonio de L. Santos (histórico do espaço urbano de Natal); Maria do Socorro Carlos Vidal (periferia); Teresa Barata Salgueiro (espaço urbano, fragmentação); João Maurício F. Miranda (histórico do espaço urbano de Natal); Ermínia Maricato (uso do solo, periferia, centralidade); Heitor Frúgoli (centralidade); Cláudio Castilho (mundialização, centralidade, setor terciário); Gilda Collet Bruna (centralidade, setor terciário); Heliana Comin Vargas (centralidade, setor terciário); Maria da Encarnação Beltrão Sposito (Segregação, centralidade); Silvana Maria Pintaudi (espaço urbano, setor terciário); Aldaíza Sposati (espaço urbano, setor terciário); Bernadette Mérenne-Schoumaker (setor

terciário); Michel Rochefort (setor terciário e quaternário); Rita de Cássia da C. S. Gomes (setor terciário) e Bill Hiller & Julienne Hanson (análise sintática do espaço), entre outros. A eles juntam-se a legislação e a documentação técnica que formam a base legal da política urbana, para o desenvolvimento do trabalho.

Utilizei fonte secundária, por meio de pesquisa bibliográfica via livros técnicos, revistas especializadas e internet, com sistematização e atualização. Como também pesquisa documental em órgãos públicos, através da análise de legislações, como: planos diretores, arquivos da Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB), para suscitar informações sobre o histórico da região, e mapas das últimas décadas do século XX (1980 e 1990). Pesquisa no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, as publicações de legislações pertinentes à Região Administrativa Norte, durante a última década do século XX. Efetuei um levantamento do material fotográfico junto aos órgãos como: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (IDEMA), Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), entre outros. Realizei 16 entrevistas gravadas com roteiros elaborados, com técnicos das instituições públicas: Caixa Econômica Federal (CEF), Prefeitura Municipal de Natal (PMN) através da SEMURB e da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SEMOV), Executivo e Legislativo Municipal de Natal, Instituições Privadas: Imobiliária, Pequenos Empreendedores, Prestadores de serviço, Associações e sindicatos: Associação dos Moradores da Zona Norte (AMAZON), Associação dos Comerciantes da Zona Norte de Natal (ASCONAT), Clube de Diretores Lojistas (CDL), Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (FECOMÉRCIO), Federação da Indústria do Rio Grande do Norte (FIERN) e Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON). *Shopping Center*. E Pessoas-memória.

A estrutura geral da dissertação abarca o **capítulo 1** que é a introdução, conteúdo para atingir os objetivos propostos. O **capítulo 2** apresenta Natal/RN sua divisão em regiões administrativas e a produção do espaço na RA Norte, ou seja, trata de um olhar sobre a história da região, através da descrição do crescimento de Natal desde o começo do século XX, com os fatos marcantes (ocupação do solo urbano – primeiros bairros, evolução do crescimento populacional e de domicílios, instalação da ponte de acesso à região, instalação de complexo industrial em área limítrofe de município, atuação do BNH, COHAB, movimento pró-emancipação da região, entre outros), ao crescimento/desenvolvimento da cidade, a região como corredor de passagem para o interior do Estado, e área rural de Natal, a 2ª grande guerra mundial, e seus planos diretores. Já começando a delinear informações gerais

(denominações anteriores, oficialização como avenida, investimento visando o turismo litorâneo via Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), valorização do solo urbano, entre outros) sobre a área de estudo – a Av. Dr. João Medeiros Filho.

O **capítulo 3** é que fornece toda a base teórica do trabalho, através de uma discussão conceitual sobre o espaço urbano e intraurbano, globalização/mundialização, segregação, periferia, centralidade e setor terciário (comércio e serviços varejistas) resultante dos autores (no âmbito local, nacional e internacional) lidos, remetendo e recorrendo a realidade estudada. Tecendo considerações sobre a inserção da cidade local, na sociedade global, que representa um novo momento inter-relacionado com as das mudanças do capital internacional e as novas dinâmicas, com rebatimento no espaço urbano e intraurbano. Assim como o processo de reestruturação da periferia, da formação de centralidades e, fomentando abordagens quanto à teoria das localizações centrais e sobre o setor terciário que vem redefinindo e requalificando espaços urbanos de forma impactante nas cidades, estabelecendo uma conexão como o universo de estudo (R.A. Norte) e o com o recorte espacial (Av. Dr. João Medeiros Filho).

No **capítulo 4** apresentei os resultados de levantamentos realizados em órgão público e da iniciativa privada, do período que corresponde ao recorte temporal (1991-2000) estabelecido. Para explicitar mais substancialmente o que foi abordado até o presente, nesse texto, descrevo um levantamento de dados primários, o qual foi desenvolvido no Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Natal, frente ao recorte temporal, tendo em vista, ser nesse período, onde ocorrem as expressivas mudanças no espaço urbano da R A Norte, e ratificados na Av. Dr. João Medeiros Filho.

Para a realização do levantamento dos dados, pesquisei os alvarás de licença para construção e localização liberados pela Prefeitura. De acordo com FERRARI (2004), alvará é o instrumento emitido pelo poder público que dá licença ou autoriza o requerente a praticar determinados atos, exercer algum direito ou atividade, em obediência à competência da instância de governo emitente. O alvará é de licença quando o poder torna viável um direito do cidadão. E o alvará é de localização quando se refere exclusivamente para fins não residenciais. Para o cidadão solicitar um alvará de localização na Prefeitura Municipal de Natal é necessário apresentar: ficha de atualização de cadastro imobiliário, cópia da certidão negativa de tributos municipais, cópia do contrato social, cópia do CGC (hoje CNPJ), cópia do RG e CPF dos sócios (se for o caso), Habite-se do Corpo de Bombeiros e RIV (Relatório de Impacto de Vizinhança). Para realizar o levantamento dos alvarás arquivados no Arquivo Geral do Município elaborei um formulário padrão (apêndice, p.145), onde pude quantificar e

qualificar as informações obtidas, pois através desse instrumento foi possível mensurar e analisar a luz das prerrogativas a **cidade legal**.

Houve a priori necessidade de sistematizar o procedimento de obtenção dos dados, vez que não existe no Arquivo Geral do Município uma catalogação das informações por bairro, ou mesmo por região administrativa de Natal. Os processos onde estão inseridas as cópias dos alvarás emitidos são arquivados, apenas pela seqüência do ano de emissão. Realizei a divisão dos processos por tipo de uso (residencial, comercial, serviço, industrial, institucional e misto) e por ano de expedição (de 1991 a 2000).

Apesar de o presente trabalho ser sobre o setor terciário, na época do levantamento no Arquivo Geral do Município, ainda não se tinha a dimensão da importância desse setor, nas mudanças de uso e ocupação do solo na R A Norte, durante a última década do século XX. Entretanto no desenvolvimento do levantamento isso foi sendo claramente definido, e o trabalho foi direcionado para os estudos do terciário.

Quanto as definições sobre os tipos uso (residencial, comercial, serviços, industrial), fiz uso de conceitos existentes em bibliografia. Qual seja: comércio - Troca de valores ou de produtos, visando ao lucro. Os atos de comércio promovem a transferência de mercadorias entre os indivíduos, deslocando-se de regiões onde são abundantes para outras onde não existem em quantidade suficiente para satisfazer o consumo. Além de sua função econômica fundamental, o comércio estimula a expansão dos meios de comunicação e transporte, e o intercâmbio cultural entre as comunidades. O comércio pode ser varejista, quando vende as mercadorias diretamente ao consumidor, ou atacadista, quando compra do produtor para vender aos varejistas. (OS ECONOMISTAS, 1987). Serviços - Denominação dada ao conjunto das atividades que se desenvolvem especialmente nos centros urbanos e que são diferentes das atividades industriais e agropecuárias. Tais atividades normalmente enquadram-se no assim chamado setor terciário da economia como o comércio, os transportes, a publicidade, a computação, as telecomunicações, a educação, a saúde, a recreação, o setor financeiro e de seguros e a administração pública. (OS ECONOMISTAS, 1987). Indústria - Conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pela transformação de matérias-primas, manualmente ou com auxílio de máquinas e ferramentas, no sentido de fabricar mercadorias. De uma maneira bem ampla, entende-se como indústria desde o artesanato voltado para o autoconsumo até a moderna produção de computadores e instrumentos eletrônicos. (OS ECONOMISTAS, 1987).

A partir das informações obtidas, através dos 874 alvarás emitidos, pude ordenar pelo formulário padrão elaborado, e proceder à tabulação e cruzamentos dos dados, por meio de programa desenvolvido pelo setor de consultorias e de pesquisas - CONSULEST, do curso de estatística da UFRN. Apresentei os resultados por meio de tabelas e gráficos. Informo a priori que o bairro Salinas pela sua própria especificidade (zona de preservação) não apresentou informações em termos de liberação de alvará.

Através dos cruzamentos realizados quanto ao tipo de alvará, tipo de uso, uso anterior da edificação, localização, anos da década de 1990, entre outros, voltados para a identificação por bairro, e em seguida, os alvarás que foram liberados para a Av. Dr. João Medeiros Filho, que constatei a hegemonia das liberações de alvarás para a localização de comércio e serviços varejistas na região.

Para ter elementos substanciais da **cidade real**, e analisar com precisão as mudanças ocorridas R A Norte, que incidiram no incremento da atividade terciária, e no permanente redesenho, do seu espaço urbano, busquei informações concisas em empresa da iniciativa privada. Procurei um órgão que estivesse vinculado as atividades do setor terciário, então optei pelo SEBRAE/RN, que durante o ano 2000 realizou o levantamento através do *cadastro empresarial*, sistematizando informações atualizadas sobre a composição e distribuição no espaço, de empresas dos setores do comércio, dos serviços e da indústria (apesar de ser do setor secundário, na região, as indústrias em sua maioria são de porte pequeno ou micro), que efetivamente estavam em funcionamento no município de Natal/RN. O objetivo do órgão era montar um banco de dados com informações sobre os setores mencionados, no nível local e fornecer subsídios aos empresários para a instalação de equipamentos em Natal.

Extraí desse levantamento, informações substanciais, para vislumbrar o quadro real da situação frente ao setor terciário, na R A Norte. Observando o recorte temporal estudado, ou seja, a última década do século XX. Assim como, particularizando o enfoque para a área de estudo – a Av. Dr. João Medeiros Filho.

O SEBRAE/RN procede na classificação das empresas pela sua situação de legalidade frente ao CGC (hoje CNPJ)³, as empresas podem ser formais ou informais. Para a região em

³ O Cadastro Geral de Contribuinte (CGC) foi criado em 1964 e somente foi extinto a partir de 01/07/99. Os cartões de CGC foram substituídos automaticamente pelos Cartões de Identificação da Pessoa Jurídica (CIPJ), não havendo, entretanto, modificação no número da inscrição.

Houve a unificação de cadastros e cartões através da criação do CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) que é o código gerido pela Secretaria da Receita Federal. Todas as empresas são obrigadas a ter este registro junto à Receita Federal, não tendo esse registro à empresa fica impossibilitada de exercer suas funções básicas encontrando-se impedida de contratar com todas as esferas da administração pública e até com outros particulares, em face de exigência costumeira de tal registro tem, em todos os negócios jurídicos celebrados. O CNPJ no caso é o cadastro administrado pela Receita Federal que registra as informações cadastrais das pessoas jurídicas e de algumas entidades não caracterizadas como tais. FINALIDADE DO CNPJ: Tal instrução veio a regulamentar o disposto no art. 37 da Lei n.º 9.250/95, que previa a

tela, o cadastro empresarial registrou um universo de 5.757 empresas abertas e em funcionamento. A partir dessas informações estruturei tabelas e mapa para a leitura e análise dos dados coletados. Em seguida fiz uma análise comparativa das informações obtidas no Arquivo Municipal e as informações do cadastro empresarial do SEBRAE/RN.

Em paralelo, fiz levantamento *in loco*, objetivando confrontar as informações, e buscando aprofundar as teorias estudadas e apresentadas sobre localização, centralidade, configuração sócioespacial e atuação do Estado. E interpretação dos mesmos, a partir da “dicotomia” **cidade legal** e **cidade real**, na dinâmica produtiva na R A Norte de Natal, impulsionada pelo setor terciário, imprimindo vertentes produtivas, desenvolvidas pela servicialização progressiva e que produziu diferenciação no espaço urbano local.

Relatando a parte empírica supracitada, me reporto ao ano 2000, quando fiz o primeiro levantamento da Av. Dr. João Medeiro Filho, percorri toda a sua área lindeira, com o objetivo de analisar a tipologia das edificações existentes, percebi que podia setorizar as mudanças no uso e ocupação do seu eixo através de limites bem definidos, que foram os escolhidos para aprofundar as investigações. Verifiquei que havia incidência significativa de equipamentos no âmbito do setor terciário, já com conotações de eixo centralizador de fluxos e indícios de reestruturação urbana. Novos equipamentos e construções nas áreas lindeiras a avenida, de edificações com padrão mais elevado. Sintetizei as informações levantadas através de mapa de uso e ocupação do solo na referida avenida.

O **capítulo 5** aborda o redesenho da R A Norte, a partir da consolidação e concentração através das localizações e acessibilidades impressas pelo setor terciário, nas áreas lindeiras da Av. Dr. João Medeiros Filho. Por que não estudar a Rua Bel. Tomás Landim/BR 302 ou mesmo a via mediatriz da região – a Av. das Fronteiras?. Ambas têm importância para a região, entretanto a primeira é via divisa de municípios, de passagem rápida e atividade terciária para atendimento da demanda local; a segunda apesar da localização, interceptando vários conjuntos habitacionais, não apresenta significativas mudanças espaciais, infraestrutura precária, lotes pequenos e traçado segmentado, por enquanto está “hibernando”. Contudo a minha inquietude apontava para o novo, o diferencial, o transformador. Logo, o

unificação dos registros de empresas existentes nas três esferas governamentais: União, Estados e Municípios, Distrito Federal. Sendo o principal objetivo de tal alteração é, sem dúvida, a unificação dos cadastros. Passando as empresas a contarem com apenas uma inscrição, a do CNPJ, ao invés de até três, como acontecia anteriormente. Outro objetivo que o fisco buscou alcançar com o advento do CNPJ foi o aumento da arrecadação dos tributos pagos pelas pessoas físicas, uma vez que o representante legal ou membro do quadro societário da pessoa jurídica também deve comprovar a regularidade de sua situação perante o fisco. Ou seja, havendo pendência da pessoa física, ligada à empresa, com o fisco, a mesma não recebe o novo registro.

A partir de 01/11/2002, os cartões CNPJ perderam sua validade e, portanto, não estão sendo mais emitidos. Com a extinção do Cartão CNPJ, a comprovação da condição de inscrito passou a ser feita mediante consulta no *site* da Receita Federal. Neste *site* é possível fazer-se a "Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral" via on-line sem necessidade do antigo cartão. (Receita Federal, 2007).

meu recorte espacial, e a escolha de aprofundar as investigações sobre o espaço urbano, e suas transformações no universo definido, me direcionaram para a Avenida Dr. João Medeiros Filho, eixo onde as sinalizações de transformações estão presentes em toda a sua área lindeira.

Apesar do levantamento realizado no Arquivo Geral de Município, através dos alvarás liberados, e o levantamento dos cadastros empresariais, via SEBRAE/RN, procedi a um levantamento *in loco* da Av. Dr. João Medeiro Filho, percorrendo toda a sua área lindeira, com o objetivo de analisar a sua ocupação. Verifiquei que havia incidência significativa de equipamentos no âmbito do setor terciário, já com conotações de eixo centralizador de fluxos e indícios de reestruturação urbana. Novos equipamentos e construções nas áreas lindeiras a avenida, de edificações com padrão mais elevado. Sintetizei as informações levantadas através de mapa de uso e ocupação do solo na referida avenida.

Apesar do recorte temporal ser da última década do século passado, devido sua importância no redesenho da R A Norte. Nesse capítulo atualizei para o ano de 2008, o levantamento do uso e ocupação do solo da Av. Dr. João Medeiros Filho, com a finalidade de ver se o momento é de continuidade, desdobramentos, e configuração de centralidade.

No **capítulo 6** apresento o resultado encontrado, verificando a pertinência ou não da hipótese do trabalho, qual seja, que o setor terciário, através das atividades e equipamentos de comércio e serviços varejistas, absorveu e induziu o deslocamento do capital para a R A Norte, transformando as áreas lindeiras de um de seus principais eixos viários, a Av. Dr. João Medeiros Filho. Resgatei as principais referências no universo de estudo, e propus uma reflexão sobre as conclusões alcançadas e perspectivas futuras.

Sabe-se que uma dissertação não é o término de estudo sobre assuntos no âmbito acadêmico, entretanto com ela vislumbra-se contribuir para aprofundar questões, no caso, urbana e servir de patamar aos elementos da construção de uma sociedade mais equânime.

2. NATAL E REGIÕES ADMINISTRATIVAS: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE

(...) Há uma explosão do ato de consumo em nossas cidades,
E a cidade, que era o lugar público por excelência,
Tornou-se o local do comércio.
Rem Koolhaas (FSP, 2002).

2. NATAL E REGIÕES ADMINISTRATIVAS: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE

2.1 UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA

Base de um processo de produção de espaço urbano. A periferia é de fato um local onde vivem os pobres, é socialmente segregada, e o preço da terra é baixo, porém, ao mesmo tempo, é um local mutante, sempre reproduzido em novas extensões de terra, enquanto velhas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital. Mautner, 1999.

Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, situada na região nordeste do Brasil, abrange uma área de 169,9 km². Com os municípios circunvizinhos de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz e Ceará-Mirim, compõem a Região Metropolitana de Natal, criada em 27/01/1997, através da Lei Complementar nº. 6.689/1997, e modificada em 11/01/2001 pela Lei Estadual Complementar nº. 221/2002, onde incluiu os municípios de Nísia Floresta e São José do Mipibú. E novamente alterada em 30/11/2005, pela Lei Complementar nº. 315/2005, acrescentando o município de Monte Alegre (Figura 1), totalizando nove municípios sob sua jurisdição.

Dentro do processo de metropolização no Estado, Natal cumpriu a função agregadora de centro urbano. Ao longo do século XX passou por mudanças sistemáticas, que intercederam no seu cenário. Deixou o seu lado rural no passado, e o urbano incrementou de tal forma que convive, em seus limites conurbados com os municípios de Parnamirim – lado sul, e o município de São Gonçalo do Amarante – lado norte (Figura 1).

A singularidade da sua composição física, entre o Oceano Atlântico, Rio Potengi, cordões dunares, canais e lagoas, a torna frágil e, sobretudo implícito a necessidade de proteção ambiental do seu patrimônio natural.

O seu território, separado fisicamente pelo rio Potengi, em duas partes (Figura 2), sinaliza no sentido que, Natal requer mais estudos, pois existem reflexos de segregação a partir do espaço físico constituído e dos *deslocamentos* das classes pelo seu território; subsidiado pela postura dos produtores da cidade através de programas de Governo e iniciativa privada, para a população, no campo das intervenções no seu espaço físico, dentro de um contexto histórico.

“Fundada em 25 de dezembro de 1599, junto como a Fortaleza dos Reis Magos – que lhe deu origem - passa a exercer a função de defesa do território conquistado pelos

portugueses” segundo Clementino (1995, p.187). Natal até o século XVIII apresentava um crescimento lento. A partir do século XIX, se fortalece como o centro urbano, devido, primordialmente, aos contingentes populacionais que se deslocavam nos períodos de grande estiagem e em seguida, pela implantação do transporte rodoferroviário (iniciado em 1880) facilitando o acesso entre Natal e outros centros urbanos, tornando-a mais relevante na função de ser cidade de significativa centralidade.

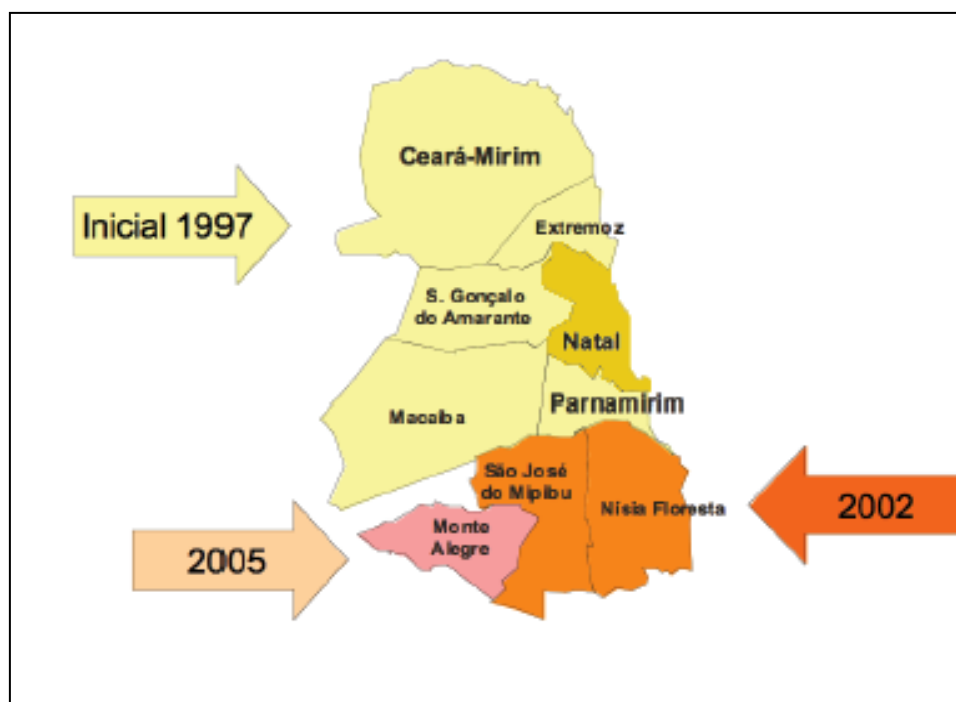


Figura 1- Mapa da Região Metropolitana de Natal-Abrangência Territorial

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para a Região Metropolitana de Natal - NATAL METRÓPOLE 2020, 2007.

No século XIX, o sítio urbano era formado por dois núcleos bem definidos: Cidade Alta e Ribeira (Figura 2). Sendo a Cidade Alta, bairro onde começou a ocupação de Natal. Entretanto o crescimento da cidade se concentrou no bairro da Ribeira, que sediava hotéis, casas comerciais, alfaiatarias, farmácias e clubes de dança; e era cortado pela estrada de ferro. Simbolizava o centro da cidade, pois era dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados. A construção da via férrea trouxe facilidade para o transporte e comercialização de produtos para sítios vizinhos.

No final do século XIX, houve o início da construção do Porto, consolidando a ocupação de um novo bairro: Rocas (Figura 2). Sendo o referido bairro, composto em seu surgimento, por uma população de pescadores e trabalhadores das obras do Porto. Dessa

forma a cidade, se concentrava nos três bairros citados (Cidade Alta, Ribeira e Rocas), e atingiu no ano de 1900, uma população de 16.056 habitantes, o que correspondia a um crescimento populacional de 16,98%, números ainda poucos significativos em relação à última década do século XIX (Tabela 1, apêndice, p.136). Em 1911, paralelo a esses fatos, surgiu o quarto bairro – Alecrim; apesar de já em 1856 ter sido inaugurado nessa área da cidade um dos marcos de sua ocupação, o Cemitério Público. Esse bairro nasceu como entreposto comercial, e seu crescimento está vinculado, ao fato do mesmo ter sido o receptor dos comerciantes do interior do Estado, que vinham à capital realizar suas compras. Tendo o comércio do Alecrim, na época destaque, em função de ser um dos mais diversificados e populares de Natal.

Nas primeiras décadas do século passado, segundo Clementino (1995) a cidade apresentou um processo lento de concentração de atividades e de população, pouco significativo economicamente. Abarcava apenas 7% da população do Rio Grande do Norte. Possuía desde o início do século contato com inovações tecnológicas vinculadas ao desenvolvimento da aviação civil e comercial. A economia local envolvia o intercâmbio comercial com os mercados nacionais e internacionais, através da atividade portuária, e os serviços administrativos. Natal foi uma das primeiras cidades nordestinas a contar com plano urbanístico, o contato com o novo marca uma específica cultura urbana.

A partir da década de 1940, a cidade de Natal começou a apresentar um crescimento expressivo, acompanhado efetivamente de sua expansão urbana. Entre as décadas de 1920 e 1940, a população passou de 30.696 para 54.836 habitantes. Na década 1940, com o impacto da construção e funcionamento de uma base americana de apoio, no município, durante a Segunda Guerra Mundial, teve início em Natal, um processo de crescimento mais dinâmico. Tendo essa dinamização contribuído para definir uma tendência de concentração populacional e uma economia com maior diversidade, predominando o setor terciário.

A consolidação do processo de crescimento de Natal na década de 1940, como menciona Clementino (1995), esteve diretamente vinculada a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, devido ao acordo político com os Estados Unidos e seus desdobramentos. A cidade transformou-se no centro estratégico das forças armadas, levando dessa forma a intensificação das atividades de comércio e serviços, configurando-se um acréscimo populacional representativo, intensificado pelo fluxo migratório, concentrando população civil e militar. É então, paralelamente desencadeado um processo de especulação imobiliária urbana.

A partir da década de 1940 a evolução da população do município, pode ser vista de forma marcante, tendo um crescimento de 78,64% em relação à década anterior, há nessa década uma intensa produção imobiliária e aumento da procura de imóveis para alugar e comprar (FERREIRA, 1989). No início da década de 1950, a população chegou a 103.215 habitantes. Nessa década e na seguinte desencadeia-se na cidade um processo rápido de especulação imobiliária através de loteamentos. Segundo Gomes (2000), a configuração territorial de Natal até o início dos anos de 1960, era expressa primordialmente pelos perfis das administrações, que tinham como gestores os representantes da oligarquia agrária, oriunda da região do seridó.

De 1960 a 1980, a população de Natal passou de 162.527 para 416.898 habitantes, com a crescente construção de conjuntos habitacionais. Em 1996 atingia 656.037 habitantes (Dados da contagem populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No final da década de 1990, ultrapassaram os 700.000 habitantes (IBGE, dados do censo 2000) (Tabela 1 - apêndice, p.136).

O crescimento populacional em Natal pode ser atribuído a vários fatores, como a migração da população rural na busca da sua sobrevivência, o desenvolvimento da atividade industrial e a dinamização da infra-estrutura de serviços. As políticas que foram adotadas pelo Governo Federal e a forte presença da Petrobrás, no estado do Rio Grande do Norte, também contribuíram para o processo de urbanização de Natal, influenciando no modelo adotado de expansão.

A partir de meados da década de 1960, intensifica em Natal, o processo de favelização, com o surgimento das favelas de Brasília Teimosa (no bairro de Santos Reis) e Mãe Luíza (hoje, bairro) (Figura 2), e o crescimento da periferia, resultando assim, no aumento do déficit habitacional. Em princípio ficou limitado à capital, não se aplicando aos demais municípios, tendo em vista que, as habitações precárias ocupantes da periferia, não eram consideradas, pelo poder público, como favelas e sim como moradia de baixa renda, em sintonia com os valores da sociedade, que possuía características predominantemente rurais.

A intervenção do Estado se mostra desigual no espaço urbano e na produção de melhorias públicas na cidade. Nos bairros mais centrais é que acontecem os mais vultosos investimentos em infra-estrutura, enquanto na periferia socioeconômica e espacial a realização de serviços básicos é precária ou mesmo inexistente.

Figura 2: Mapa do Município de Natal/RN. Destaque de bairros no início da ocupação do Município.

A década de 1990 foi caracterizada pela ocupação acentuada dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal, e os municípios apresentarem um crescimento anual significativo (Tabela 2 – apêndice, p. 136), principalmente os que estão conurbados com a cidade, como os municípios de Parnamirim (tx. a.a. 7,90%) e São Gonçalo do Amarante(tx. a.a. 4,90%). Parnamirim inclusive, de acordo com o Censo do IBGE, 2000, foi o município do Estado do Rio Grande do Norte que mais cresceu na última década do século XX, sendo um concentrador de população da Região Metropolitana de Natal. Aliado ao fato da legislação quanto à definição do perímetro urbano de Natal, na Lei nº. 2.221/74⁴(Natal, 1974) está totalmente defasada, o que até o presente vem suscitando grandes problemas principalmente no distrito industrial de Natal, zona de conflito territorial entre os municípios de Natal, São Gonçalo do Amarante e Extremoz.

2.2 A CIDADE DIVIDIDA EM REGIÕES ADMINISTRATIVAS

É preciso entender, porém, que pedaço só o é por parte, isto é, por não ser o todo. Assim, o pedaço só encontra significado ao se reencontrar no todo. Ao se pensar em pedaço de uma cidade, não se está tratando de matéria morta, inanimada, isolada, mas de um espaço vivo relacionado com outros espaços entrelaçando histórias, geografias, vidas e lugares. Sposati, 2001.

A partir do final da década de 1980, o território municipal foi dividido em regiões administrativas, através da Lei nº. 3.878/89, existindo quatro regiões administrativas que compõem Natal: norte, sul, leste e oeste. Agrupando o conjunto dos seus 36 bairros (Figura 3).

As regiões leste e sul concentram os comércios, serviços e infra-estrutura voltados para a população de maior poder aquisitivo, enquanto as regiões oeste e norte respectivamente ocorrem as manchas urbanas mais evidentes da periferia socioeconômica. No que concerne à população residente, as taxas de crescimento, por bairro em Natal, no período de 1980/2000, configuram novas formas de distribuição da população através de suas quatro regiões administrativas, sinalizando para um processo de mobilidade intraurbano, destacando-se a Região Administrativa Norte, como nítida receptora de população (Tabela 3 – apêndice, p. 137). Nos bairros mais antigos de Natal, a taxa de crescimento cai para negativo, enquanto se

⁴ Lei que delimita a zona urbana do município de Natal, datada de 25/07/1974.

eleva, nos bairros periféricos, chegando a atingir na última década do século XX, 17,74% no bairro Nossa Senhora da Apresentação e 13,72% em Pajuçara.

A partir da década de 1980, a população na capital cresceu de 428.848 habitantes para 606.681 na década de 1990, e 712.317 habitantes na década de 2000, distribuídos nos 36 bairros. Evidencia-se a população da R A Norte porque na década de 1980, era 41.310 habitantes aumentando na década de 1990 para 146.854 e no final do século XX, já contava com 244.743 habitantes, tendo 12,22% como taxa de crescimento anual no período 1980/1991 e 5,84% correspondente ao período de 1991/2000 (Tabela 3 – apêndice, p. 137). O crescimento verificado nessa região não ocorreu em iguais proporções nas demais regiões administrativas de Natal. Estas tiveram as seguintes taxas de crescimento (períodos 1980/1991 e 1991/2000 respectivamente): sul (3,97% a.a. e 0,80% a.a.), leste (-1,33% a.a. e -1,13 a.a.), e oeste (2,37% a.a. e 0,55% a.a.).

Em paralelo ao crescimento populacional da R A Norte existe uma redistribuição da população nas outras regiões de Natal. A R A Leste que inclui o *centro* da cidade apresenta um crescimento negativo nos períodos citados. E uma participação com relação ao município decrescente (conforme descrito na Tabela 3 – apêndice, p.137). Isso pode indicar mudanças de uso e ocupação nos bairros centrais, definindo uma tendência de esvaziamento populacional nessa região.

Na R A Sul apesar do parco crescimento populacional (ver Tabela 3 – apêndice, p. 137) ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, paralelamente houve maior concentração dos serviços e comércios mais nobres na confluência dos bairros de Candelária e Capim Macio, onde está inserida a população de renda mais elevada de Natal.

A R A Oeste que dentre as quatro regiões administrativas, do município de Natal apresentou um tênue crescimento populacional nas décadas supracitadas, é a região administrativa menos favorecida de investimentos em infra-estrutura é a que possui a maior incidência de violência urbana, maior concentração de favelas e vilas, e o uso e a ocupação do solo ocorreu em sua maioria dentro da informalidade, isto é, sem seguir prescrições urbanísticas.

Figura 3: Mapa do Município de Natal/RN – Divisão de bairros por Região Administrativa.

2.3 A REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE

A Região Administrativa Norte é a maior região administrativa de Natal possuindo uma área de aproximadamente 5.770 ha., correspondendo a 39,4% do território municipal, localizada à margem esquerda do Rio Potengi, limita-se ao norte com o município de Extremoz (via Rio Doce); ao sul com o município de São Gonçalo do Amarante (Rua Bel. Tomáz Landim / BR – 406) e Rio Potengi; à leste com o rio Potengi e Oceano Atlântico; e a oeste com a estrada de Extremoz e a Rede Ferroviária Federal S. A. - RFFSA (limite com São Gonçalo do Amarante) (Figura 4).

Uma leitura da área objeto de estudo, na última década do século XX, a partir do sistema e distribuição das vias, pode-se constatar que, ela apresentava um único acesso rodo-ferroviário, à margem direita de Natal – através da ponte de Igapó, seguindo a via Estrutural-I⁵ - BR-406/Rua Bel. Tomáz Landim / A. Felizardo Moura / Rua Jandira, e margeando a região, do bairro de Igapó até o bairro da Redinha, tem-se a via Estrutural-II⁶ - Av. Dr. João Medeiros Filho (RN-302), sendo essa a principal artéria de ligação dos seus bairros, como também o acesso às praias do litoral norte. A Segunda via Estrutural-II, importante e de localização promissora, é a Av. das Fronteiras⁷ / Rua Votuporanga / Rua Tocantínea/ Rua Pres. Médici/Rua Pst. Joaquim B. de Macedo/Rua Santa Luzia, entretanto ela não apresenta um traçado uniforme e contínuo (por isso o desmembramento toponímico em vários trechos da vias) essa segmentação não permite boa acessibilidade, e escoamento do fluxo de veículos, de forma satisfatória pelo interior da região (Figura 4). Apesar de representar um marco físico bem definido, como divisor da ocupação diferenciada sócioespacial do solo na região.

A superfície dessa região não apresenta dunas, composição geográfica tão característica da cidade de Natal, mas sim solo da composição do grupo barreiras. Sua topografia é plana e alta, com declividade em direção ao rio Potengi, onde existe uma importante área de preservação dessa parte da cidade – as salinas formadas por grandes manguezais e pequenos riachos que, segundo Tinôco (1994) **constitui-se num importante obstáculo natural ao crescimento da mancha urbana da região em direção as margens do rio Potengi.** Compreende esta região, os bairros de Igapó, Potengi, N^a Sra. da Apresentação, Lagoa Azul, Pajuçara,

⁵ Via Estrutural I é uma via de penetração. Constitui os principais acessos a outros municípios/rodovias (PDN, art.43, inciso I a).

⁶ Via Estrutural II é uma via de articulação. Permite articulação e deslocamentos entre regiões extremas (PDN, art. 43, inciso I b). A partir da promulgação do novo Código de Obras do município de Natal/RN – Lei Complementar n^o 055 de 27/01/2004, a via Estrutural I passou a ser considerada Arterial I (via de penetração) e a via Estrutural II passou a ser considerada Arterial II (que continua sendo de articulação)(C.O, art. 115- anexo I) essas mudanças são referendadas no citado Código de Obras em seu art. 186, p. 26).

⁷ Denominação decorrente da localização limítrofe entre os conjuntos habitacionais e os loteamentos existentes na R. A. Norte.

Figura 4: Mapa da Região Administrativa Norte de Natal/RN – Divisão de Bairros e Vias principais.

Pajuçara, Redinha e Salinas. Estes bairros tiveram suas delimitações redefinidas por lei no ano de 1993, e publicadas no Diário Oficial em 07/09/94. A Lei nº. 4.328/93 compreende na R A Norte, os bairros: Igapó, N^a Sra. da Apresentação, Lagoa Azul (incorporou o bairro Passagem da Vila), Pajuçara, Redinha e Salinas. E a Lei nº. 4.330/93, compreende o bairro Potengi. (Figura 4).

Formada inicialmente, por duas áreas distintas e extremas, a região apresentava o distrito de Igapó como passagem de comerciantes advindos do interior do Estado do Rio Grande do Norte, e a Redinha local para veraneio de Natal. A R A Norte até o final da década de 1960 apresentava em seu interior vasta gleba e uma população de aproximadamente 7.000 habitantes.

O atual bairro de Igapó constitui-se o seu núcleo formador, com características rurais e urbanas que se mesclam. Isto é devido parte de seus habitantes terem origem rural, tendo em vista que muitos deles são migrantes do interior do estado do Rio Grande do Norte. Ainda hoje, alguns moradores desse bairro, cultivam roçado criam animais e se dedicam à pesca. Em Igapó se localizaram as primeiras entidades comunitárias (Figura 5). Pertenceu ao município de São Gonçalo do Amarante até 1938, tendo sido distrito de Natal até a década de 1980. A sua oficialização como bairro ocorreu quando da definição de seus limites em 1993.



Figura 5: Foto de Entidade Comunitária no bairro de Igapó. Ano: 1972. Autor: Padre Thiago.

A Redinha é o segundo bairro da região com relevância histórica, era inicialmente uma colônia de pescadores (Figura 6) que, durante a II Guerra Mundial serviu de acampamento para as tropas de combatentes brasileiros e, segundo o padre Thiago (Jacques Thiesen) compreendia uma área fortificada, com *soldados-rã* (combatentes na água) que eram treinados para colocarem minas explosivas nos cascos dos navios inimigos. Esse bairro foi praticamente por muitos anos, lugar da única praia de veraneio de Natal. A Redinha era o local da segunda casa de residência da população com alto poder aquisitivo da cidade.

A Redinha foi incorporada ao território do município, pela Lei n. ° 603, de 31/10/38, correspondia a uma instância balneária no subúrbio da cidade. A partir da década de 1970, surge a Redinha Nova, entre a ponta de Santa Rita (no município circunvizinho de Extremoz) e o bairro da Redinha (SEMURB, 2001). A Redinha com sua vasta orla marítima é o primeiro ponto de chegada para quem faz a rota turística em direção às praias do litoral norte (VIDAL, 1998.) (ver Figura 7).



Figura 6: Foto aérea antiga do bairro da Redinha (antes da urbanização da Região Administrativa Norte, que teve início na 2ª metade do século XX). Autor: Jaecy.



Figura 7: Foto aérea do bairro da Redinha. Ano: 2000. Arquivo da PMN/SEMURB.

Em 1914 foi iniciada a primeira ligação fixa da região com o restante de Natal, através da construção de uma ponte rodo-ferroviária sobre o rio Potengi – a **Ponte de Igapó**, inaugurada em 20 de abril de 1916 (Figura 8).

Sua função era de permitir a passagem dos trens da estrada de ferro central, para facilitar o transporte entre a capital e o interior do Rio Grande do Norte, o qual até a época, só era possível transpondo-se o Rio Potengi por meio de embarcações.

A ponte de Igapó foi construída durante o governo do Des. Ferreira Chaves possuía uma extensão que totalizava 550 metros, com nove vãos de 50 metros e um de 70, em estruturas metálicas tendo como base pilares de grandes secções. A obra foi executada pela Companhia de Viação, através de contrato firmado com a Engeneering Cleveland Company, empresa ligada a Darlington Cleveland Company, da Inglaterra (SANTOS, 1997). Apesar da sua extensão, a ponte de Igapó possuía apenas uma única via, o que obstaculava o tráfego de veículos, e encontra-se hoje desativada.

O trem tinha total prioridade na ponte e quando se aproximava o momento de sua passagem, o tráfego de automóveis era interrompido, acumulando uma grande quantidade de carros nas duas extremidades à espera da liberação. (MORAIS, 1999, p.70).

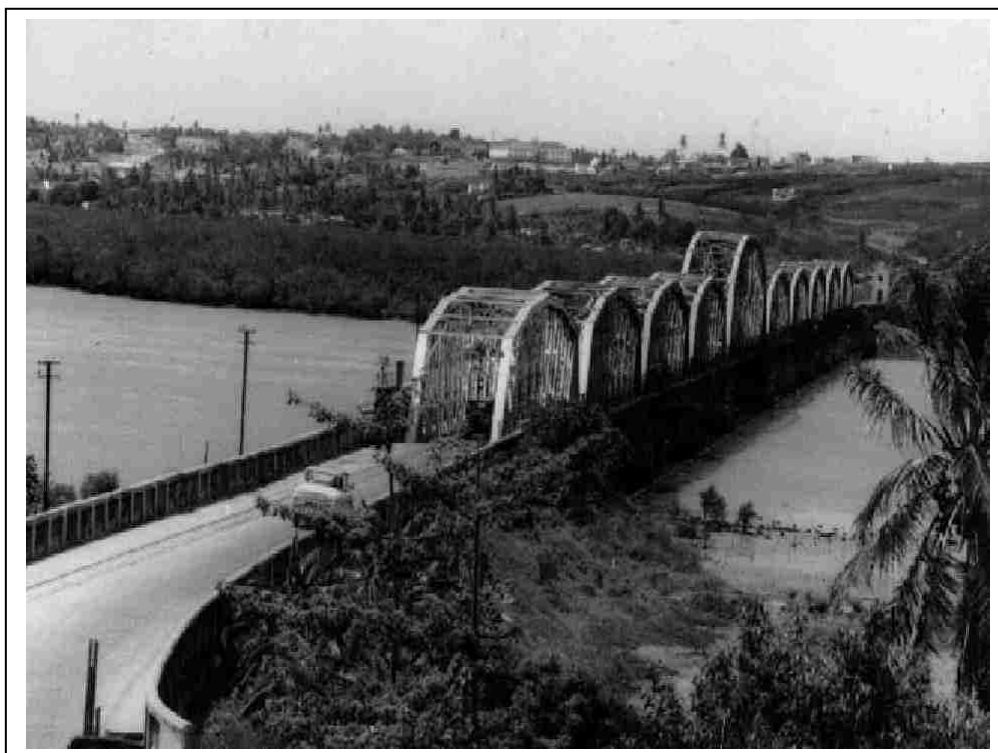


Figura 8: Foto da Ponte velha de Igapó (Início do século XX, quando a Região Administrativa Norte era apenas área de passagem ao interior do estado do Rio Grande do Norte e local de veraneio do natalense). Autor: Jaecy.

O acesso da região ao centro urbano, acontece pela ponte “nova” de Igapó construída pelo Departamento Estradas e Rodagens (DER), em concreto armado na década de 60, governo Mons. Walfredo Gurgel, e duplicada na década de 1990, no governo Geraldo Melo (SEMURB, 2001) (Figura 9), fator determinante do início das mudanças ocorridas na região, como em seu entorno imediato (municípios de São Gonçalo do Amarante e Extremoz), onde anteriormente existia um hiato geoeconômico em relação a Natal.



Figura 9: Foto da ponte “nova” de Igapó (durante a execução da obra de sua duplicação). Ano: 1990. Autor: Padre Thiago.

Essa ponte em função do crescimento populacional na década 1990 se tornou insuficiente nos horários de “pico” onde em sua cabeceira norte, foi construído um complexo viário, no ano de 2002 (denominado prof. Ulisses de Góis) para desafogar o trânsito com destino à região, e ao interior do estado (Figura 10).



Figura 10: Foto do Complexo Viário - Prof. Ulisses de Góis. (Bairro de Igapó no entrocamento da Av. Dr. João Medeiros Filho com a Rua Bel. Tomás Ladim). Ano: 2002. Autora: Rosa de Fátima.

Outra forma de acesso é o sistema fluvial de transportes coletivos: o barco para transporte de passageiros e a balsa para transbordo de veículos/pessoas, e atualmente a ponte de Todos Newton Navarro (ligando os bairros de Santos Reis a Redinha). Uma outra alternativa de entrada à região é através do sistema ferroviário, por meio da denominada Linha Norte pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, que faz o percurso Natal/Ceará-Mirim.

O trem é bastante precário, apesar de ser um meio de transporte mais rápido que o ônibus, ainda não oferece as condições favoráveis à população local, horários inadequados, vagões em péssimo estado de conservação, causando desconforto físico, como também o terminal ferroviário distante do ponto inicial ou do destino final da viagem, existindo ainda a ausência de um sistema de integração aos modais rodoviários e aquaviário. A região possui apenas quatro pontos de acesso de passageiros nos bairros de Igapó, conjuntos habitacionais Santa Catarina e Soledade – bairro Potengi e conjunto habitacional Nova Natal – bairro Lagoa

Azul (Figura 11). Constituindo-se essa linha férrea uma barreira física ao fluxo, acessibilidade e segurança de veículos, como de pedestres, porquanto, corta transversalmente a R A Norte de Natal.

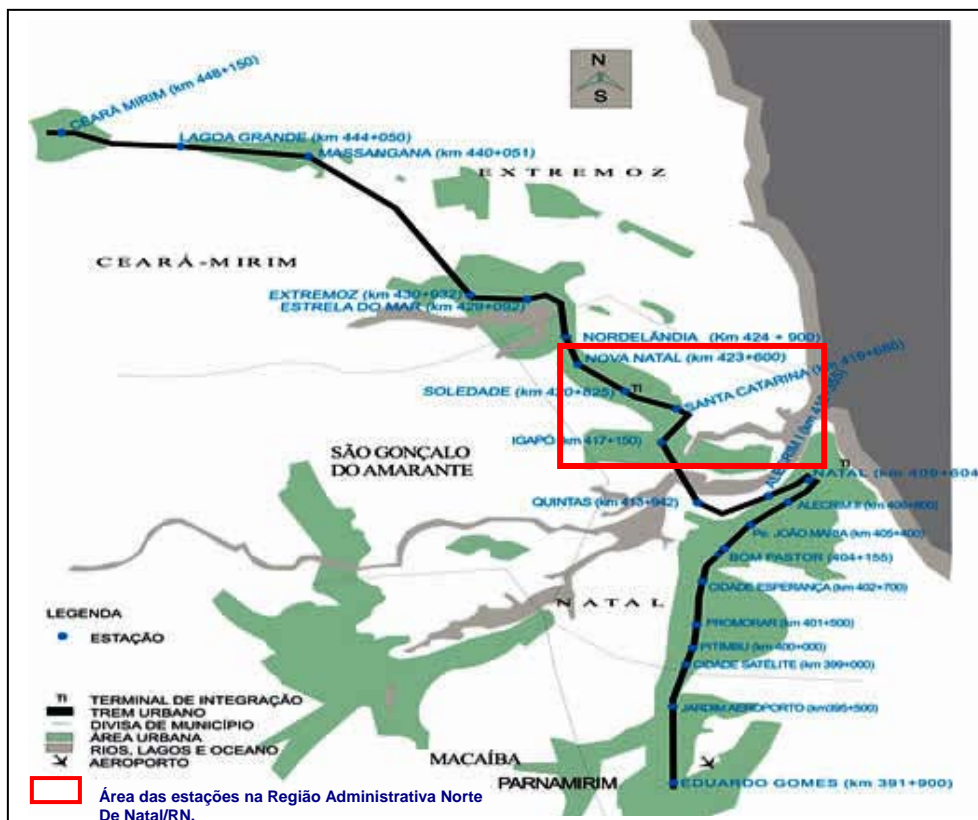


Figura 11: Mapa Esquemático: Percurso do trem em parte da Região Metropolitana de Natal/RN. Destaque na Região Administrativa Norte de Natal.
Fonte: CBTU, 2007.

Uma das premissas da modernização dos trens é a implantação do sistema integrado de transportes, com o ônibus e vans alimentando um sistema central, pois potencializa em termos de ganhos econômicos, sociais e ambientais, diretamente associados à utilização do modal ferroviário de transporte coletivo. Em 1992, a Prefeitura Municipal de Natal começou estudo sobre a implantação do sistema integrado de transporte de massa, e construiu no decorrer da década, o primeiro terminal na R A Norte, no bairro Potengi – conjunto habitacional Soledade II. Objetivava o sistema, como afirmou a prefeita na época Wilma Maria de Faria **melhorar significativamente a qualidade dos serviços prestados à população, diminuindo o tempo das viagens e ampliando a frequência de circulação dos coletivos**⁸.

⁸ Wilma Maria de Faria (prefeita de Natal, gestão 1989/1992) matéria no jornal O Poti aos 19 de janeiro de 1992.

O terminal (Figura 12) deveria integrar ônibus-ônibus, com o estabelecimento de dois tipos de linhas: as alimentadoras, que circulariam pelos diversos conjuntos habitacionais recolhendo os passageiros para conduzi-los ao terminal; e as linhas troncos, que trafegariam do terminal aos diversos pontos de destino. Todavia, esse empreendimento público só foi concluído no final da década de 1990, como cita o jornal Tribuna do Norte **O Terminal de Integração de Soledade está pronto, porém continua como um grande elefante branco, servindo apenas como área de lazer para os moradores próximos**⁹. E sua atual utilização ainda é bem incipiente para atendimento satisfatório da população local.



Figura 12: Foto do Terminal de Integração –Bairro Potengi (conjunto Habitacional Soledade II). Ano: 2002. Autora: Rosa de Fátima.

A R A Norte sempre foi periferia espacial e econômica, subequipada e longínqua de Natal, discriminadamente um *gueto*. Presença exclusiva de população de baixa renda, nos seus vastos conjuntos habitacionais horizontais, compostos por casas unifamiliares isoladas, monotonamente repetidas e formando quadras com uma composição de desenho quase sem diferenciações. Apresenta ao longo de várias décadas passadas, uma homogeneidade na configuração sócioespacial. Não constituindo alvo de grandes investimentos, em termos de

⁹ Matéria publicada em 15 de agosto de 2002, no jornal Tribuna do Norte. Título: Terminal está pronto, mas sem uso.

infra-estrutura e serviços. Referendando a configuração clássica, de segregação espacial e social com o centro da cidade.

O processo de produção e apropriação do espaço na região é uma consequência direta das políticas estatais de habitação adotadas no Brasil a partir de 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) que com seu modelo de planejamento expansionista, em diversas cidades brasileiras favoreceu uma ocupação periférica de grandes proporções através de conjuntos habitacionais (GÓIS, 2002). O modelo de política habitacional do BNH tinha como base o financiamento ao produtor e no equilíbrio financeiro do sistema. Cria então, uma fonte de recursos vinculada aos salários, proveniente do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS¹⁰ e a introdução da correção monetária nos financiamentos.

A década de 1970 conforme Clementino (1995) foi impulsionada para o desenvolvimento urbano e/ou transição para a sociedade urbana, ou seja, houve o aumento do ritmo de concentração de atividades econômicas e de população. Nessa década e na seguinte segundo Gomes (2000) é que efetivamente acontece o significativo crescimento do território urbano de Natal, tendo como suporte o projeto de expansão industrial nordestino, financiado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que diretamente contribuiu para a implementação dos pólos industriais dos municípios circunvizinhos de Extremoz e Parnamirim.

Inicia-se então através da Política Nacional de Habitação, a era de construção dos grandes e inúmeros conjuntos habitacionais horizontais, localizados na periferia social e geográfica da cidade, **e nesse contexto, a zona norte¹¹ ganha um status, no que se refere à localização de empreendimentos urbanos, tendo em vista a construção de vários conjuntos habitacionais** (GOMES, 2000, p.73). Conseqüentemente esse processo gerou enormes vazios e o crescimento descontínuo da cidade, tendo como resultado a gradativa ocupação das áreas limítrofes do município, e posteriormente a verticalização das áreas centrais.

O próprio termo muito utilizado para designar a área estudada de zona norte, já reflete a discriminação pelos governantes, mídia, enfim pela ideologia da classe dominante, quanto à exclusão da região no processo socioeconômico de Natal. O que, como afirma Villaça (1998) é uma reprodução do que acontece em outras áreas urbanas do país, onde

¹⁰ O FGTS foi criado em 1966, como mecanismo compulsório de poupança do trabalhador, estabelecendo-se como uma das fontes de recursos para o financiamento da casa própria.

¹¹ Nome pelo qual a Região Administrativa Norte de Natal é conhecida popularmente, antes era conhecida como do “outro lado do rio”.

nitidamente se polariza a localização de ricos e pobres, pelas expressões zona sul - ricos, e zona norte - pobres. Mesmo que geograficamente a localização seja em outra direção¹².

Subliminarmente, a ideologia inculca nas mentes da maioria a idéia de que a cidade é aquela parte constituída por onde estão os dominantes. Essa ideologia facilita a ação do Estado, que privilegia essa parte. Ao investir nela, o Estado está investindo **na cidade**; ao protegê-la através da legislação urbanística, o Estado está protegendo **a cidade**. Quando transfere seus aparelhos para o centro novo criado pelas e para as burguesias, está transferindo-os para o centro novo **da cidade** (VILLAÇA, 1998, p.350, grifos do autor).

Não é por acaso que na R A Norte foi construída no ano de 1972, a Colônia Penal Dr. João Chaves. A urbanização é desigual, por ter a cidade valores diferenciados na ótica do Estado, entretanto ela acontece porque vários agentes que produzem o espaço urbano atuam direcionados para seus específicos interesses econômicos.

A essência da contradição da urbanização está no fato de a cidade representar um valor de uso complexo, importante para a produção e circulação de mercadorias e, no entanto, ela em si mesma não ser uma mercadoria. Isto significa que nenhum agente pode controlar os processos que concorrem para a sua formação e renovação, embora todos os agentes busquem controlar o acesso ao seu mais rentável uso econômico (RIBEIRO, 1997, p.46).

Na década de 1970 se definiu com a expansão do setor da construção civil; à instalação da Petrobrás; e à presença de instituições militares. Até esse período o quadro habitacional de Natal desenvolvia-se predominantemente através da produção individual e independente, houve então a inserção da cidade na era dos grandes conjuntos habitacionais, que efetivamente marcou o processo de construção das cidades brasileiras, na Política Nacional de Habitação implantada pelo regime militar a partir de 1964.

Em Natal, a Política dirigida pelo BNH, que realizou por intermédio de seus agentes promotores como o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e a Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte (COHAB/RN) (GÓIS, 2002), construção por toda parte, primordialmente ao lado esquerdo do rio Potengi – a Região Administrativa Norte.

¹² Villaça (1998, p.350) cita como exemplo a cidade de São Paulo, quando se refere a Alfaphille (enclave da alta renda) sendo zona sul, quando espacialmente situa-se a oeste.

A configuração física da R A Norte foi produzida prioritariamente pela implantação desses vastos e inúmeros conjuntos habitacionais horizontais, pontuais, de partidos urbanísticos estanques, sem nenhuma preocupação com a integração do sistema viário, como também a continuidade de ocupação quanto às áreas existentes, o que efetivamente seguia os padrões de assentamentos deliberados pelo BNH. Prevalecendo na sua totalidade a malha de traçado cartesiano, com residências unifamiliares, implantadas em lotes individuais com acesso direto à rua, possuindo escassa arborização, nenhuma preocupação com o sistema de drenagem local, grandes vazios urbanos não tratados e muito raramente com algum tipo de equipamento urbano (Figura 13).



Figura 13: Vista do Conjunto Habitacional Santa Catarina, em construção. Bairro: Potengi. Ano: 1976. Autor da foto: Padre Thiago.

O peso dessa alteração é percebido pelo acentuado incremento populacional da região que abrange os bairros da periferia da cidade, tal fato é o referendo da segregação em Natal, já de antemão existente pela posição físico-espacial da R A Norte, frente ao resto do território de Natal. Como menciona Lojkine (apud: VILLAÇA, 1998) cada vez mais vai se definindo a segregação urbana, através da separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular. A região é sobremaneira resultante do processo socioeconômico e físico de urbanização de Natal.

No ano de 1976 foi iniciada a construção de conjuntos habitacionais horizontais naquela área e o primeiro deles foi o conjunto Igapó. Segundo Cunha (1987), a construção desses conjuntos na região atraiu o interesse de comerciantes, empresários e até mesmo imobiliárias, vislumbrando na compra de terrenos, que com o desenvolvimento local, através de investimentos do Estado (infra-estrutura, serviços e lazer) seriam valorizados posteriormente, fator este que também causou uma busca acelerada de terrenos no bairro de entrada, via térrea, da região - Igapó.

Essa decisão do Estado em construir conjuntos habitacionais na R A Norte está diretamente relacionada ao fato da ocupação Industrial na área limítrofe de Natal-São Gonçalo do Amarante, com a instalação do complexo industrial da União de Empresas Brasileiras (UEB)¹³, a qual consolida o *boom* do crescimento industrial dos anos 1970, e reflexos na construção civil. A Política Habitacional nessa década estava eminentemente voltada para a produção da força de trabalho. Desta forma a construção de conjuntos habitacionais populares (abrangendo população com renda familiar de 1 a 5 salários mínimos) na região, teve como finalidade fixar os trabalhadores que iriam fornecer a mão-de-obra nas diversas indústrias do complexo Industrial (PETIT, 1990).

A instalação desses conjuntos habitacionais longínquos das áreas centrais de Natal, sem um planejamento da ocupação gerou a formação de um tecido urbano caótico e desarticulado ao restante da malha urbana existente, gerando estruturas fragmentadas e grandes vazios urbanos distribuídos ao longo de todo território da região (Figura14). Que de acordo com o arquiteto Eudes Galvão¹⁴, tendo apenas por parte da COHAB/RN uma preocupação com a definição do sistema viário macro, produzindo ruas largas num sistema viário primário bem concebido, através das vias estruturais: Av. Dr. João Medeiros Filho, Av. das Fronteiras e a Rua Bel. Tomáz Landim (Figura 4). E as vias coletoras I¹⁵: Av. Itapetinga, av. Maranguape e a Av. Paulistana.

¹³ Complexo de indústrias de tecelagem e cartonagem.

¹⁴ Entrevista realizada aos 28 de fevereiro de 2002. O arquiteto Eudes Galvão é antigo funcionário da PMN, atualmente lotado na SEMURB.

¹⁵ Via coletora I é uma via de distribuição. Distribui os fluxos dos veículos entre as vias estruturais e locais (PDN, art. 43, inciso II a). A partir da promulgação do novo Código de Obras do município de Natal/RN – Lei Complementar nº 055 de 27/01/2004, a supracitada via continua sendo coletora I(C.O, art. 115- anexo I) .

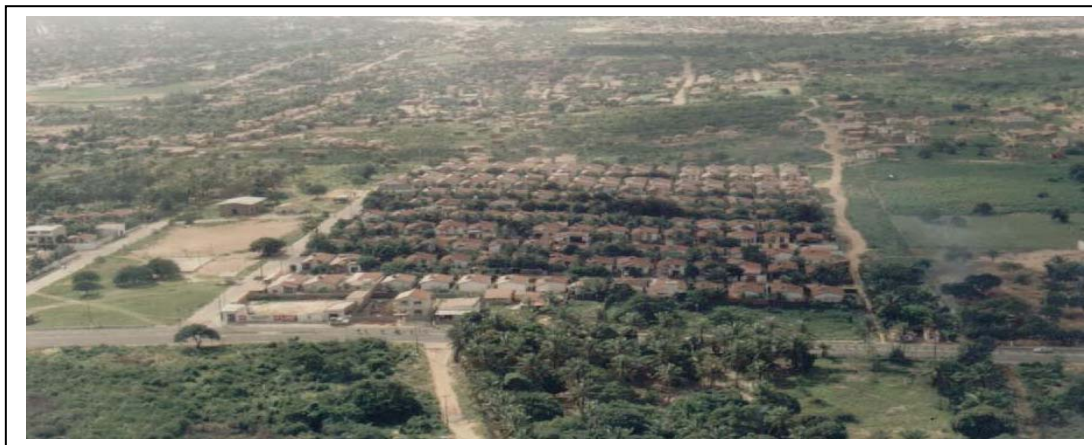


Figura 14: Foto aérea do Conjunto Habitacional Alvorada. Bairro: Pajuçara. Ano: 1994. Autor: Marcelo Tinoco.

Os Vazios Urbanos entre os conjuntos habitacionais, pela localização, já aproveitam a infra-estrutura existente e causam excessiva elevação no preço da terra (RIBEIRO, 1997); aliados à falta de um planejamento onde fosse prevista a necessidade básica de infra-estrutura de cada conjunto e sua articulação com o todo da região, e a preservação de seus recursos naturais, como as dunas, mangues, rios, etc., também não foram contemplados, resultando assim, na formação e crescimento de uma malha urbana desordenada, com futuras implicações urbanas.

A localização dos conjuntos habitacionais na zona norte da cidade foi uma ação intencional. Sua construção ocorre conjuntamente com a do Complexo Industrial, que no momento se instalava na cidade e necessitava de força de trabalho. Desta forma, observa-se a lógica das ações do Estado como suporte ao **capital industrial**, pois gera condições para a reprodução da força de trabalho necessário ao processo de acumulação do capital. (PETIT, 1990, p.33).

A R A Norte, até meados da década de 1980 (Figura 15), mesmo com a crescente implantação de conjuntos habitacionais horizontais, o seu espaço urbano permanecia em sua maioria desprovido de serviços de infra-estrutura e equipamentos básicos. Essa situação de abandono ocasionou uma deterioração da região e o crescimento de áreas precárias em habitabilidade.

A década de 1980 corresponde ao período em que houve o maior incremento de construção dos conjuntos habitacionais na região, decorrendo assim ao crescimento em equivalente dos problemas urbanos. Paralelo a isso se instala a crise do SFH, a qual foi efetivamente resultante do escasseamento dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), comprometendo a continuidade dos programas habitacionais destinados à população de baixa renda. Tendo associado a esse fato, a crise de inadimplência do SFH,

Figura 15: Mapa da Região Administrativa Norte de Natal/RN –Conjuntos Habitacionais

paulatinamente as obras foram sendo paralisadas. Culminando com a extinção da COHAB/RN e esfacelamento no âmbito federal da estrutura que tratava da habitação, o BNH, há a retração do sistema de financiamento público para a habitação.

Conseqüentemente com isso a R A Norte passou por um período de inércia, decorrendo dessa época, o codinome cidade dormitório, porque as construções de conjuntos habitacionais foram escasseando, apenas concluindo o que já havia sido contratado. Com relação às glebas existentes na região e negociadas para a construção desses empreendimentos, a engenheira da CEF¹⁶ declara:

Nesse período (década de 1980), com a implantação dos conjuntos habitacionais na zona norte de Natal os grandes proprietários de terras eram os que mais lucravam, isso porque tinham as terras como estoque e repassavam para o SFH, à medida que se ia construindo na área, diretamente ocorria a valorização fundiária. Mesmo no período de letargia, de falta de recursos, para a construção de conjuntos habitacionais. Houve inclusive muita pressão da parte dos proprietários de terras, para que se continuasse produzindo lá empreendimentos habitacionais.

No início da década de 1990, a ocupação e ordenamento da R A Norte permanecia nas mãos do mercado imobiliário, e também em paralelo da **produção não capitalista**, ou seja, como afirma Ribeiro (1997) de construções **informais** – favelas¹⁷, loteamentos clandestinos e vilas. Contudo, com a implantação de vários conjuntos habitacionais (Quadro 1 - apêndice, 138), tendo essas intervenções ocorridas nos moldes do modelo expansionista, é quando o poder público passa a investir mais em infra-estrutura na **periferia**. Periferia caracterizada pelo espaço da pobreza na cidade, onde o padrão de ocupação do solo é disperso, irregular e fragmentado, figura impressa a desigualdade socioeconômica, palco de conflitos, problemas fundiários e contradições urbanas.

Assim foram surgindo necessidades na região quanto ao comércio local, na busca de uma expansão para atender a crescente demanda e aos serviços no campo da saúde, educação, entretenimento. Como também de significativos empreendimentos de grupos empresariais. Todas essas interfaces contribuíram para a mudança da dinâmica socioeconômica e espacial em curso na região.

¹⁶ Entrevista realizada aos 24 de agosto de 2000. Enilce Dias é engenheira civil do setor de habitação da Caixa Econômica Federal –

Departamento do Rio Grande do Norte. Atualmente aposentada e professora do curso de engenharia de uma universidade particular.

¹⁷ *Favela*: assentamento habitacional com situação fundiária e urbanística, total ou parcialmente ilegal e/ou irregular, com forte precariedade na infra-estrutura e no padrão de habitabilidade, e com população de renda familiar menor ou igual a 3(três) salários mínimos, sendo considerada como consolidada a partir do segundo ano de sua existência(inciso XX do art. 6 – PDN/2007).

Loteamentos clandestinos: parcelamento do solo não aprovado pelo Município, não registrado em cartório e/ou não executado conforme projeto licenciado (inciso XXVI do art. 6 – PDN/2007).

Vilas: o conjunto de casas contíguas, no mesmo lote, destinadas predominantemente à habitação de aluguel, com algum nível de precariedades urbanísticas e ambientais, caracterizadas pela implantação encravada no interior dos quarteirões ou no fundo de quintais (inciso XLV do art. 6 – PDN/2007).

A população que vive nos bairros-dormitórios vai ter nas feiras dos fins de semana e no comércio de rua a relação face a face da barganha pelo menor preço para poder adquirir seus produtos. A formalidade do comércio instituído é alternativa para consumo por crediário que exige documentos, empregos formais e contas em banco como prerrogativas essenciais. De outro modo, a barganha da feira e do pequeno comércio de rua é mais compatível com a sobrevivência, pois não admite cheques – só dinheiro vivo e o consumo fragmentado em peças unitárias e imitações, mas, em contrapartida, a custo compatível com os pequenos ganhos. (SPOSATI, 2001, p.94).

Com um crescimento considerável de população, domicílios, serviços e comércios. Todos esses componentes, se congregam no espaço urbano, articulados por extensas vias de acesso que demarcam as áreas limítrofes de implantação dos conjuntos habitacionais.

A infra-estrutura na região continua precária, todavia o uso e a ocupação do solo avançam e impõem transformações numa malha urbana caótica, fruto da implantação de conjuntos habitacionais autônomos, assentamentos gerados a partir de uma concepção de desenho urbano racionalista e de prescrições urbanísticas previstas pela Lei Municipal nº 2.211/74¹⁸ e a Norma Federal 6.766/79¹⁹. Conforme salienta Góis (2002) consolida-se, dessa forma, a ocupação definitiva da periferia urbana que estendeu a cidade até os limites com os municípios circunvizinhos, materializando um processo de divisão sócioespacial, em que o padrão INOCOOP se estabelece nas zonas Sul e Leste e a COHAB/RN na, fisicamente segregada Zona Norte. As mudanças se efetivam e intensificam o crescimento da região que no passado recente, representava a periferia socioeconômica e espacial de Natal (Figura 16).

A última década do século XX passou por significativas mudanças na configuração sócioespacial induzidas prioritariamente, ao incremento do setor terciário, resultando no enobrecimento de parte da região, com efetivo desdobramento da apropriação desigual do espaço urbano, socialmente segregadora, com a formação da sua periferia. Percebe-se nitidamente a ocupação nas áreas lindeiras a sua principal via, a av. Dr. João Medeiros Filho, por edificações de padrão mais elitizado, apontando a grande incidência de áreas com usos comerciais e serviços.

A região consolidou a ocupação na década de 1980, período onde são construídos a maioria dos conjuntos habitacionais horizontais. Entretanto é na década de 1990 onde há o incremento de capital no setor terciário, através da implantação de supermercados, clínicas médicas/odontológicas, colégios da rede de ensino (fundamental e médio) particular, instalação de postos de abastecimento automotivo para gás natural e espaços de cultura, lazer

¹⁸ Primeiro Plano Diretor do Município de Natal/RN.

¹⁹ Lei Federal que determinar as atribuições referentes ao uso do solo, regendo o parcelamento do solo para fins urbanos.

e sociabilidade, como afirma Villaça (1998) áreas assim imprimem um grande poder estruturador intraurbano.

A R A Norte passa a ser gradativamente atrativa para comerciantes e prestadores de serviços, dos mais diversos setores, através de abertura de firmas filiais ou mesmo da matriz, os profissionais do setor de saúde da cidade foram os primeiros a darem maior visibilidade a essa nova configuração.

Os mais importantes eixos de comércio e circulação de transporte coletivo são definidos pela sua principal via de circulação a Av. Dr. João Medeiros Filho e as vias principais dos conjuntos habitacionais, nos bairros: Potengi, Lagoa Azul e Redinha, esse último pela questão do acesso à praia do mesmo nome. (Figura 17 – anexo, p. 159).

O transporte intraurbano de passageiros: É o principal elemento estruturador do espaço intraurbano e, ao contrário do transporte estudado pela economia política tradicional, singulariza-se por ser parte integrante do processo de consumo dentro do processo de circulação e para o processo de circulação (VILLAÇA, 1998, p.331).

Todavia, a região, ainda distante do processo de pleno ordenamento físico, apresenta mudanças no cenário urbano, pois, durante a última década do século XX, já era realidade o incremento populacional na mesma e o crescimento acelerado dos serviços prestados e comércio, antes só inerentes ao centro da cidade.

A região, área aonde só residem os menos favorecidos sócio-economicamente, começa a ficar atrativa para os investimentos imobiliários e serviços, principalmente na área de saúde.

Correndo do já inchado mercado de prestação de serviços médicos nas regiões centrais de Natal, muitos profissionais de saúde estão fazendo carreiras bem sucedidas na Zona Norte da Cidade. Não são poucos os empreendimentos comerciais nesse ramo que surgem no lado Norte da Ponte de Igapó, tornando a população do local ainda mais independente das outras regiões da cidade (jornal: O Poti, 12/09/99, p. 16).

- ① Rua Bel. Tomás Landim.
- ② Av. Dr. João Medeiros Filho.

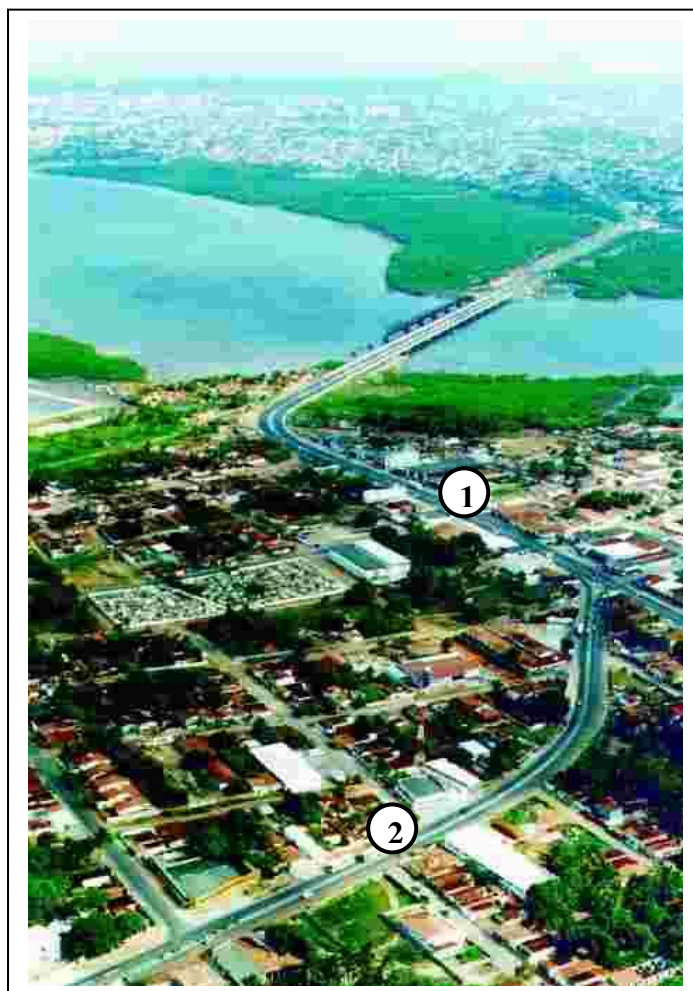


Figura 16: Foto aérea da entrada da Região Administrativa Norte de Natal, após a ponte de Igapó. Ano: 1999. Autor da foto: Canindé Soares.

A ocupação da região em termos habitacionais foi consolidada na década de 1990, todavia, apresenta uma paisagem ainda dominada por conjuntos habitacionais horizontais, porém já despontam as interferências crescentes da iniciativa privada através da construção de mansões no interior de seus bairros e as mudanças gradativas no comércio/serviços, progressivamente passando de local para supridor das necessidades da região e municípios circunvizinhos.

A R A Norte abrigou até o final da década de 1990, mais de 50 conjuntos habitacionais (Quadro 1 – apêndice, p. 138), 15 favelas que pela disponibilidade de áreas livres, estão situadas no interior ou nas proximidades dos conjuntos habitacionais e 164 vilas sendo essa

região a que apresenta a menor (7,40%) concentração desse tipo de moradia em Natal (IPLANAT, 1993).

A participação da população da região sobre o total do município, em 1980, era de 9,63%, aumentou em 1991, para 24,21%, em 2000 para 34,36%, percebe-se o crescimento gradativo, evidenciando-se a tendência de concentração da população na região, em relação as demais regiões administrativas de Natal.

A evolução da distribuição da população de Natal, no período 1980/2000, indica claramente um processo de mobilidade intraurbano, destacando-se a R A Norte, como receptora de população.

No que tange ao número de domicílios particulares permanentes, a R A Norte, também segue o mesmo desenvolvimento ocorrido com a população. Apresenta um crescimento constante, no período analisado (1980/2000) (Tabela 4- apêndice, p. 139), de 9.994 domicílios (10,83% de Natal) em 1980, saltando para 31.365 (23,32%) em 1991; período onde é construída a maioria dos conjuntos habitacionais; e chegando em 2000, com 59.721 domicílios particulares permanentes (34,45% do total do município de Natal). Comparando-se com as demais regiões, é a região de maior participação na composição do quadro de domicílios do município de Natal, no ano de 2000. Nas outras regiões, houve no período 1980/2000, um decréscimo constante. Principalmente na R A Leste, onde se localiza o centro de Natal, apresentando na década de 80 uma participação no município de 33,36%, em 1991 a participação caiu para 22,04%, chegando ao ano 2000 a 17,33% do numero de domicílios particulares permanentes de Natal (Tabela 4 - apêndice, p.139).

A **vocação** residencial da R A Norte, imposta pela concepção urbanística dos extensos conjuntos habitacionais horizontais ali implantados ate a década de 1990, progressivamente apresenta transformações significativas, constatando-se o aumento da oferta de serviços vinculados ao comércio e ao turismo.

A presença crescente de supermercados, pequenos entrepostos de alimentos, clínicas médico-odontológicas, escolas particulares, pequenos centros comerciais, postos de gasolina, motéis, e restaurantes passou a promover alterações no padrão urbanístico original dos conjuntos habitacionais, bem como mudanças nas tipologias das edificações, levando, sobretudo em trechos, como no entorno da Av. Dr. João Medeiros Filho, a um enobrecimento da área.

2.3.1 A VIA INDUTORA DE MUDANÇAS

O direcionamento de população para a R A Norte, que foi aquela que mais cresceu na década de 1980 e 1990 (ver Tabelas 3 e 4- apêndices, p. 137 e 139), reproduziu o modelo excludente, antes só observado nas grandes cidades. O processo de acumulação de riqueza foi acompanhado também pela expansão da pobreza, que foi direcionada para essa região. A sua paisagem nas décadas de 1970 e 1980 se assemelhava à das periferias das grandes cidades (VIDAL, 1998). Entretanto, a realidade hoje é outra, onde é crescente o aporte da população dita classe média, os comércios e serviços se multiplicam; cada vez mais a região fica independente do centro de Natal.

A R A Norte na última década do século XX começou a abarcar uma variedade de atividades econômicas, como produção de bens para consumo, prestação de serviços, comercialização de produtos próprios ou de empresas capitalistas, em síntese deu início a uma série de funções que o próprio sistema capitalista exige para sobreviver (mercado, reprodução da força de trabalho e socialização).

O incremento do setor terciário ocorreu em vários locais da região, principalmente nas vias principais de acessos aos conjuntos habitacionais, que por sua vez são também os corredores de circulação dos transportes coletivos, entretanto de forma mais elitizada, nas áreas lindeiras a Av.Dr. João Medeiros Filho (Figuras 18 e 19), via que percorre a região longitudinalmente, sobretudo na intersecção com o Bairro Igapó e o Bairro Potengi (Figura 20 – apêndice, p. 140).



Figura 18: Clínica Médica:
Bairro:Igapó. Ano: 2000. Autor da
foto: Rosa de Fátima.



Figura 19: Estabelecimento de
Ensino. Bairro: Potengi. Ano: 2000.
Autor da foto: Rosa de Fátima.

A região está construindo uma identidade local, como estrutura urbana, paulatinamente deixando de ser apêndice oneroso de Natal, criando sua “sustentabilidade” no tocante aos setores fundamentais de reprodução do capital (comércio e serviço) e diretamente há o reflexo na estrutura física.

A avenida Dr. João Medeiros Filho sempre foi uma via definidora para o acesso e escoamento dos conjuntos habitacionais da região. Com o crescimento local tem um papel preponderante, devido, sobretudo a ser a área mais expressiva do aumento de padrão socioeconômico e conseqüentemente concentradora das principais mudanças tipológicas da R A Norte (Figuras 21e 22).



Figura 21: Complexo Comercial. Bairro: Potengi Ano: 2000.. Autor da foto: Rosa de Fátima.



Figura 22: Concessionária de motocicletas. Bairro: Potengi. Ano: 2000. Autor da foto: Rosa de Fátima.

No início dos anos 1950, iniciou-se a abertura da estrada que facilitaria o acesso entre a ponte de Igapó e a Redinha. A partir de 1952, essa estrada começou a cortar os sítios e granjas, abrindo um caminho de barro, só sendo pavimentada em 1975 com 7,2 km de extensão, ficando conhecida como **estrada da Redinha**, sendo hoje a Av. Dr. João Medeiros Filho²⁰. Esta avenida tornou-se o principal eixo de ligação entre os diversos bairros da R A Norte, além de apresentar como característica principal um uso do solo onde predomina a atividade comercial e serviços varejistas na região. É nesta avenida que o processo de redefinição comercial ocorre de forma mais intensa, indicando uma elitização interna.

²⁰ João Medeiros Filho (1904 a 1987) advogado, promotor público do Estado do RN. Chefe de polícia (atual secretária de Segurança Pública) do governo de Rafael Fernandes. Enfrentou a intentona comunista lutou foi preso e condenado à morte, mas pelos méritos, ele conseguiu liberdade. Posteriormente ocupou vários cargos públicos. Em função da sua afinidade e popularidade no bairro da Redinha, após aposentadoria procedeu à mudança de moradia para o citado bairro. NATAL (Cidade). Prefeitura, 2001.

A Av.dr. João Medeiros Filho, percorre longitudinalmente a R A Norte, criando previamente na paisagem intraurbana, um diferencial enobrecido das suas áreas lindeiras. Via que se situa após a barreira natural – Rio Potengi, a entrada para o outro lado de Natal/RN, componente de uma bifurcação com a Rua Bel. Tomás Landim, que segue reta no limite da região e do município, em destino ao interior do Estado do Rio Grande do Norte (Figura 23).



Figura 23: Foto da Rua. Bel.Tomás Landim / início da Av. Dr. João Medeiros Filho. Ano: 2000. Autor da foto: Rosa de Fátima.

A Av. Dr. João Medeiros Filho, assim como a Av. das Fronteiras são eixos viários importantes e marcos físicos bem definidos na região (ver Figura 20 – apêndice, p . 140). Onde a primeira objeto de estudo é reflexo visível do processo de enobrecimento local, enquanto o entorno da segunda é o retrato fidedigno da periferia urbana.

A Av. Dr. João Medeiros Filho teve as seguintes denominações: Av. Floriano Martins, Estrada da Redinha e av. Central. Recebeu a denominação do logradouro atual pelo decreto municipal nº 3.770/88. Essa avenida corta longitudinalmente toda a Região Administrativa Norte (Figura 4), percorrendo os bairros de Igapó e Potengi sendo, inclusive, o limite físico entre os bairros de Pajuçara e Redinha (Figura 20 – apêndice, p. 140).

Por muitas décadas, Av. Dr. João Medeiros Filho foi apenas via de acesso ao bairro da Redinha (considerada a praia de veraneio de “Natal”) e a diversas praias do litoral norte do estado do Rio Grande do Norte, tendo as suas áreas lindeiras escassa ocupação. Com a implantação dos conjuntos habitacionais, primordialmente na década de 80, houve em seu

percurso um gradativo aumento do fluxo de veículos, para a mesma convergem as principais vias de acesso desses empreendimentos habitacionais. Tendo inclusive sido a sua pista de rolamento ampliada em 1986(governo Geraldo Melo -PDS) e recebido pavimentação asfáltica em meados da década seguinte. Assim como implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte - PRODETUR –I, no período de 1995 a 2002, quando o Governo Federal lança a Política Pública de Turismo, que objetivava colocar infra-estrutura de apoio ao turismo a disposição da sociedade nordestina, contemplando obras de saneamento básico, melhoria de rodovias, entre outros. E nesse escopo a Av. Dr. João Medeiros Filho foi incluída, em função da sua localização de acesso as praias do litoral norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Ao ser duplicada, em 1990, a Av. Dr. João Medeiros Filho permitiu diminuir os riscos de deslocamento da população local, passagem de turistas para as praias do litoral norte do Estado, assim como facilitar maior fluxo de veículos no interior da região. Por outro lado, fica claro o empenho dos setores públicos quanto à melhoria e duplicação dessa via, pois, redefiniu os preços da terra, incidindo diretamente nos ajustes anuais da planta genérica de valores (Decretos nº 5.962/96 e nº 6.133/97). Durante a década de 1990 recorte temporal deste estudo ocorre um visível crescimento do número de imóveis destinados aos setores de comércio e serviços varejistas, de maior porte, quanto à ocupação de área, como também quanto à importância frente à região.

2.4 O MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO

A R A Norte de Natal, palco de transformações socioeconômicas no seu território incrementou sobremaneira o seu potencial político na década de 1990. Começou a ter visibilidade para as autoridades públicas constituídas e representantes de entidades comunitárias, como área de “Natal” promissora para investimentos no que concerne a infra-estrutura, como também potencial área geradora de tributos no ascendente setor terciário local.

No início da década, ano de 1992, começou a ser discutido a transformação da região em município, e segundo o presidente da ASCONAT²¹ **o movimento de emancipação foi**

²¹ Entrevista realizada aos 03 de abril de 2002. José Pedro dos Santos Neto é o atual presidente da Associação dos Comerciantes da Zona Norte de Natal – ASCONAT.

iniciado a partir de uma idéia ingênua, de que a transformação daquela região em município viesse a contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

A bandeira da emancipação político-administrativa da R A Norte foi levantada por lideranças políticas, assim como entidades comunitárias, devido a região representar em termos quantitativos, o terceiro colégio eleitoral do estado do Rio Grande do Norte. No ano de 1991 de acordo com presidente da AMOZON²² na época, um grupo de professores universitários e líderes comunitários, fez uma pesquisa para traçar um perfil da região. O documento foi o marco para lançar o desafio da *emancipação da região*. Ele afirma que:

Na época sabiam que o povo ia ficar contra, pois, a contra-informação jogou pesado. Havia a necessidade de buscar um marketing para dar a região, o status que ela merecia no cenário social e político na cidade. Na época nos anais da Câmara Federal, consta que, toda a nossa bancada federal se mobilizou para que os recursos das emendas (na área da educação, saúde, serviços) fossem voltados para a região. (entrevista realizada com o presidente da AMOZON, dia 16/09/2002)

O desdobramento imediato da pesquisa desenvolvida foi o encaminhamento de discussões internas, seminários e palestras com estudiosos do meio acadêmico e político da cidade. Teve destaque na mídia de Natal (Figura 24).

Tanto que, as principais lideranças da região, afirmam que, para se olhar à região e tecer alguma análise, deve-se considerá-la antes da década de 1990 e após a mesma.

O presidente da AMOZON afirma ainda:

Não somos mais uma cidade dormitório, somos uma cidade, onde o nosso coração pulsa em sintonia com a nossa consciência. No dia-a-dia buscamos avançar, não tirar de Natal (centro antigo - referencia do entrevistado), aquilo que ela sempre teve de direito. Mas ser ressarcido ao nosso povo, e as nossas comunidades, todos aqueles tributos que pagamos. Somos um povo voltado para o trabalho, convicto e direcionado para o desenvolvimento.

O objetivo maior com esse movimento de emancipação da região foi, sobretudo, uma iniciativa impactante para chamar a atenção das autoridades constituídas, pois essa porção do território da capital era vista de maneira preconceituosa em termos de disponibilização dos serviços básicos, assim como dos recursos públicos no que concerne a ações socioeconômicas de inclusão da R A Norte, no contexto urbano de Natal. Ao término da década de 1990, o

²² Entrevista realizada aos 16 de setembro de 2002. Jorge Luiz Medeiros de Araújo é atualmente vereador em Natal pelo PSD e presidente de honra da Associação dos Moradores da Zona Norte – AMOZON.

movimento de emancipação da região, já não tinha tanta repercussão no contexto local. Entretanto, os vereadores eleitos pela região ainda alimentavam a idéia, e afirmavam que a concretização dessa independência, só o tempo, com a politização e a conscientização da população da R A Norte é que mostraria esse caminho.

Em matéria publicada em jornal local²³ um vereador do Partido da Frente Liberal (PFL) considerado o mais expressivo representante político, em defesa da região, anuncia que sua primeira atitude na Assembléia Legislativa será apresentar projeto de lei propondo a emancipação da R A Norte. Enuncia o agora deputado estadual: “Se a população quiser, a Zona Norte passará a ser cidade. Queremos nossa independência para deixar de ser um flagelo de Natal, porque a região é discriminada”.

²³ Jornal Tribuna do Norte, aos 08 de outubro de 2002. Declaração feita por Luiz Almir após ter sido eleito o terceiro deputado estadual (pela 1ª vez eleito deputado estadual) mais votado do estado do Rio Grande do Norte, na eleição de 2002.

FIGURA 24: Matéria publica em jornal local sobre o movimento de emancipação da Região Administrativa Norte. Ano: 2000

12 janeiro de 1992 - Domingo - CIDADES 5



Conjunto Estrela do Mar, em Extremoz: sofre com as falhas na coleta do lixo pela Urbana



Zona Norte: enfrentando muitos problemas urbanos

Zona Norte quer se separar de Natal

O que se pode dizer de um local que tem uma população de 273 mil habitantes, 65 mil eleitores, dois cartórios, dois cemitérios, um escritório da Caern, um escritório da Cosern, três escritórios da Cohab/RN, oito bairros, 28 comunidades, 49.904 edificações, 8.637 terrenos não edificados, 14.383 terrenos não murados, 36 escolas públicas, 56 escolas particulares, doze centros de saúde, três hospitais e mais uma centena de organismos na área de segurança,

transporte, telecomunicações, religião, indústria e comércio?

O mínimo que se pode dizer é que se trata de uma cidade, com mais infra-estrutura e bem maior que muitos municípios do interior do Estado. Quem pensou nisso enganou-se.

Todos os números e locais mencionados, são encontrados na Zona Norte da cidade: uma área que tem tudo para ser mais um município de Natal, mas

continua na dependência de Natal e apesar de fazer parte da capital, ainda é discriminada.

Emancipação — Diante disso, da mesma forma que o Sul está querendo fazer com o Nordeste, a Zona Norte está pretendendo fazer com Natal. Pelo menos a proposta já está circulando pelos vários bairros e conjunto habitacionais, alguns aprovando a ideia, e outros discordando. Numa simples enquete, por exemplo, não se tem condições de definir se a po-

pulação do outro lado do Rio Potengi quer ou não se emancipar.

Condições tem e já foi demonstrado, mas para se ter uma conclusão final, teria que se fazer um plebiscito.

Na pesquisa realizada pela Associação da Zona Norte, presidida por Jorge Araújo, apontado pelos moradores como o primeiro candidato a prefeito da Zona Norte, caso seja emancipada, foram diagnosticados ainda sete Acade-

mias de dança e modelagem do corpo, uma penitenciária (que Natal não tem), 180 ônibus, 53 táxis e 17 carros de burro, mais o trem, carinhosamente chamado de "Trem do Grude".

Tem ainda 2 mil telefones particulares, 78 telefones públicos, dezenove igrejas católicas, 37 protestantes e treze centros de umbanda.

Comércio — Olhando bem, a Zona Norte tem condições de viver sem depender tanto de Natal,

Na verdade, fica precisando de muito pouco.

Hoje são encontrados quinze supermercados, 68 farmácias, quatro pizzarias, oito churrascarias, 124 bar/lanchonetes, duas locadoras de vídeo, 55 salões de beleza, 29 motéis e casas de drinques.

Ainda falta algumas coisas, como um cinema, lojas de venda de carros e outros pequenos empreendimentos que aos poucos vão surgindo.



Emancipação vai ser boa para todos

Na opinião do vigilante Francisco Rufino Ferreira, 35, a proposta de emancipação é boa, "como um novo município, o rendimento da Zona Norte ficaria por aqui mesmo, e com esses recursos, a Prefeitura poderia fazer muitas obras" disse, achando que a nível político também seria positivo, pois mostraria a força da comunidade. Para ele, a maioria dos problemas que ainda existem na área poderiam ser solucionados com uma administração local, entre os quais destaca a questão da falta d'água e a deficiência na coleta de lixo.



Igapó sofre com muitos problemas

Balconista de uma farmácia no bairro de Igapó, Flaviano Pereira de Castro, 24, acha que a emancipação da Zona Norte iria trazer mais benefícios para a comunidade, que hoje vive esquecida. "A Prefeitura de Natal prefere Natal. Se tivéssemos um Prefeito, ele iria trabalhar para desenvolver a sua cidade", relatou. Morando há treze anos no Bairro, disse que a área tem muitos problemas que precisam ser solucionados, entre os quais destaca o calçamento das ruas e a melhoria do transporte coletivo.



Comerciante diz que tudo vai melhorar

"Só assim a Zona Norte vai deixar de ser discriminada", defendeu a proposta a comerciante Eliane Soares Rocha, 28, dizendo ser totalmente a favor e vai lutar para que seja aprovada. "Com a emancipação, a área vai ter uma maior atenção". Há nove anos morando no bairro de Igapó, disse que são esquecidos de todas as formas, e com uma Prefeitura local, tudo vai ser diferente. "Hoje não temos uma escola boa, a coleta de lixo não é bem feita e os coletivos são um sufoco".



Radialista é contrário à emancipação

O radialista Osman Paulo de Oliveira não concorda com a ideia. "A Zona Norte já é complicada do jeito que está, imagine se tivesse uma administração com como vem ocorrendo com o País, administrado pelo Presidente Collor, e com o Estado, administrado por José Agripino, a situação iria piorar, nem adianta insistir, seria complicado demais", argumentou. Morando há sete anos no conjunto Panatit, acha que os maiores problemas da área é a falta de água e o transporte.



Para dona-de-casa nada vai se modificar

"Por que essa proposta de emancipação? A Zona Norte fica tão longe assim de Natal?", dessa forma resigiu a dona de casa Maria Gazete de Aguiar, 36, dizendo ainda não ter uma opinião formada sobre a questão. "Acho que tanto faz, a Zona Norte não vai ter piora nem melhora, vai continuar como está", relatou, enquanto passeava pelo conjunto Panatit com as filhas. Morando há onze anos na área, disse que já se acostumou com os problemas do local, destacando, entre outros, o precário transporte coletivo.



Ninguém vai fazer nada por ninguém

Começando a rir ao saber da proposta de emancipação da Zona Norte, o aposentado Gabriel Ferreira da Silva, 56, disse que achava "uma boa", no entanto, afirmou que de melhoria não esperava nada. "nem o Governador está fazendo nada, imagine um Prefeito aqui", disse, rindo mais uma vez. Há doze anos morando na Zona Norte, atualmente no conjunto Santa Catarina, disse que não acreditava nas pessoas que estão no poder, e a mesma coisa seria no local. "ninguém tem capacidade de fazer mais nada" lamentou.

3 TERCIARIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO INTRAURBANA

Para não repetir as idéias fora do lugar é preciso ampliar o conhecimento da contraposição entre a história das idéias e a evolução da realidade empírica. É preciso levar em conta o fosso que separa as idéias da prática e também o fosso que nos separa dos países centrais. A revisão de conceitos pode ajudar a evitar o *mimetismo*. MARICATO, 2000.

3. TERCIARIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO INTRAURBANA

3.1 A INSERÇÃO DA CIDADE LOCAL NA SOCIEDADE GLOBAL

O sujeito da história é incontestavelmente a *Cidade*. Ela se apresenta com várias características precisas. (LEFEBVRE, 2001.)

Na morfologia sócioespacial da R A Norte, duas balizas foram fixadas, desde a sua gênese: a segregação²⁴ urbana e a presença do Estado.

As primeiras formas de ocupação **organizadas** da margem esquerda do Rio Potengi estiveram orientadas pela intervenção estatal, seja com ações voltadas para o crescimento espacial, com impactos diretos nos processos de mobilidade residencial, seja na falta de regulamentação da produção do espaço.

A compreensão dos fenômenos que estão ocorrendo na R A Norte, e que vem provocando transformações no processo de estruturação sócioespacial e econômica, quando do surgimento de nova configuração urbana passou a modificar a sua paisagem, ao mesmo tempo em que alterou as relações sociais, nos remete a entender a natureza dos vínculos entre a **cidade do mercado**²⁵, como define Maricato (2000) e o espaço urbano que passam a se constituir e a direcionar o surgimento de nova centralidade, e nos conduziram a investigar a intercessão do setor terciário no redesenho local do espaço urbano da região.

Buscando suporte teórico inicialmente em estudiosos da relação espaço e sociedade, partiu-se então de estudos já considerados clássicos, como os de Manuel Castells (1994), da chamada escola francesa dos anos 70²⁶, que, entretanto admite ter havido excessos ideológicos e erros teóricos consideráveis nessa corrente de pesquisa, quando afirmava que, a lógica do capital por ela mesma não explica muita coisa. Os movimentos sociais urbanos tiveram mais sucesso como construção teórica que como prática social. E o espaço não é o reflexo da sociedade, como se dizia, mas antes sua refração, o que é bem diferente.

²⁴ É um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em **diferentes regiões** gerais ou **conjuntos de bairros** da metrópole. (VILLAÇA, 1998, p.142)

²⁵ Segundo MARICATO (2000) é referencial a cidade formal, onde incide todo o aparato do poder público constituído (legislação, equipamentos de governo, infra-estrutura urbana).

²⁶ Corrente de pesquisa urbana nascida na França que adquiriu certa reputação internacional, em particular no mundo anglo-saxônico e na América Latina recebendo a denominação de “Escola Francesa de Sociologia Urbana” (Castells, 1994, p.58).

Castells (2000 a) ²⁷ cita que, analisar o espaço enquanto expressão da estrutura²⁸ social resulta, em diretamente estudar sua modelagem pelos elementos do sistema econômico, político e ideológico, como também pelas combinações e práticas sociais que decorrem dele. Afirma que o espaço é estruturado, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social. Segundo o autor:

A organização urbana é um conjunto de processos que moldam, distribuem e correlacionam as – unidades ecológicas²⁹, a saber, toda expressão espacial que apresenta uma certa especificidade com relação ao seu ambiente imediato. (Castells, 2000, p.193).

Por outro lado, argumenta Corrêa (1995, p.9) que, “o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”. O condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção.

A reprodução das relações sociais de produção constitui o papel mais importante que a organização espacial da cidade está destinada a cumprir (LEFEBVRE, 1976. In: Corrêa, 1995, p.65).

Por ser reflexo social e fragmentado, afirma Corrêa, o espaço urbano, principalmente o da cidade capitalista é, sobretudo desigual: a desigualdade apresenta-se em característica própria do espaço urbano capitalista. Possuindo a sociedade sua própria dinâmica, o espaço urbano é também mutável, tendo uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (...) A desigualdade sócioespacial também não desaparece: o equilíbrio social e da organização espacial não passa de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologia (Corrêa, 1995, pp. 11-12).

²⁷ A 1ª edição dessa obra foi realizada em 1972, título original: *La question urbaine*. A 1ª edição brasileira teve tradução de Arlene Caetano, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1983.

²⁸ Estrutura para Castells é sinônimo de espaço urbano.

²⁹ Os principais processos ecológicos segundo Castells (2000, p.185-186) são: concentração, centralidade ou especialização funcional, descentralização, segregação e invasão-sucessão.

Os agentes sociais que fazem e simultaneamente refazem ou não a cidade, conforme Corrêa (1995) são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Flávio Villaça (1998) detalha ainda mais o estudo sobre o espaço na cidade, por meio da conceituação de espaço intraurbano, que para ele esse é estruturado³⁰ fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho; seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-lazer, escola, entre outros. O espaço intraurbano na cidade capitalista é altamente heterogêneo. Para o autor, ao contrário de algumas referências que trataram o espaço com o estudo a partir dos agentes produtores, o espaço intraurbano, contudo, é estruturado sob a dominação dos interesses do consumo. A luta de classes pelo domínio das condições de deslocamento espacial é força determinante da estruturação do espaço intraurbano.

O espaço da cidade capitalista ou o espaço intraurbano, como define Villaça (1998) produz e imprime uma identidade no seu território, onde a sua ocupação sócioespacial ocorre de forma heterogênea, com oposições claras, quanto aos locais para os possuidores dos meios de produção e as zonas de moradias para as camadas populares, definindo assim um processo de segregação urbana.

Segregação, tanto no aspecto espacial, quanto ao socioeconômico, ela é bem definida tomando por base estudiosos (SPOSITO, 1991; CORRÊA, 1995; VILLAÇA, 1998), que afirmam a segregação como uma forma extrema de desigualdade. O impacto espacial da tendência a dualização social seria, num extremo, a apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados pelas funções ligadas ao consumo à moradia de luxo e, no outro, a conformação de espaços exclusivos da pobreza.

No seu livro sobre a cidade, Raquel Rolnik (1998) afirma que, do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença. Diferença essa calcada na invisibilidade ao tratar o espaço urbano, para as áreas periféricas, ilegais. Como afirma Maricato (2000, p. 122) que para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias. Afirma ainda a autora que:

³⁰ Villaça (1998), quando usa o termo estrutura está se referindo ao espaço urbano, diz respeito à localização relativa dos elementos espaciais e suas relações, ou seja, dos centros de negócios (o principal e os outros) das áreas residenciais segregadas e das industriais.

A tensão existente entre a cidade formal e a cidade ilegal é dissimulada. Além dos investimentos públicos no sistema viário, a legislação urbanística se aplica à cidade “oficial” (“flexibilizada” pela pequena corrupção). Os serviços de manutenção das áreas públicas, de pavimentação, da iluminação e do paisagismo, aí são eficazes. Embora os equipamentos sociais se concentrem nos bairros de baixa renda, sua manutenção é sofrível. A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. Mas representação da “cidade” é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação da renda imobiliária. (MARICATO,2000, p. 165).

Outros teóricos investigadores do urbano buscam marcos conceituais que expliquem os novos padrões de urbanização e de sua manifestação espacial, assim como os caminhos no novo arcabouço de cidade. Nesse sentido o trabalho de Sassen (1998) sobre as cidades globais³¹ foi relevante, a maneira como a estudiosa estruturou seu modelo de **cidade global** onde buscou equivalência entre as efetivas transformações econômicas às mudanças da estrutura social das grandes cidades envolvida com a globalização. A autora estabeleceu uma ligação entre o crescimento da sociedade de serviços e a acentuada **dualização social**, pois a hipótese construída por ela remete a “bipolarização da estrutura social entre o pólo favorecido da classe de serviço global e um novo proletariado do setor terciário”.

O conceito de Cidade Global está diretamente relacionado a uma grande mudança na estrutura social, base econômica e organização espacial, o surgimento desta nova ordem aponta para inúmeras desigualdades sociais e um aumento considerável do processo de segregação urbana. Afirma Octavio Ianni (2003, p. 36) que tomando como referência a segunda Guerra Mundial, “desenvolveu-se um amplo processo de mundialização³² de relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, antagonismo e integração. Aos poucos, todas as esferas da vida social coletiva e individual são alcançadas pelos problemas e dilemas da globalização”. Ianni (2003) ressalta ainda que:

As sociedades contemporâneas, a despeito das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. (...) Mas o que começa a predominar, a apresentar-se como uma determinação básica, constitutiva, é a sociedade global, a totalidade na qual pouco a pouco tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento. São singularidades ou particularidades cuja fisionomia possui ao menos um traço fundamental conferido pelo todo, pelos movimentos da sociedade civil global. (IANNI, 2003, pp. 38-39).

³¹ Espaços transnacionais no que diz respeito ao mercado. À medida que essas cidades prosperaram, passaram a ter mais em comum uma com as outras do que com centros regionais existentes em seus próprios Estado-nação. (SASSEN, 1998, p. 12).

Mundialização, segundo Castilho (1998, p. 37) não é um novo fenômeno, pois desde cinco séculos atrás, que este processo tem contribuído para a (reformulação sócio-espacial das atividades econômicas e isto através das suas fases de aventura (dos grandes descobrimentos), consolidação (da implantação dos sistemas coloniais) e internacionalização (do aumento dos fluxos econômicos entre os vários países). [...] a fase contemporânea do processo de mundialização é conhecida pela denominação **globalização** devido não somente ao aumento dos fluxos entre os países e a queda de barreiras alfandegárias (internacionalização), mas também ao início do processo de integração entre os seus principais elementos. Esta integração firmada sobre uma imbricada rede de transportes e (tele) comunicações encontra-se cada vez mais consolidada e integrada. Porém, esse processo de integração é diferenciado conforme o nível de desenvolvimento socioeconômico e político de cada formação sócio-territorial específica vinculado a lógica desigual e seletiva do capitalismo.

Para Carlos (2001, p. 177) sinteticamente, a globalização como fenômeno liga-se à internacionalização da produção, enquanto a mundialização, que diz respeito ao fenômeno de constituição da sociedade urbana, liga-se, portanto à produção *latu sensu*. A mundialidade é o projeto de construção de um espaço mundial - é nesse contexto que novas contradições se manifestam, se inventam novos valores, se reorganizam novos espaços a partir da reorganização da sociedade inteira, em função dos centros de poder, dando um novo sentido para o espaço. [...] no plano do espaço, a mundialização se analisa no contexto da constituição da sociedade urbana. O mundial passa a ser o ponto de partida e de chegada da análise. [...] A questão do mundial implica uma nova disposição do espaço inteiro - um espaço real e concreto - que se reorganiza em função de um novo estágio da divisão do trabalho em escala mundial, de modo a acentuar a hierarquia dos espaços pela geração de novas centralidades. A noção de mundialização refere-se às transformações que fogem ao estritamente econômico e dizem respeito ao social, cultural, político e ideológico, ao mesmo tempo que se revelam no plano da mundialidade.

Na “marcha da história”, entretanto Ianni (2003, p. 151) ressalta que os horizontes da globalização e interdependência são efetivamente os mesmos da fragmentação e antagonismo, “ compreendendo nações e continentes, mercados e mercadorias, capital, trabalho e tecnologia, classes sociais e grupos étnicos, religiosos e lingüísticos, povos e indivíduos. A mesma máquina do mundo que produz e reproduz a integração de uns e outros, produz e reproduz a contradição entre eles. Ocorre que as relações, os processos e as estruturas característicos do capitalismo são simultaneamente de apropriação e dominação, integração e

antagonismo. A contrariedade e a cumplicidade estão na essência da sociabilidade constituída com o capitalismo, em escala micro, macro e meta”.

O contexto das grandes cidades brasileiras é marcado pela fragmentação urbana. Denota-se a total inserção do país no movimento de globalização e consolida a adesão do movimento internacional de consumo urbano com as conseqüências comum sobre a organização das cidades.

Os desafios impressos, decorrentes do processo da globalização são também analisados por meio de estudos de autores reunidos (LAGO; RIBEIRO e PRETECEILLE, 2000) na busca de aprofundar o olhar nos impactos sócioespaciais. Lago (2000, p. 207) trabalha os impactos sociais e espaciais oriundos da crise e da reestruturação econômica, ressalta “a hegemonia da dualidade tanto no âmbito da estrutura social como da nova espacialidade urbana, caracterizada esta última por novos padrões de desigualdade, ou mesmo, por novas formas de segregação”. De acordo com as observações da autora:

O alto grau de concentração das atividades econômicas e da infra-estrutura básica nos núcleos urbanos, assim como o padrão de localização dos diferentes segmentos sociais nas metrópoles brasileiras, serviram de fundamento para que a perspectiva dual predominasse nos estudos sobre segregação urbana nos anos 70 e 80, embora o núcleo e a periferia não se tenham constituído plenamente em espaços socialmente homogêneos. (LAGO, 2000, p. 207).

Lago (2000, p. 208) sugere que as transformações sociais e espaciais nas décadas passadas, ou seja “o modelo dual seja revisto como expressão da realidade metropolitana que vinha se configurando. Para a autora o debate em torno da tendência (ou não) à dualização da estrutura sócioespacial é marcada por indefinição conceitual. Afirma que a, segregação ocorre como uma forma extrema de desigualdades. Cita que “o impacto espacial da tendência à dualização social seria, numa extremidade, a apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados pelas funções ligados ao consumo e à moradia de luxo e, na outra, a conformação de espaços exclusivos da pobreza”.

Ribeiro (2000, pp. 65-68) confere a “globalização e a reestruturação produtiva” como agentes diretos das mudanças nas cidades brasileiras, e observa que “os impactos da globalização nas grandes cidades e as mutações que vem ocorrendo na estrutura de classe, transformações globais da estrutura sócioespacial das metrópoles são percebidas, suas economias urbanas vem sendo alteradas”, e, remeteria a uma “estrutura social bimodal, tanto em termos da estrutura sócio-profissional quanto em termos da distribuição de renda”. Assegura que há a coexistência de duas lógicas de organização do território, qual seja a

segregação e a diferenciação. A segregação organizada por uma combinação de mercado e de definidas normas institucionais. A lógica da diferenciação, por sua vez, se alicerçar na distribuição dos segmentos médios pelo espaço metropolitano por meio do mecanismo do mercado imobiliário.

A segregação é, com efeito, uma necessidade intrínseca às elites, ou mais precisamente, aos seus segmentos superiores, pela sua importância no exercício do seu poder social. Em síntese, são as classes dominantes que têm o poder segregativo, por acumular capital econômico capital cultural e capital político. (RIBEIRO, 2000, p. 95).

Uma análise sobre a produção do espaço urbano implica de acordo com Ribeiro (2000) “a necessidade de analisar o conjunto da cidade para avaliar os impactos das transformações econômicas sobre sua estrutura sócioespacial”. Realça que a avaliação das tendências à fragmentação incide diretamente em examinar as mudanças sócioespaciais na escala micro, buscando entender o que se passa nas partes da cidade como resultado dos efeitos concentrados das mudanças globais.

Edmond Preteceille (2000, p.99) remete também às mudanças econômicas o principal motor das transformações das metrópoles, “propõe uma explicação estrutural para o processo de dualização social e espacial”. Nessa conjunção para os autores supracitados a crescente fragmentação social se reflete diretamente na segregação social, uma parte da cidade integrada (cidade formal, de mercado) e outra marginal (cidade informal, oculta). No que concerne a R A Norte percebe-se na distribuição espacial da população, onde existe uma malha urbana constituída predominantemente por conjuntos habitacionais (SFH/BNH), que inicialmente eram preponderantes na região, e gradativamente após a década de 1980, foram se estruturando em termos de comércios e serviços, prioritariamente nas áreas lindeiras a Av. Dr. João Medeiros Filho, denotando uma nova configuração sócioespacial, em detrimento as áreas mais afastadas que progressivamente foram sendo ocupadas por loteamentos irregulares e habitações precárias, levando assim a segregação interna, da região historicamente segregada de Natal/RN.

Castells (2000 b) chama atenção para “a revolução tecnológica e a (re) acomodação do capitalismo como processos que estão na base das mudanças e transformações no mundo atual”. Mudanças no processo de divisão de trabalho que foram inseridas no final do século XX, novos processos de produção de mercadorias com a inclusão permanente de novas funções, novos setores produtivos. Afirma o autor que:

Embora o modo capitalista de produção seja caracterizado por sua expansão contínua, sempre tentando superar limites temporais e espaciais, foi apenas no final do século XX que a economia mundial conseguiu tornar-se verdadeiramente global com base na nova infra-estrutura, propiciada pelas tecnologias da informação e comunicação. Essa globalidade envolve os principais processos elementos do sistema econômico. (CASTELLS, 2000 b, p.111).

Mais uma vez, Castells (2000 b, p. 87) lança o foco para a “nova economia” em escala global, surgida nas últimas décadas do século XX, “chamando-a de **informacional e global** para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação”. Define que é **informacional** em função da produtividade e a competitividade de unidades ou agentes (empresas, regiões ou nações) nessa economia, estão em função de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de maneira eficiente à informação calcada em conhecimentos. Por outro lado é *global* em função das principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, também os seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercado) estão diretamente organizados em escala global, diretamente ou perante uma rede de conexões entre agentes econômicos.

Como salienta Carlos (2001, p.173), existe uma nova racionalidade que está sendo imposta ao cotidiano como consequência do desenvolvimento tecnológico, a qual permeia a chegada da informação a todos os lugares. Contudo, não podemos afirmar que o mundo não se caracteriza por áreas desconhecidas. A tecnologia nos levou a todos os pontos do planeta. A *universalização* do capitalismo produziu um crescente e denso fluxo econômico provocando uma nova ordenação e hierarquização do espaço mundial.

As transformações sócioespaciais, a dinâmica com que incidem tais mudanças é um fenômeno da própria história da construção do espaço e, acontecem continuamente. Surgem novas formas para responder às necessidades insurgentes e concisas, ao mesmo tempo em que antigas formas mudam de função, cedendo lugar a uma nova configuração construída com ambas. A R.A. Norte foi e é fruto desse processo sócioespacial, dentro do contexto urbano da cidade de Natal/RN, e concomitantemente do processo de globalização, que é também, como evidencia Ianni (2003, p. 159) “um processo civilizatório”. Ao mesmo tempo em que há muita perda, há muito ganho. É como se os indivíduos e as coletividades, etnias e minorias, grupos e classes, se humanizassem também por intermédio do vasto e intrincado processo de globalização.

Analisar as transformações que estão acontecendo na R A Norte de Natal é buscar uma pragmática compreensão, sobre a dinâmica sócio econômica desencadeada pela reestruturação

produtiva e também pela globalização buscando elucidar se realmente estas transformações estão dando lugar a um tipo diferente de configuração da malha urbana ou mesmo se o que estamos assistindo obedece a um aprofundamento de tendências que já estavam presentes no processo de crescimento/desenvolvimento da região.

Novas tendências na produção do espaço estão começando a impor novas lógicas espaciais, principalmente no principal eixo viário da região - a Av. Dr. João Medeiros Filho e suas áreas lindeiras. Estas novas tendências (de funções e atividades econômicas) de redefinições são significativas para a própria região e refletem substancialmente na relação com o lado direito do Rio Potengi, em termos de atenuante do estigma histórico de área dependente socioeconomicamente de Natal.

Buscando suporte teórico em Sassen (1998, p.11), quando afirmando que “a globalização da economia acompanhada pelo surgimento de uma cultura global, alterou profundamente a realidade social, econômica e política dos Estados-Nação, das regiões transacionais e das cidades. Utilizando-me do estudo da cidade como um local determinado onde estão ocorrendo processos globais, procuro definir novos conceitos, úteis para o entendimento da interseção do global e do local no mundo de hoje e no amanhã”.

O impacto dos processos globais transforma radicalmente a estrutura social das próprias cidades, alterando a organização do trabalho, a distribuição dos ganhos, a estrutura de consumo, os quais, por sua vez, criam novos padrões de desigualdade social urbana. (SASSEN, 1998, p.12).

3.2 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO AO CENTRO

O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o centro x periferia. O primeiro dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão. (VILLAÇA, 1998, p. 143).

O caminho teórico do presente trabalho tem a finalidade de visibilizar às transformações que vem ocorrendo na **periferia** da capital do Estado do Rio Grande do Norte – Natal; na última década do século XX, pós-construção dos emblemáticos conjuntos habitacionais (SFH/BNH); constituindo a formação de “nova configuração urbana” *locus* da convergência de consumo para a população residente no lado esquerdo do Rio Potengi – a R A Norte, ao mesmo tempo em que constrói a sua independente em termos financeiros, edificando uma rede estruturada de serviços, um comércio crescente, evade o deslocamento

da população ao centro tradicional³³ de Natal. Investigo os fatores que vem alimentando o surgimento desta nova configuração espacial, e até que ponto posso avaliar este novo fenômeno de produção do espaço como de formação de um centro na região, o que remeteria a redução de **dependência** das atividades terciárias predominantes no centro tradicional da cidade.

Centrando-se na história é percebido que o desenvolvimento do Capitalismo distingue-se por incessantes e cada vez mais complexos processos de expansão e concentração, e com isso, sucessivas modificações nos elementos essenciais do Estado. No modo de produção capitalista, o mercado induz ao fazer, refazer e aos constantes conflitos entre classes sociais, e que têm como um de seus reflexos na direção da transformação do espaço.

No modo de produção capitalista, a divisão social do trabalho se faz no mercado, a partir das exigências do mercado e das incertezas que ele comporta. Ela não tem nada da racionalidade que pode se exercer na empresa. No mercado, há concorrência, portanto possibilidade de conflitos, seguida de conflitos reais entre os indivíduos, os grupos, as classes. (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

De acordo com Corrêa (1995, p. 16) a grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana. Afirma o autor, que:

[...] o espaço urbano: é um reflexo da sociedade. Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido, em áreas residenciais *segregadas*, refletindo a complexa estrutura social em classes; a cidade medieval, por sua vez, apresentava uma organização espacial influenciada pelas guildas, às corporações dos diversos artesãos. Mas o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizam no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. (CORRÊA, 1995, p.8)

Numa definição ampla sobre **segregação**, Lojkin (1981) admite que é uma manifestação de renda fundiária urbana, ou seja, um fenômeno “produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes por sua vez, determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho”, do binômio centro x periferia. Todavia Villaça (1998) contrapõe

³³ VILLAÇA (1998) refere-se ao centro onde a burguesia exerce o seu poder socioeconômico, entretanto à medida que ela se desloca no espaço, também há o *deslocamento* do centro, do “seu” centro. Criando um “novo centro”, tornando velho, decaído o antigo centro onde a população de alta renda já não mais freqüenta. Sendo apropriado pela população de baixa renda.

Lojkin no modelo clássico de periferia, ele pondera sobre a tese de que, onde as terras são baratas e moram as classes de mais baixa renda, e as terras mais caras são ocupadas pelas classes de mais alta renda. O autor expõe o contexto brasileiro, onde nem sempre as camadas de alta renda moram em terra cara, no que concerne ao preço unitário do metro quadrado, mas em geral é isso que ocorre. Entretanto, a alta renda também ocupa terra barata na periferia. Neste sentido, afirma Villaça, não é rigorosamente verdadeiro que o preço da terra determina a distribuição espacial das classes sociais. Para ele a ideologia que surge no seio da classe dominante, é aquela que procura identificar “a cidade” com a parte da cidade onde se concentram as camadas de maior poder aquisitivo. Logo, desenvolvem-se preconceitos com relação a outras áreas que não essa parte da cidade. O autor ainda reforça, afirmando que a consciência de que a segregação é processo, é tendência, é, pois fundamental.

As áreas que se localizam fora da região de grande concentração das camadas de mais alta renda são consideradas “longe “ou” fora de mão “. Quase sempre se tornam longe de fato. Às vezes, localizam-se apenas fora da região de concentração da alta renda, mas são consideradas áreas da “periferia”, por mais centrais que sejam. De qualquer forma, tornam-se sempre “longe”. (VILLAÇA, 1998, p.349)

A segregação residencial, segundo Corrêa (1995), incide em separação espacial das diferentes classes sociais fragmentadas. Entretanto, a separação dar origem a padrões espaciais, isto é, estão distribuídas no espaço de acordo com uma lógica, não de maneira aleatória. Em síntese, afirma que a segregação tem um dinamismo onde uma determinada área social (área da cidade) é efetivamente habitada durante um período de tempo por um grupo social e, a partir de um dado momento, por outro grupo de *status* inferior, o que Villaça (1998) chama de **deslocamento**, e continua dizendo que em alguns casos, é ocupada por grupo **superior**³⁴, através do processo de renovação urbana.

Corrêa (1995) assegura ainda que, as relações espaciais integram, ainda que diferentemente, as diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado, cujo núcleo de articulação tem sido, tradicionalmente, o centro da cidade. Prosseguindo numa reflexão sobre a importância do centro, ou da área central de uma cidade, exprime seu pensamento quando afirma que existe certa sincronia entre o emergir do capitalismo em sua fase plenamente industrial e o aparecimento da área central, diz que processo, forma e também as funções estão assim conectados, ainda reforça:

³⁴ Classe social de maior poder aquisitivo.

Localizam-se na Área Central aquelas (atividades) que são capazes de transformar custos locacionais elevados e ampla acessibilidade em lucros maximizados: são as atividades voltadas para um amplo mercado, nacional, regional ou abrangendo toda a cidade. As outras atividades, que não requeriam nem suportavam uma localização central, localizavam-se fora da Área Central. O seu aparecimento se deve assim às demandas espaciais do capitalismo em sua fase concorrencial, onde a localização central constituía-se em fator crucial na competição capitalista. A Área Central é assim, e em grande parte, um produto da ação dos proprietários dos meios de produção, ainda que o Estado fosse chamado a intervir. (CORRÊA, 1995, p.40).

Castells (2000) admite que, no processo de reestruturação do comércio e sua espacialização na cidade, o centro é um elemento absolutamente fundamental da estrutura territorial intraurbana. Ele associa a localização intraurbana com a dominação (embora para ele, essa dominação não seja através do espaço urbano). Diferentemente ao que pretendemos estudar, Castells se refere ao centro, como “cidade central”, ao estudar a realidade europeia, faz referência ao centro, como centro principal (tradicional) e centros expandidos. De acordo com Villaça (1998), Castells estabelece uma correlação entre importância socioeconômica (o papel diferencial na economia europeia) e renovação física da cidade. Não analisa, contudo, a localização onde ocorre essa renovação física da cidade. Villaça (1998, p.32) o contrapõe afirmando que não se pode analisar transformação de estrutura intraurbana sem analisar alterações de localizações³⁵ intraurbana.

Segundo Sposito (1991) o centro não está prioritariamente no centro geográfico da cidade, local onde muitas vezes a própria cidade foi originada, a autora afirma que:

Ele (o centro) é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou for dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo. (SPOSITO, 1991, p. 6)

Sposito (op. Cit.) numa linha de pensamento, mais tendente a setorização, afirma que existe o centro tradicional e as outras formas de expressões da centralidade, que são os subcentros, áreas de desdobramento especializado, shopping centers e hipermercados.

O centro tradicional e as outras expressões de centralidade são as formas espaciais através das quais se manifestam os momentos do processo de divisão técnica e social do trabalho (daí também decorre o fato de que o(s) centro(s) e a centralidade não podem ser explicados descolados da estruturação urbana e simultaneamente

³⁵ Para Villaça (1998) a localização é definida como a reunião de atributos locacionais de um dado ponto do território, que definem suas possibilidades de relacionamento com os demais pontos desse território. Acrescenta, é produto do trabalho e da alocação contínua de capital direcionado na construção da cidade e que pode ter origem externa ao espaço físico que lhe dá suporte.

manifestam o processo de seleção dos consumidores, através de especialização geográfica das atividades caracteristicamente centrais, expressas em novos pontos/áreas/eixos de centralidade “estratificados” e “segregados” socioeconomicamente. (SPOSITO, 1991, p.15)

As localizações intraurbanas são fundamentais para o estudo das transformações no espaço urbano, conforme Villaça (1998) existe consenso atualmente de que o espaço urbano é produzido, todo espaço social o é. É produzido pelo trabalho social despendido na produção de algo socialmente útil. Esse trabalho produz um valor. Valor dividido em dois blocos, o do produto em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infra-estruturas e o outro é o valor produzido pela aglomeração. Esse valor é dado pela localização dos edifícios, ruas e praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – valor que, no mercado, se traduz em preço da terra. O preço da localização, como qualquer valor é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-lo, isto é, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte. O processo de mudança econômica é ao mesmo tempo causa e efeito dos padrões espaciais existentes. A formação de uma centralidade está intrinsecamente associada à reunião de atributos locacionais de um ponto do território, e que definem suas possibilidades (ou potencialidades) de relacionamento com os demais pontos desse território.

Outra estudiosa, Ana Fani Alessandri Carlos (1994) argumenta que, centro é o trecho urbano dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privado. É ocupado pelas classes sociais de mais alta renda. Para Villaça (1998) isso acontece porque as classes dominantes trazem para perto de si seu comércio, seu serviço, e conseqüentemente o centro, que reúne os equipamentos de comando da sociedade, e isso efetivamente não por razões simbólicas ou de *status*, mas pela razão muito prática de que elas o freqüentam intensamente e nele exercem muitos de seus empregos. As classes dominantes, segundo o autor, revolucionam o centro principal, produzem “centros expandidos”, o “seu” centro e o centro “dos outros”.

De acordo com Corrêa (1995), a partir do começo do século XX, o processo de centralização e a sua forma espacial correspondente, a área central, passaram a ser ordenadamente considerados pelos estudiosos do fenômeno urbano. Economistas Hurd e Haig e sociólogos como Mackenzie fizeram abordagem sobre a temática. Essa importância revela a intensidade do processo e da forma espacial, assim como o seu sentido para a cidade.

O “deslocamento” espacial das classes de mais alta renda impulsiona o mercado imobiliário, leva ao aprimoramento do sistema viário. Então o centro principal cresce

(contínua ou descontinuamente) na mesma direção da transformação no espaço. Como resultante do processo, a cidade passa a ter um novo centro onde os mais ricos estão instalados, enquanto o antigo centro ou centro tradicional se deterioram e ficam as camadas populares.

[...] O centro tradicional e as outras expressões da centralidade (subcentros, áreas de desdobramento especializado, *Shopping Centers* e até hipermercados) são as formas espaciais através das quais se manifestam os momentos do processo de divisão técnica e social do trabalho (daí também decorre o fato de que o(s) centros (s) e a centralidade não podem ser explicados descolados da estruturação urbana) e simultaneamente manifestam o processo de seleção dos consumidores, através de especialização geográfica das atividades caracteristicamente centrais, expressas em novos pontos/áreas/eixos de centralidade “estratificados” e “segregados” socioeconomicamente.(SPOSITO, 1991, p. 15).

Ponderar sobre a R A Norte de Natal, que guia esta articulação com a realidade me induz a avançar algumas reflexões, principalmente na ótica de descortinar a estigmatizada “homogeneização³⁶” excludente, que ela sempre foi alocada. Na última década do século XX, ocorreram várias intervenções referentes à implantação de equipamentos comerciais e de serviços (ampliação e diversificação) – o emergente setor terciário nos diversos bairros que compõem a região, provocando modificação sócioespacial, que ainda continua em movimento, provocando a reestruturação interna.

A R A Norte tem toda uma história de concentração de mão de obra para o capital, local onde está localizado o distrito Industrial³⁷, concentra cerca de 1/3³⁸ da população de Natal/RN, existe um potencial de capital humano, superior ao capital monetário. Percebe-se então, que a região aos poucos esta se impondo como região produtiva com novas relações de produção, de reestruturação da periferia da cidade.

Há uma gama de funções que o próprio sistema capitalista exige para se implantar, isto é, existe mercado, força de trabalho e um processo de socialização na região. Salienta-se apenas a função financeira, pois a implantação de bancos que ainda se encontra muito incipiente³⁹ existem redes de caixas eletrônicos de alguns bancos, mas a transferência de centrais de agências, até o final da década de 1990, ainda não era realidade, apenas de estabelecimentos vinculadas ao governo, mas muitas funções até as consideradas

³⁶ Quando uso o termo “homogeneização”, me refiro a igualdade social da população, isto é, de baixa renda, sem acesso a infra-estrutura, ou como cita Corrêa (1995) um dos agentes sociais que fazem e refazem a cidade: o grupo social dos excluídos.

³⁷ Localizado em área limítrofe com o município de Extremoz, integrante da Região Metropolitana de Natal/RN.

³⁸ De acordo com o Censo do IBGE (2000), a população de Natal era de 712.317 habitantes. A R A Norte da cidade, era ocupada por 244.743 habitantes.

³⁹ Existe apenas uma agência da Caixa Econômica Federal na Av. Dr. João Medeiros Filho, e caixas eletrônicos no supermercado Nordestao também localizado na mesma avenida.

especializadas, como instituições de ensino superior, já existem na R A Norte. Está havendo um processo de expansão do capital da cidade de Natal para a região.

A reestruturação da **periferia** tornou-se visível com áreas distintas de ocupação do solo, com marcos físicos bem definidos na morfologia da região, e da tipologia das suas edificações. A grande ocupação por conjuntos habitacionais (BNH/SFH), construídos dentro da legalidade, formalidade urbanística instituída, também surgiram paulatinamente às ocupações ilegais (favelas) e irregulares - loteamentos⁴⁰, imprimindo uma nova definição – da periferia⁴¹ “dentro” da periferia. Do anterior imenso espaço periférico da cidade, passa a ser espaço de mudanças consideráveis. Periferia com seus conjuntos habitacionais, loteamentos e diversificadas ocupações do setor terciário.

O setor terciário vem (re) definindo e (re) qualificando espaços urbanos de forma impactante nas cidades, introduzindo novos elementos para a discussão da relação centro/periferia. Em Natal, o setor terciário, atividade econômica motor de seu desenvolvimento, se moderniza e expande resultando em diversos processos e formas espaciais.

A ocupação pelo setor terciário, na R A Norte incide em diversos bairros (veremos com maior detalhe no capítulo 4), tendo a via de articulação - a Av. Dr. João Medeiros Filho⁴² (figura 20, Apêndice, p. 140), através de suas áreas lindeiras, como a associação de maiores e melhores características locais, e como evidencia Villaça (1998) a reunião de atributos locais de um ponto do território está intrinsecamente associada à formação de uma *centralidade*. Na Av. Dr. João Medeiros Filho se percebe a constituição de um novo centro econômico com mudanças no nível de vida das famílias.

A formação de uma centralidade que está imprimindo uma crescente modificação na configuração sócioespacial, não é o abandono ou deslocamento como defende Villaça (1998) do centro principal de Natal. Mas o crescimento da região, no sentido físico, social e econômico “independente” do restante da cidade. Está gradativamente se auto-suprindo, nas necessidades comerciais e serviços. E influenciando o seu entorno imediato, ou seja, sendo

⁴⁰ A dissertação de Alexsandro F. C. da Silva (2003) trata sobre o tema, na Região Administrativa Norte de Natal/RN.

⁴¹ O termo periferia de forma genérica designa as áreas de expansão da cidade, incorporadas ou modificadas pelas formas mais recentes de redefinição das cidades e não, necessariamente, articuladas de forma contínua ao tecido urbano constituído. O termo periferia está fortemente associado a presença de favelas e de loteamentos destinados as camadas de menor poder aquisitivo, onde predominam as dificuldades de acesso aos bens de consumo coletivo.(SPOSITO, 1998)

⁴² Principal via de acesso aos bairros da região, sendo considerada de acordo com o Plano Diretor de Natal – Lei complementar nº 07/1994: Via Estrutural II que é uma via de articulação. Permite articulação e deslocamentos entre regiões extremas (PDN, art. 43, inciso I b, Anexo IV). Entretanto a partir da promulgação do novo Código de Obras do município de Natal/RN – Lei Complementar nº 055 de 27/01/2004, a via supracitada passou a ser considerada Arterial II (que continua sendo de articulação)(C.O, art. 115- anexo I) essas mudanças são referendadas no citado Código de Obras em seu art. 186, p. 26).

canalizador do terciário para os municípios de São Gonçalo do Amarante (já conurbado com a região / Natal) e Extremoz, municípios componentes da Região Metropolitana de Natal.

3.3 O SETOR TERCIÁRIO NA INDUÇÃO DA (RE) ESTRUTURAÇÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE.

O terciário está aí, dominando as nossas grandes cidades, criando e resolvendo problemas. Quando o envolvimento com o terciário direciona-se para a categoria de comércio e serviços varejistas, o fascínio se instaura. (VARGAS, 2001, p.11).

A origem do nome setor terciário, segundo Vargas (2001) é resultante do seu posicionamento com relação à terra, onde a agricultura assume o primeiro lugar (primário). A transformação do produto da terra realizada pela indústria vem em segundo lugar (secundária), deixando para as demais atividades, o terceiro lugar (terciário). De acordo com a autora, outro aspecto a destacar é a própria natureza da atividade terciária, que apresenta um alto grau de efemeridade e ausência de corporeidade. Ou seja, ela encerra-se no momento do ato da troca e, portanto, é efêmera e não se materializa através de nenhum produto. É apenas um ato e, portanto, não tem corpo.

Essa condição de falta de um produto visível identificável e mesmo mensurável, resultante dessa atividade, pode responder, em parte, pela dificuldade encontrada pela atividade de ser considerada como atividade produtiva e importante para o desenvolvimento econômico. (VARGAS, 2001, p. 32).

Vargas (2001) afirmar que inicialmente, é indispensável ressaltar que o “pré-conceito” existente em relação às atividades terciárias e especialmente com relação ao comércio e serviços varejistas, tanto relacionados com a natureza, dignidade e integridade da atividade como enquanto atividade que colabora para a concepção de riquezas e também para o desenvolvimento econômico deixou essa atividade, por longo tempo, à margem dos estudos considerados científicos e de interesse para a sociedade.

Os trabalhos, principalmente no Brasil, que versam sobre o setor terciário ainda não são amplamente divulgados. Além disso, o fato da prioridade dos setores produtivos, primário⁴³ e secundário⁴⁴, atraindo os maiores interesses das preocupações científicas, sobre o setor parasitário (pois, não produz a matéria-prima e nem a transforma), terciário, este último não havia ainda dado o grande salto que vem dando ao longo das últimas décadas do século XX caracterizada como um período de transição do modelo fordista⁴⁵ ao modelo da acumulação flexível⁴⁶ do capitalismo contemporâneo. (CASTILHO, 1998, p. 29).

Fazendo uma retrospectiva na história, temos os geógrafos com os primeiros estudiosos do setor terciário, que segundo Castilho (1998, p.56) esses estudos apareceram a partir de perspectivas empíricas, por meio de análises referentes à oferta e procura prioritariamente na obra de Colin Clark que delimitou os três setores da economia – primário, secundário e terciário – bem como pela revista *economic geography* da universidade a qual Clark estava atrelado.

A partir dos anos de 1930 é que efetivamente pesquisadores começaram a estabelecer teorias que abrangessem a organização espacial das atividades terciárias, ainda que somente nos anos de 1960 elas tenham sido largamente difundidas. A primeira teoria refere-se aquela da base econômica e a segunda à teoria das **localidades centrais**.

Castilho (1998) aponta o geógrafo alemão Walter Christaller (também citado por VARGAS, 2001; MÉRENNE-SCHOUMAKER, 1996; CORRÊA, 1995; BRUNA, 1989) como o responsável pela elaboração da teoria de localização dos equipamentos de distribuição de bens e serviços, com o objetivo de explicar e analisar a sua localização em relação à demanda das populações locais (sul da Alemanha). Segundo esta teoria, conhecida por “teoria das localizações centrais” ou “teoria dos lugares centrais”, cada equipamento de serviço retalharia o espaço em hexágonos formados pelo espaço de recrutamento da sua clientela, isto é, pela sua área de mercado ou pelo seu alcance limite em relação às populações locais.

No modelo hexagonal, os centros de comércio localizam-se nos vértices de hexágonos, e a área de influência de cada centro depende de vários fatores: importância do centro definida

⁴³ Categoria de atividades econômicas que inclui extração mecanizada ou manual de matérias-primas, atividades de caça e pesca, exploração agrícola do solo e criação de gado, todas com finalidade econômica, ou seja, como objetivo de usar recursos para se apropriar deles. (FERRARI, 2004, P.43).

⁴⁴ Categoria de atividades econômicas que engloba toda a produção de bens físicos, por via de transformação da matéria-prima pelos mais diferentes processos (mecânico, químico, elétrico, metalúrgico, entre outros) em produtos acabados ou semi-acabados e transportáveis. (FERRARI, 2004, P.43).

⁴⁵ Henry Ford, empresário americano, que no começo do século XX implantou nos EUA, a forma de produção fordista, no qual a produção transcende o chão da fábrica, constituindo um modo de vida marcado pela racionalidade por meio da capacidade de comando do capital, da imposição de sua disciplina sobre o trabalho e sobre o trabalhador.

⁴⁶ É a (des) fordização. Processo pelo qual se evidencia na significativa modificação das condições de trabalho, assim como dos níveis salariais diretos (carteira assinada) e indiretos (terceirização).

pela quantidade e variedade dos bens ofertados, poder de compra da população (densidade e renda), ou seja, uma relação entre o preço do bem, custo e tempo do deslocamento.

Segundo Vargas (2001, p. 61), Christaller supunha um território rural homogêneo e vários outros fatores também constantes, como: importância do centro definida pela quantidade e variedade dos bens ofertados, poder de compra da população e relação entre preço do bem, custo e tempo de deslocamento. No entanto, algumas das conclusões a que chegou são ainda úteis para a compreensão do funcionamento dos mercados varejistas⁴⁷.

A escolha da localização comercial e de serviços varejistas tem como base aumentar a diferença entre as receitas e os custos. A receita, por sua vez, deve ser decorrência do volume de negócios realizados. Ou seja, proveniente dos gastos do consumidor que se traduzem por poder de compra. Por sua vez, o poder de compra ou o volume dos negócios de determinada área de influência relaciona-se com a renda do consumidor e a quantidade deles. Isto é, densidade demográfica e renda. Assim, uma boa localização para o comércio é aquela possível de incorporar e usufruir de um grande poder de compra. (VARGAS, 2001, p.61)

Ancorando na história das cidades, Castilho (1998, pp. 30-31) enfatiza a importância do terciário, para o dinamismo dos espaços urbanos, onde afirma não constituir um fato recente tendo em vista que, desde os seus primórdios, muitas cidades sempre tiveram nestas atividades o fator mais importante da sua formação histórica e do seu dinamismo sócioespacial.

Numa análise da história, Castilho (1998) começa relatando sobre a Idade Antiga, onde havia cidades que desempenhavam principalmente funções políticas – Esparta – assim como cidades que, além destas funções, desenvolviam um comércio importante formando entrepostos econômicos – Atenas e Roma -. Estas cidades atraíam tanto as populações residentes às suas cercanias como também as que se deslocavam de lugares mais distantes para elas com o objetivo de aproveitarem os benefícios suscitados pelas suas atividades, em busca de sua mobilidade social.

Consequentemente esse crescimento urbano provocava, deste modo a implantação de uma série de serviços atrelados a sua população e/ou aos seus visitantes. Os primeiros serviços referiam-se especialmente: ao governo, à comercialização e ao consumo da produção, ao controle do fluxo populacional e do território local, os segundos estavam diretamente ligados à recepção dos estrangeiros: albergues, tavernas, abastecimento, feiras, entre outros.

⁴⁷ Estabelecimento do setor terciário (comércio e serviços) que vende/ negocia seus produtos no varejo, de forma retalhista. Negócio, que segundo SOUZA (apud VARGAS, 2001, p. 25), surgiu como oposição ao conceito de ócio decorrente de sua concepção grega: *neg-otium*, isto é, *negação do ócio*.

Na Idade Média, cita Castilho (1998), durante o Renascimento, período de contestação e redefinição da formação sócio-territorial feudal, quando do avanço do intercâmbio comercial, da ampliação do mercado consumidor, da unificação da moeda, do incremento do fluxo de pessoas e mercadorias e do melhoramento dos sistemas de transporte, comunicação e segurança, o dinamismo das cidades tomou um novo impulso.

Especialmente o impulso daquelas que se tornaram as capitais dos Estados-nação como Estocolmo na Suécia, Paris na França, entre outras, assim como o impulso daquelas cidades, que se tornaram capitais regionais de importância.

Começa-se, assim, a se delinear o terreno para a formação das redes urbanas nacionais onde a “dependência” dos centros secundários com respeito aos centros principais se deve simplesmente à ausência de certos serviços que obriga as pequenas cidades, quando têm necessidade desses serviços, a recorrer à cidade grande mais próxima (ROCHEFORT, 1998, p. 21), dessa forma, as cidades que possuem direções nacionais controlam aquelas que “só possuem agências que delas dependem” e assim por diante.

[...] dessa forma, além das funções político-administrativas, comerciais e religiosas que lá se desenvolviam numa escala mais local e regional, estas cidades passaram a acumular outras funções diretamente vinculadas ao seu novo dinamismo como centros hegemônicos numa escala nacional, nos seus respectivos Estados. Destacavam-se também aquelas funções que diziam respeito à formação de pessoal técnico para a viabilização das novas necessidades do sistema capitalista sob o contexto da sua fase mercantil de desenvolvimento. (CASTILHO, 1998, p. 33).

Na Idade Moderna, durante o período de concretização da Revolução Comercial, as atividades comerciais conheceram um desenvolvimento vultoso. Isto provocará a instalação de portos no mundo inteiro os quais passaram a prestar serviços primeiramente às embarcações e às populações tripulantes. Ampliaram-se e desenvolveram-se os serviços ligados aos transportes e às comunicações não somente entre as cidades portuárias e o mundo, como também entre aquelas e a sua hinterlândia⁴⁸.

Segundo Castilho (1998) foi exatamente nessa época que foram expandidos os serviços técnicos e educacionais manifestados pelo acréscimo do número de escolas superiores de ensino e das universidades com a finalidade de fortalecer o controle e o domínio dos Estados-nacionais sobre os territórios e os mercados recém-formados ultramar.

⁴⁸ Área subordinada economicamente a um centro urbano. Emprega-se a palavra referindo-se a área de influência de uma cidade. (CORRÊA⁴⁸, 1987, P.86).

Na Idade Contemporânea, depois da primeira Revolução Industrial, que incidiu durante a segunda metade do século XVIII, a implantação da atividade industrial provocou a transferência e instalação de populações rurais e urbanas nas cidades que se industrializavam o que, efetivamente, favoreceu e alavancou o crescimento urbano, gerando a instalação de uma grande variedade de serviços destinados à sua própria reprodução socioeconômica referente à saúde, à educação, à segurança, ao saneamento básico, entre outros.

Os serviços sempre estiveram vinculados à formação histórica e ao dinamismo dos espaços urbanos desde os primórdios da sua formação, seguindo sempre o desenvolvimento das funções e da demanda social inerentes a cada espaço urbano. Ademais, a demanda por serviços esta, portanto atrelada ao consumo das famílias, das empresas e dos Estados, os principais agentes sócio-espaciais que constroem as cidades. (CASTILHO,1998, p. 35).

No tocante ao limite para esclarecer as diferenciações entre as atividades do setor terciário, Castilho (1998) chama a atenção principalmente para as dificuldades encontradas, em definir os limites entre as atividades comerciais, administrativas e de serviços à medida que as primeiras também prestam serviços à sociedade distribuindo os bens produzidos, que as segundas fazem parte do sistema de organização de qualquer atividade humana e que as terceiras também vendem serviços à população e assim por diante. O único ponto de convergência que as une talvez seja no fato de que nenhuma delas transforma matéria-prima em bens materiais e estocáveis. Destaca o autor para a importância da atividade terciária, no tocante aos serviços:

Com efeito, o espaço e a importância que o terciário e, mais precisamente, os serviços vêm ocupando nas economias urbanas sob o contexto da globalização, preenchendo lacunas deixadas pela desindustrialização e, por conseguinte, desempenhando um papel ideológico como mecanismo menos rígido e mais flexível de engajamento de indivíduos nos momentos das crises cíclicas do mercado de trabalho e, por sua vez, elevando as taxas de desemprego como consequência da reestruturação dos setores produtivos, têm contribuído para o alargamento desse campo de estudo. (CASTILHO,1998, p. 29).

Castilho (1998) referencia que, o crescimento das cidades e sua efetiva urbanização geraram o aparecimento de serviços cada vez mais especializados, de acordo com as necessidades de suas populações urbanas e conseqüentemente dos novos estilos de vida, como: ensino superior, pesquisa, planejamento, entre outros. No caso das atividades de ensino, o seu grande impulso está diretamente vinculado à idéia e o desejo de mobilidade

social; no tocante a pesquisa e ao planejamento é imperativo conseguir um controle mais vultoso sobre os territórios e os fluxos populacionais. Atualmente, as transformações no âmbito do estilo de vida fundamentadas no aumento e na aceleração do consumo têm contribuído para o visível crescimento do ramo dos serviços os quais têm consolidado o seu papel como elementos fundamentais para o dinamismo dos espaços urbanos.

Assim sendo, da mesma forma que não existem cidades sem Habitat, também não existem cidades sem serviços. Pode até mesmo existir cidades sem indústrias e sem atividades agrícolas, mas nunca sem serviços. As cidades industriais sempre encorajaram a expansão dos serviços seja para atender às necessidades das suas atividades produtivas seja àquelas da população trabalhadora a elas vinculada. Posteriormente, notadamente em função do aumento da demanda, tem-se a formação efetiva de espaços de consumo os quais vão intensificar a expansão deste setor. (CASTILHO,1998, p. 36).

A terciarização das sociedades, em síntese não constitui um fenômeno dos tempos atuais, é sobretudo um processo antigo, que acompanhou lado a lado o desenvolvimento econômico desde as mais remotas civilizações, isto é, as atividades terciárias têm desempenhado um papel importante, desde as origens das formações sócioespaciais das cidades.

O terciário vem (re) definindo e (re) qualificando espaços urbanos de forma impactante nas cidades, introduzindo novos elementos para a discussão da relação centro/periferia. Sobretudo que a polarização centro/periferia no país, foi consolidada no transcurso da década de 70, como padrão de ocupação do espaço urbano por um crescente adensamento de áreas centrais mais valorizadas, beneficiadas principalmente pelos investimentos públicos e privados, onde são concentrados infra-estrutura, comércios, prestadores de serviços, equipamentos, canais de comunicação e transporte, e a maioria dos espaços coletivos de lazer e entretenimento.

Porém no transcurso da última década do século XX, essa condição segregadora, periférica em Natal começou a ser modificada, não pelo deslocamento ou deterioração de áreas (apesar desses processos terem ocorrido em algumas regiões administrativas), mas, substancialmente pelo crescimento da R A Norte, como área que se projeta cada vez mais autônoma, ou seja, formando uma identidade própria, gradativamente independente, no âmbito do setor terciário da capital. Compondo uma área de influência no comércio e na

prestação de serviços para os municípios circunvizinhos (São Gonçalo do Amarante e Extremoz) componentes da Região Metropolitana de Natal⁴⁹.

Analisamos o processo, que tem levado a R A Norte, a (re) definir o desenho de seu espaço urbano, pelas ações desenvolvidas via agentes envolvidos com a espacialização das atividades terciárias, concomitante ao redimensionamento do seu papel como periferia de Natal, contribuindo para o estudo das recentes e crescentes transformações das cidades médias brasileiras. A região estudada corresponde a 39,4% da área municipal e até recentemente era análoga às periferias da maioria das cidades brasileiras.

Após o *boom* da construção de extensos conjuntos habitacionais via SFH/BNH, gradativamente deixou de ser cidade dormitório, e se impõe como região economicamente participativa, com ampliação do setor terciário - comércio e serviços varejistas (prioritariamente) e surgimento de novas relações de produção – pequenas unidades produtivas familiares. Seus reflexos são perceptíveis na configuração espacial concretizada na tipologia edilícia, na ocupação dos vazios urbanos, no traçado e redimensionamento do sistema viário e na criação de corredores de comércio. Ocorrendo a maior concentração do setor terciário, de forma diferencial, no padrão e de transformação, nas áreas lindeiras a Av. Dr. João Medeiros Filho.

Na R A Norte, após a construção dos diversos conjuntos habitacionais, começou o desencadeamento do processo de crescimento/desenvolvimento prioritariamente por meio do setor terciário, constata-se que existe uma gama de atividades econômicas (será mais detalhado no capítulo 4) tanto relacionadas com a produção de bens para consumo e produção, como também na prestação de serviços, comercialização de produtos próprios ou de outras empresas, reprodução e venda da força de trabalho, há técnicos especializados para produção e circulação do produto, em síntese existe uma diversidade de funções que são condições *sine qua non*, para a implantação do sistema capitalista, isto é, há mercado, força de trabalho e um processo de socialização na região.

Percebe-se que esta existindo na região um processo de **deslocalização** do capital da cidade de Natal para o lado esquerdo do Rio potengi - R.A. Norte. Como ressalta Rita de Cássia Gomes (2000 p. 71), a espacialidade do terciário em Natal tem se apresentado de forma bastante diferenciada e se expressa em novas territorialidades urbanas.

⁴⁹ Região Metropolitana de Natal criada em 1997, modificada em 2001e novamente acrescida em 2005, contando hoje com os municípios de Natal, Ceará – Mirim, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba, Parnamirim, São José de Mipibú, Nísia Floresta e Monte Alegre.

Estudiosa do setor terciário, Sposito (1991, p. 4) aborda que a cidade (idéia é marcante como cita a autora, final dos anos de 1960, na Europa e, sobretudo na França) não é mais apenas a paisagem construída, que cresce rapidamente e precisa ser reordenada, planejada, utilizada racionalmente, mas deve ser entendida no contexto da dinâmica do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, e nesta perspectiva entendida como espaço de produção, consumo e reprodução da força de trabalho.

O espaço intraurbano é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, como portador da mercadoria força de trabalho ou como consumidor (reprodução da força de trabalho). Daí vem o grande poder estruturador intraurbano das áreas comerciais e de serviços – o setor terciário. Salientado por Vargas (2001) quando expõe a importância do setor terciário nas cidades, cita que a atividade desse setor tem rebatimento na estruturação do espaço urbano (principalmente com relação ao comércio e serviços varejistas) e afirma que existe uma lógica no espaço terciário numa relação entre atividade econômica e o território. Cita a autora:

A atividade econômica apresenta estreito relacionamento com o espaço físico que lhe dá suporte, criando o que chamamos de localização. Assim, o processo de mudança econômica é ao mesmo tempo causa e efeito, dos padrões espaciais existentes. (VARGAS, 2001, p.49)

No que concerne ao espaço de domínio do terciário, Vargas (op. Cit. 2001) ressalta a divisão que ocorre entre público e privado, onde as atividades privadas têm como objetivo da sua localização a relação direta com a rentabilidade. As públicas se organizam, via de regra, em função das receitas globais da nação, logo, estão a serviço da coletividade. Continua a autora, ponderando sobre o assunto, onde ressalta que:

Quanto aos pequenos negócios terciários e sua expansão na cidade, estes terão de receber orientação e ajuda do poder público para, em conjunto, capacitá-lo a enfrentar esse mundo globalizado e em constante mudança. Esta é uma atitude necessária e urgente para que tanto o negócio dos independentes como as áreas urbanas terciárias tradicionais sobrevivam. (VARGAS, 2001, pp. 86-89).

Para Castilho (1998), quando se distinguem o terciário público do privado, é importante lembrar que aborda-se o problema da organização geral de uma sociedade. Pois, ambos têm repercussão sobre o espaço que lhe serve, simultaneamente, de suporte e de meio de (re) produção e (re) organização sócio-territorial. O autor enfatiza sobremaneira o setor de serviços quando aborda a temática e faz a seguinte afirmação:

Alguns serviços de interesse social tornam-se de interesse econômico quando geridos segundo a lógica das leis do mercado tais como os de educação, saúde e segurança privadas. Nesse caso, os seus equipamentos organizam-se em função da proximidade quanto ao mercado consumidor concentrando-se nas zonas mais ricas das cidades. (CASTILHO, 1998, p. 52.)

Vargas (2001) faz uma reflexão sobre a década de 1980, quando diz que este período do século passado foi um marco das atividades terciárias no Brasil, afirma que São Paulo (em termos econômicos é a nossa maior cidade), começa a experimentar um processo de **desindustrialização** e conseqüente **terceirização**, ou seja, flexibilização da economia. Já Pintaudi (2001) em suas análises sobre a metrópole de São Paulo afirma (o que reforça a abordagem de Vargas) que:

O padrão de implantação do equipamento comercial apresentado pela metrópole de São Paulo é indicativo de que o seu espaço é fruto de transformações ocorridas na forma de (re) produção dessa sociedade, que, a partir da segunda metade do século XX, guarda muita semelhança com o que vem ocorrendo em outros espaços também mundializados. (PINTAUDI, 2001 p.155.)

Lembra a autora que na época os *shopping centers*⁵⁰ se tornaram um lugar central para uma significativa parte da sociedade brasileira. Que de acordo com Castilho (1998), o Estado, nos três níveis de Governo contribui para mudar a lógica de organização espacial vez que, ao facilitar a instalação de grandes equipamentos de consumo, a exemplo dos *shopping centers* e dos hipermercados, que demandam um complexo de acesso viário, tem contribuído de modo fundamental para o desenvolvimento de localidades lineares de centros de serviços ao longo das vias de comunicação que dão acesso a esses equipamentos.

Nesse mesmo período (década de 1980) a propagação dos grandes espaços de compras também foi um fato marcante. Apenas nesse momento a preocupação com as atividades terciárias adquire importância, tanto no seu aspecto econômico como de estruturação do espaço urbano, passando a ser objeto de estudos mais sistemáticos.

Ressalta ainda Vargas (2001), que referente à questão da produtividade do setor terciário nunca ele esteve tão ativo em relação à geração de emprego e renda, incorporando uma série de novas atividades, resultantes de necessidades criadas, em que o turismo e lazer

⁵⁰ Empreendimento “Meca” do capitalismo monopolista, onde o comércio e serviços varejistas são distribuídos, em um amplo espaço, de localização privilegiada (ou localização privilegiada constituída), em termos de acessibilidade e comodidade para os consumidores e negociantes. Teve sua origem nos Estados Unidos e posteriormente, difundido para todo os países.

surgem como a indústria motriz do século XXI. E segundo ela, o próprio setor do comércio, por sua vez, é a base para todas essas atividades. Para Vargas (2001):

No momento, o forte entrelaçamento das relações internacionais, que se identifica com o processo de globalização, ignorando fronteiras e adquirindo um caráter de virtualidade exige, novamente, um apelo à questão ética. Na verdade, está se falando de revisão de valores, de estabelecimento de princípios para essa nova forma de acumulação de riquezas, através de fluxos virtuais que as barreiras físicas bem como político-administrativas não conseguem nem evitar nem controlar. (VARGAS, 2001, pp. 42-43).

Retomando as definições abarcadas por Castilho (1998), e evidenciadas por Vargas (2001) a caracterização do setor terciário é representada em uma série de categorias de acordo com a função exercida e abrange por conseguinte, não exclusivamente o comércio varejista e atacadista, mas também a prestação de serviços, as atividades de educação, cultura, lazer, turismo, profissionais liberais, sistema financeiro, administração e *marketing*, entre outros. Quanto à sua estrutura a atividade terciária pode ser dividida em três níveis: o de comando (atividades de direção das empresas), e o de serviços ao consumidor e ao produtor.

A concentração da diversificação e da multiplicação, prioritariamente dos serviços varejistas nos centros tradicionais das grandes cidades, normalmente tem ocasionado uma situação de saturação nesses centros, o que conseqüentemente tem como decorrência a transferência seletiva de atividades desconcentrando-a. Efetivamente esse processo deu origem à formação de subcentros ou em eixos importantes, ou em núcleos comerciais nas periferias das cidades, em função de sua posição dentro do espaço urbano constituído. Em Natal (apesar de ser cidade de médio porte), o seu centro tradicional – no bairro da cidade alta, passa por processo de estagnação do setor terciário, tendo em vista que, a classe de mais alto poder aquisitivo, se “deslocou”, de acordo com as teorias de Villaça, (1998) para outras localidades dentro do espaço urbano, acompanhada pelos novos centros, ou mesmo eixos comerciais e de serviços varejistas, como é o caso da Av. Eng. Roberto Freire (bairros de Capim Macio e Ponta Negra, R A Sul), ou mesmo de eixos com serviços raros ou especializados⁵¹, caso observado na Av. Afonso Pena) bairro de Petrópolis, na R A Leste) .

Contudo, o desenvolvimento do setor terciário na Região Administrativa Norte, não está diretamente vinculado a este **deslocamento**. Mas sim ao um processo, como já foi abordado no começo do item, de **deslocalização** do capital. A região durante a última década do século XX, começou a apresentar localizações que reuniam atributos, como afirma Villaça

⁵¹ Segundo Castilho (1998, p. 53) referem-se aos serviços que possuem uma localização mais específica devido ao fato que a sua distribuição não está diretamente relacionada com a proximidade da sua clientela, mas, sobretudo com os níveis da centralidade espacial e da influência política, econômica e cultural de cada espaço urbano dentro da região.

(1998), as quais definiam possibilidades de interação com os demais pontos do território, no tocante às atividades inerentes ao setor terciário, prioritariamente o comércio e serviços varejistas, que abordaremos com mais alhures, no capítulo III, do presente trabalho. Conquanto a Av. Dr. João Medeiros Filho, via de articulação, onde foi e é realizado tanto pelo setor público, como o privado, trabalhos e sistematicamente alocação contínua de capital direcionado na construção de uma nova centralidade, ou estruturando um importante eixo de concentração de atividades terciárias, para a região.

4. DINÂMICA PRODUTIVA E O PROCESSO URBANO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE

No âmbito do capitalismo, visto como modo de produção material e espiritual, como processo civilizatório, tudo se move; ao mesmo tempo em que se produz e reproduz, modifica, transforma e transfigura. Desenraizam-se gentes, culturas, religiões, línguas, modos de ser, replantados perto e longe, além dos mares e oceanos, em outros continentes. IANNI, 2003

4. DINÂMICA PRODUTIVA E O PROCESSO URBANO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE

4.1 A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E A DINÂMICA LOCAL

Tão logo o capitalismo se impôs, impôs-se também o mecanismo do mercado e a redução da ação do Estado como produtor direto do espaço urbano. O Estado passou a ser produtor “indireto” com a legislação urbanística, que, supostamente, regularia a iniciativa privada. (VILLAÇA, 1998, p. 251).

A apreensão dos fenômenos que ocorrem na R A Norte, durante a última década do século XX, sinalizam para um processo de transformação no processo de estruturação sócioespacial e econômico local. Em grande parte a apropriação do espaço urbano da região ocorre à margem da legislação vigente, como elucida Maricato (2000) quando da aplicabilidade dos planos urbanísticos no Brasil:

Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão. (MARICATO, 2000, p. 124)

Apesar de Natal ter tradição de planos urbanísticos datados desde os primórdios do século XX, o seu primeiro Plano Diretor, Lei nº. 2.221/1974, é muito genérica e não faz menção a R A Norte, apenas no artigo 19, refere-se como sendo zona de expansão urbana. Com a promulgação da Lei nº. 3.175/1984 (Plano Diretor Físico-Territorial do Município de Natal) é instituído pela primeira vez o zoneamento urbanístico, inspirado nos padrões rígidos da cidade funcional e ideal, estabelecendo zonas de usos – setorização, um plano diretor de desenvolvimento integrado, os Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDIs), tão em evidência na década de 1980 em todo Brasil. Em relação a R A Norte, o que se verificou foi uma lacuna no zoneamento, definida a sua maior parte de terra apenas como zona especial de expansão urbana (ZEEU), uma Zona de Preservação Moderada (ZPM) e uma Zona Industrial (ZI). Como as Zonas Especiais dependiam de planos específicos que deveriam ser elaborados e posteriormente regulamentados, o que não aconteceu, o zoneamento ficou apenas no papel. Ou seja, a região cresceu, principalmente com a implantação dos conjuntos

habitacionais (BNH/SFH), com tênues parâmetros urbanísticos no disciplinamento e controle do uso e ocupação do solo.(ver capítulo 2, Figura – 15)

A publicação do Plano Diretor – Lei Complementar nº. 07/1994, fundamentado numa nova filosofia de zoneamento, institucionaliza novos paradigmas e práticas nesse instrumento de planejamento. Estabelece parâmetros urbanísticos básicos para toda Natal e define a política urbana municipal. Configura-se, portanto, o novo modelo de zoneamento, onde integra e complementa as variáveis dos parâmetros de densidades, com a identificação de situações sócio-ambientais existentes na cidade.

Na R A Norte, o já referido Plano Diretor (Lei nº 07/1994) deu ênfase ao adensamento não residencial, nos bairros mais consolidados (Igapó e Potengi), denominada Zona Adensável-2(ZA2), ou seja, incidiu nas áreas onde a ocupação pelo setor terciário estava mais concentrada. Os demais bairros compreendiam a Zona de Adensamento Básico: Lagoa Azul, Pajuçara, N^a Sra. da Apresentação, Redinha e Salinas. Tendo ainda as Zonas de Proteção Ambiental localizadas nos bairros de Lagoa Azul, Pajuçara, Redinha e Salinas.

No ano de 1999, foi realizada a revisão da Lei Complementar n.º07/94 (sancionada como Lei Complementar nº. 022/99 em 18/08/1999). A Lei complementar nº. 022/1999, com relação a R A Norte aumentou a Zona Adensável-2(ZA2), em mais dois bairros: Pajuçara e Redinha. Como também a densidade máxima de 180 hab./ha para 350 hab. /ha, sem estudos técnicos dos parâmetros adotados para ampliação da referida zona.

Percebe-se através dos Planos Diretores para Natal, que o Estado pouco ou mesmo quase nenhum estudo realizou na R A Norte. Villaça (1998) mostra que o Estado atua através da legislação urbanística, feita pela e para a burguesia. Isso se revela pelo fato de se colocar na clandestinidade e ilegalidade a maioria dos bairros e das edificações de nossas metrópoles. As leis são voltadas para solucionar problemas de aparências e cumprir os requisitos das burguesias, nos bairros populares, quando existem, elas são extremamente permissivas (como exige o mercado), portanto, inócuas.

Segundo Rolnik (1999, p.13), a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A Lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiverem mais envolvidos na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final.

No entanto, as legislações urbanísticas de Natal, mesmo as elaboradas, durante a década de 1990, se estabeleceram ainda dentro de um quadro mantenedor do processo de dualidade centro-periferia no nível local. Trata-se de um movimento contraditório: ao mesmo tempo em que a estrutura social se diversifica e se torna mais complexa, com o surgimento de novas formas de uso e ocupação do espaço urbano, as desigualdades sociais não são atenuadas, e permanece uma hierarquia social que se concretiza no território onde as extremidades mantêm distanciamento. Os processos sócioespaciais são tão dinâmicos no nível local, que leis municipais se mostram insuficientes para interferir positivamente na diminuição das desigualdades sócioespaciais

As mudanças ocorridas na R A Norte de Natal e o descompasso quanto à legislação urbanística para a área, referendam o que Maricato (2000) afirma quanto ao distanciamento tradicional, entre arcabouço jurídico e a realidade social.

Maricato (2000) faz uma reflexão, quanto ao fosso ainda existente entre o planejamento urbano e gestão, aborda a necessidade da constituição de uma nova matriz urbanística para eliminar esse distanciamento. Para a autora não acaba com o espaço dos planos locais ou das decisões participativas descentralizadas. Mas, talvez mais importante do que tudo, não se pode desconhecer a necessidade de desconstrução das representações dominantes sobre a cidade e é imperativa a construção de uma nova *simbologia* engajada a uma prática democrática. Villaça reforça:

O planejamento urbano é encarnado numa idéia - hoje nada clara - de plano diretor e passa a ser admitido *a priori* como algo bom, correto e necessário em si. Adquire - no plano da ideologia - uma incrível credibilidade e autonomia, principalmente se lembrarmos que, a rigor, nas décadas de 1980 e 1990, os urbanistas mais atuantes já não sabem o que é um plano diretor, tamanha é a controvérsia entre eles. A ideologia, entretanto, encarregou-se de fazer com que os leigos não só sabem o que é plano diretor como também lhe atribuem poderes verdadeiramente mágicos. (VILLAÇA, apud MARICATO, p. 174. In: ARANTES & outros, 2000).

4.2 A GESTÃO DO PERMITIDO – A CIDADE LEGAL

A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da “cidade oficial”. Ela não cabe nas categorias do planejamento modernista/funcionalista, pois mostra semelhança com as formas urbanas pré-modernas. (...) Ela não cabe também no contexto do mercado imobiliário formal/legal, que corresponde ao urbanismo modernista. Ela não cabe ainda, do modo rigoroso, nos procedimentos dos levantamentos elaborados pela nossa maior agência de pesquisa de dados, o IBGE. E, por incrível que pareça, os órgãos municipais de aprovação de projetos, as equipes de urbanistas dos governos municipais e o próprio controle urbanístico (serviço público de emissão de alvarás e habite-se de construções), frequentemente desconhecem esse universo. Mesmo nas representações cartográficas é de hábito sua ausência. (MARICATO, 2000, p. 122)

A R A Norte de Natal/RN, até as penúltimas décadas (1970 e 1980) do século XX era considerada (e de fato representava) o “outro lado da cidade”, pela condição físico-espacial (compunha-se de extensos conjuntos habitacionais horizontais via SFH/BNH, favelas, loteamentos clandestinos e vilas) e principalmente através de parcelamento extensivo do solo para fins habitacionais resultante da atuação de agentes imobiliários privados, gerando o que se denominou **Padrão periférico de crescimento urbano**.

A região se caracterizava como uma **cidade dormitório** (pois, a maior parte da população produtiva trabalhava em outras áreas da cidade), onde existiam precários espaços de reprodução, era uma área da cidade desprovida de atividades econômicas relevantes, de espaços dotados de centralidade, baixa densidade de ocupação e precárias condições sócio-ambientais, assim como, pela condição de ser ocupada pela população menos favorecida socioeconomicamente (com renda familiar correspondente até 4,8 salários mínimos na década de 1980⁵²), e também por incorporar marca discriminadora de área receptora de migrantes do interior do estado do RN, compondo uma concentração de capital humano.

De acordo com Carlos (2001), quando aborda a apropriação do espaço urbano, diz que o consumo dele se avalia no movimento de generalização da sua transformação em mercadoria, que estabelece ao uso a existência da propriedade privada das parcelas do espaço. Assim o processo de reprodução do mesmo aponta para a tendência da predominância da troca sobre os modos de uso, o que revela o seu movimento de consumo para o consumo do espaço.

O presente estudo aborda as transformações ocorridas na R A Norte de Natal/RN, ancorado no incentivo à modernidade que ocorreu no país ao longo das últimas décadas do

⁵² Dado obtido através de cálculos realizados pelo IDEC (atual IDEMA), todavia para efeito de cálculo na composição da cidade do Natal, só foram considerados significativos à época na R. A. Norte, os bairros de igapó e potengi.

século XX, e que repercutiu na dinâmica das relações sócioespaciais, calcadas no setor das atividades de comércio e serviços varejistas. A região supracitada apresentou mudanças substanciais, e impulsionadoras do desenvolvimento local, através do crescimento da atividade terciária, espacializadas nos seus principais corredores (ruas e avenidas internas), que se apresentaram por intermédio do uso e ocupação do solo.

A Av. Dr. João Medeiros Filho (principal corredor de atividades terciárias e de circulação na região) como mostraremos mais adiante no texto em tela, através das pesquisas realizadas, em órgãos oficiais do Governo municipal e da iniciativa privada, permitiu a reflexão e compreensão das relações que se processam no setor de atividades terciárias. Precisando com maior segurança, as transformações e permanências nos usos e nas relações sócioespaciais existentes na citada avenida, caracterizada como estruturante via comercial e de serviços, e de circulação, enfocando o processo de ocupação das suas áreas lindeiras.

Tais processos podem se caracterizar como elementos determinantes da distribuição das atividades terciárias ao longo da avenida. Perante essa realidade, aventamos que os equipamentos urbanos de grande porte (que a principio, parecem ser responsáveis pela (re) organização do espaço estudado) são determinantes dessas mudanças e, os usuários redefinem seus espaços de atuação, principalmente, o segmento dos comerciantes. Um dos pontos mais visíveis e marcantes se refere aos usos da Av. Dr. João Medeiros Filho: grande corredor de circulação de veículos particulares (da população local e de turistas em direção as praias do litoral norte do Estado) e transporte coletivo (para acesso aos conjuntos habitacionais e também a **periferia** da periferia – os loteamentos) *versus* corredor de atividades terciárias. Verificamos (por pesquisa *in loco*) a tendência ao predomínio da circulação de automóveis em função de algumas atividades comerciais; e um dos principais efeitos desse predomínio, está diretamente relacionado, não apenas à necessidade de acessibilidade imposta pelo hipermercado existente e demais equipamentos de grande porte, mas também, e principalmente, pela própria expansão das vias de circulação da R A Norte que convergem para a Av. Dr. João Medeiros Filho.

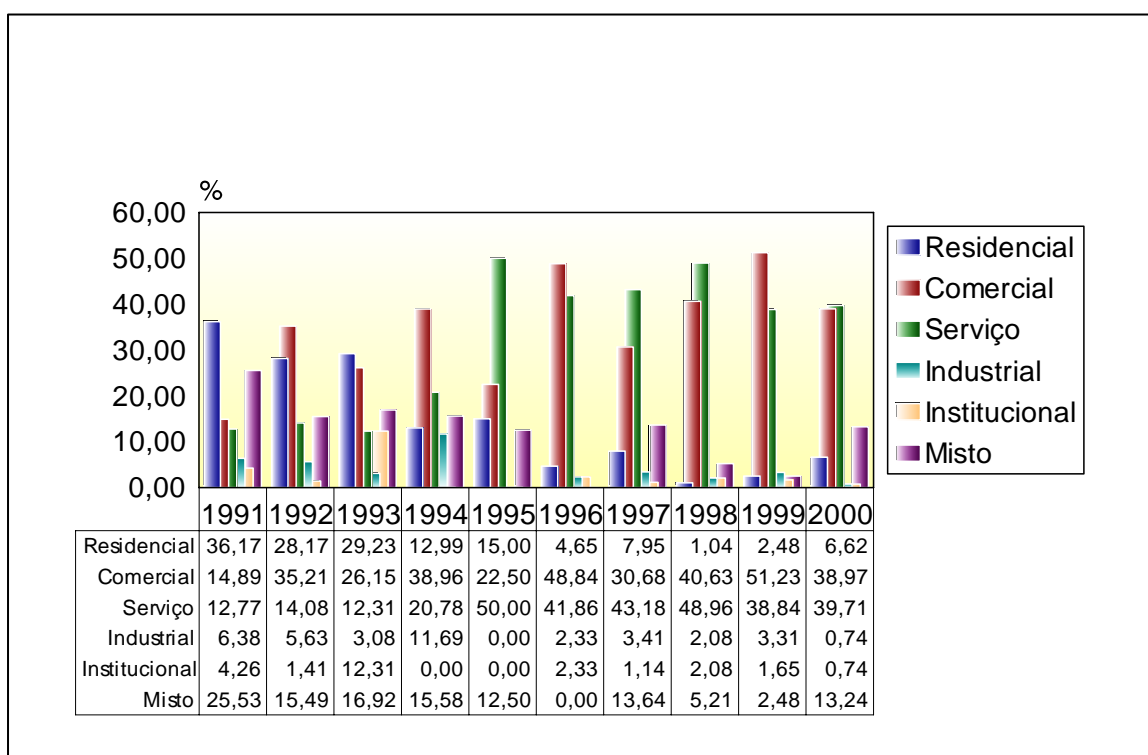
Para explicitar mais substancialmente o que foi abordado até o presente, nesse texto, apresento um levantamento de dados primários, o qual foi desenvolvido no Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Natal, frente ao recorte temporal, que foi concentrado na última década do século XX, tendo em vista, ser nesse período, onde ocorrem as expressivas mudanças no espaço urbano da R A Norte, e ratificados na Av. Dr. João Medeiros Filho. O

levantamento dos alvarás foi efetivado através de formulário elaborado de maneira sistematizada (apêndice, p. 141).

Apresento os resultados obtidos, por meio dos principais cruzamentos realizados, tabelas e gráficos. Entretanto todas as informações sistematizadas por gráficos (gráfico 8 a 29), estão no apêndice do presente trabalho.

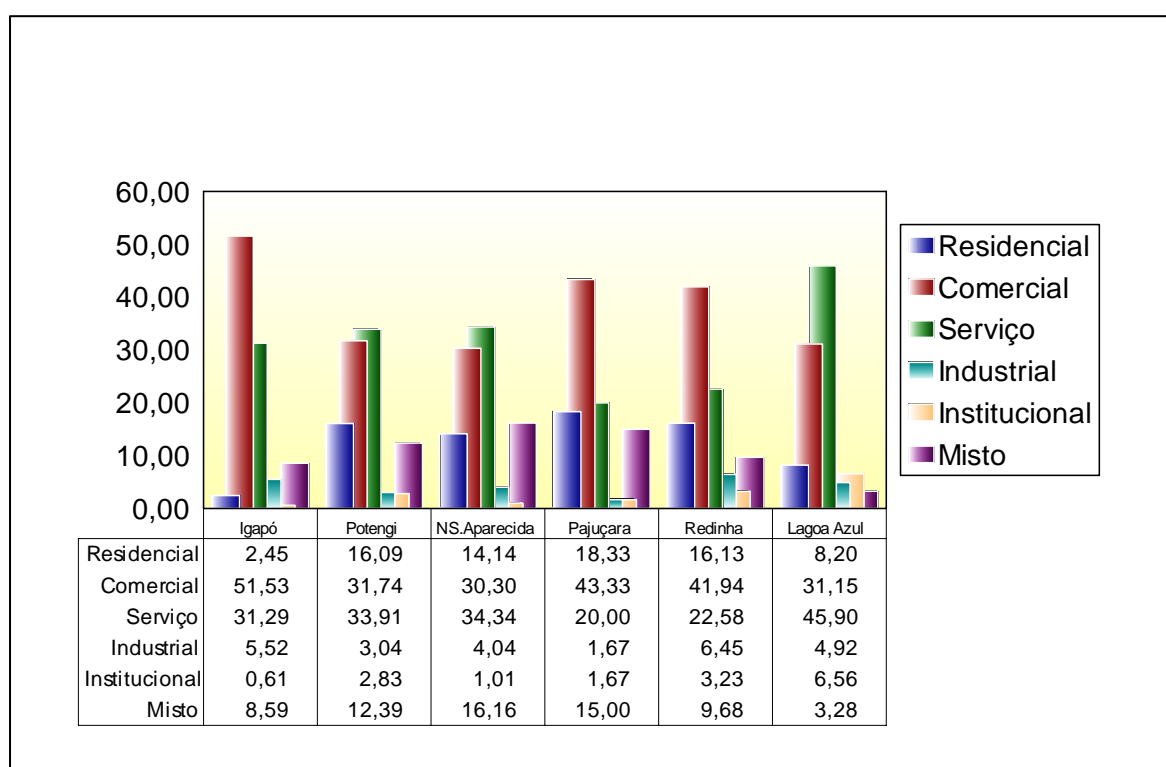
O gráfico 1 representa o cruzamento dos dados referentes aos tipos de usos presentes na R A Norte de Natal/RN, durante a última década (1991 a 2000) do século XX, com cada ano do período estudado. Este gráfico espelha as transformações ocorridas durante o período de 10(dez) anos, verifico que a expedição de alvará de construção de residências pelo âmbito legal - uso residencial é progressivamente reduzido, enquanto os usos comerciais e de serviços estão em plena ascensão, chegando ao pico da liberação de alvarás nos anos de 1995 e 1996. Para o uso industrial (mesmo não sendo o foco do presente trabalho), só aparece até o ano de 1994, a partir de 1995, houve a redução considerável de novos espaços nesse tipo de uso na região.

Gráfico 1 – Tipo de Uso X Ano



O gráfico 2 mostra que o uso residencial, no bairro de Igapó, que já é muito adensado, não apresentou incidência significativa. Contudo os usos comerciais e serviços tiveram grande ocorrência na liberação de alvarás em todos os bairros. Entretanto no bairro de Igapó o uso comercial é bastante expressivo, vale salientar que esse bairro tem grande área de influência, pois, se localiza em área limítrofe com o município de São Gonçalo do Amarante. O uso misto apareceu mais concentrado no bairro de Nossa Senhora da Apresentação onde estão localizados os maiores loteamentos da R A Norte. Parte da região onde fica mais evidente a segregação socioespacial. Seguido pelo bairro de Pajuçara, onde este uso também se evidencia.

Gráfico 2 – Tipo de Uso X Bairro



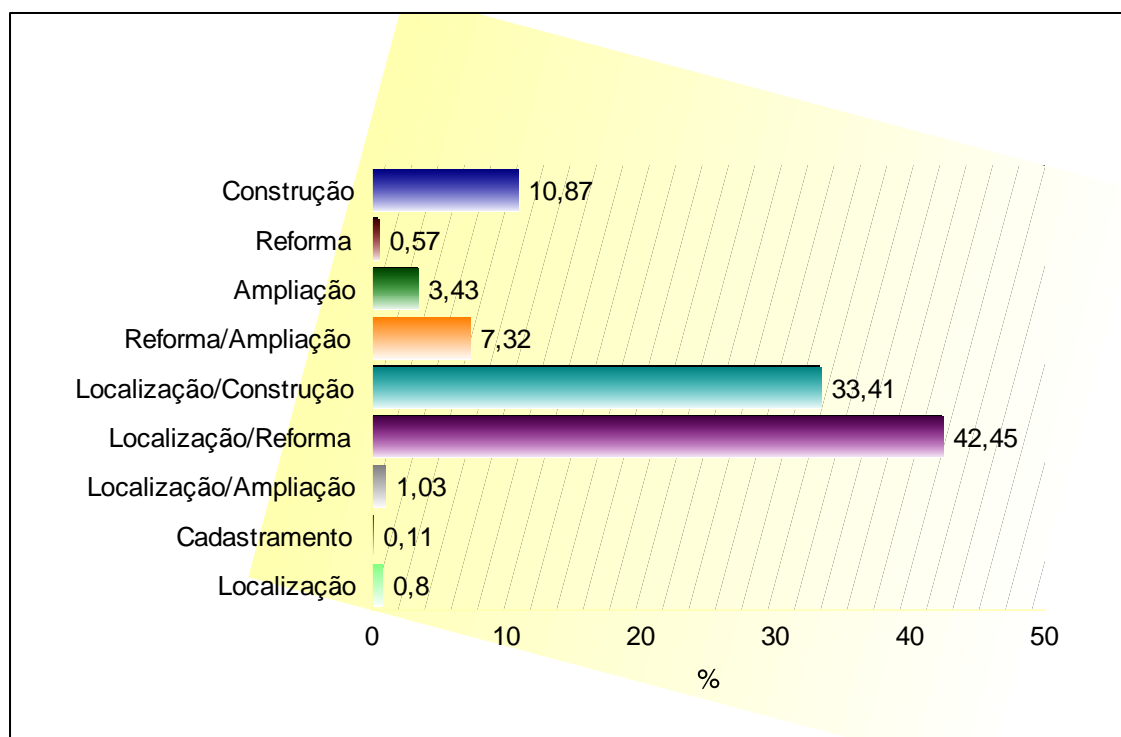
A tabela 5 e o gráfico 3 estão mostrando o que foi liberado durante os anos de 1991 a 2000, em termos do tipo de alvará. Os alvarás de localização, tanto de obras novas, como em edificações já existentes são juntos responsáveis por 75,86% de todo o universo do levantamento. Referendando o que já se tinha constatado nos gráficos anteriores, frente ao

avanço da liberação de licença para a mudança de uso aos imóveis para a R A Norte de Natal/RN.

Tabela 5 - Tipo de Alvará X Frequência

| Tipo de Alvará | Frequência | % |
|------------------------|-------------------|---------------|
| Construção | 95 | 10,87 |
| Reforma | 5 | 0,57 |
| Ampliação | 30 | 3,43 |
| Reforma/Ampliação | 64 | 7,32 |
| Localização/Construção | 292 | 33,41 |
| Localização/Reforma | 371 | 42,45 |
| Localização/Ampliação | 9 | 1,03 |
| Cadastramento | 1 | 0,11 |
| Localização | 7 | 0,80 |
| TOTAL | 874 | 100,00 |

Gráfico 3 - Tipo de Alvará X Frequência

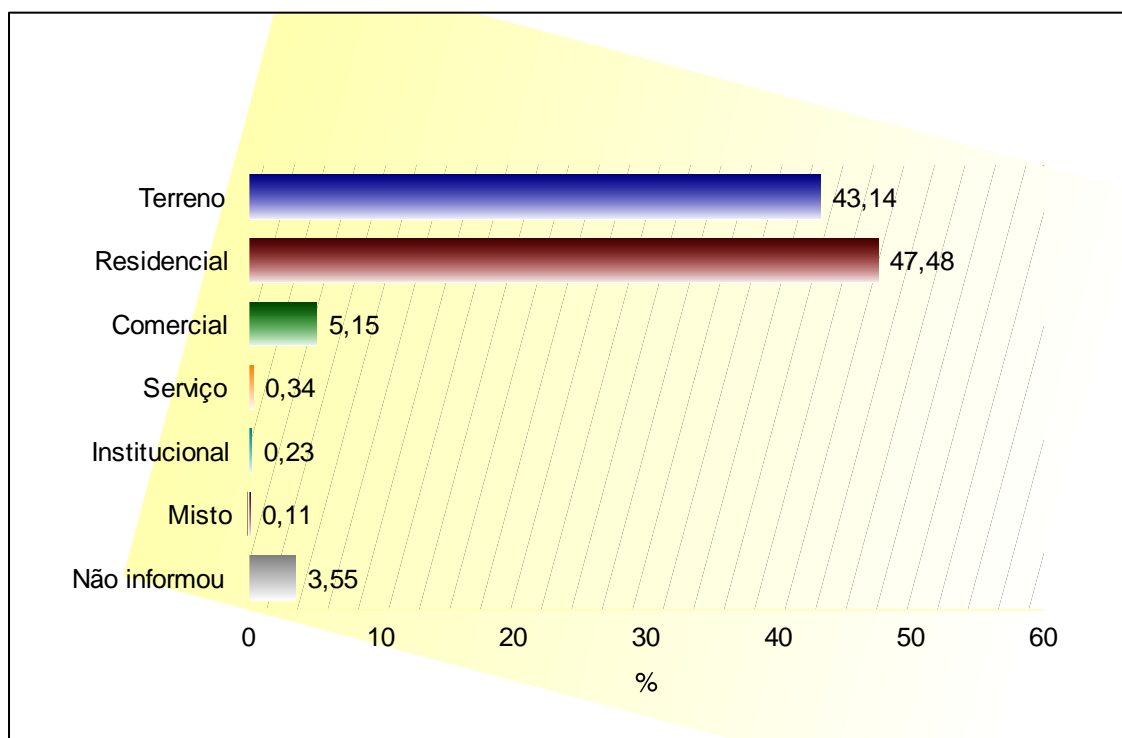


A tabela 6 e gráfico 4 refletem a situação que se apresentava anteriormente o imóvel, antes da solicitação de alvará para o uso ou mudança de uso, percebe-se que maioria (90,62%) se concentra na localização do empreendimento em terreno existente (43,14%), ou mudança de uso (47,48%).

Tabela 6 - Tipo de Uso Anterior X Freqüência

| Tipo de uso anterior | Freqüência | % |
|-----------------------------|-------------------|---------------|
| Terreno | 377 | 43,14 |
| Residencial | 415 | 47,48 |
| Comercial | 45 | 5,15 |
| Serviço | 3 | 0,34 |
| Institucional | 2 | 0,23 |
| Misto | 1 | 0,11 |
| Não informou | 31 | 3,55 |
| TOTAL | 874 | 100,00 |

Gráfico 4 - Tipo de Uso Anterior X Freqüência

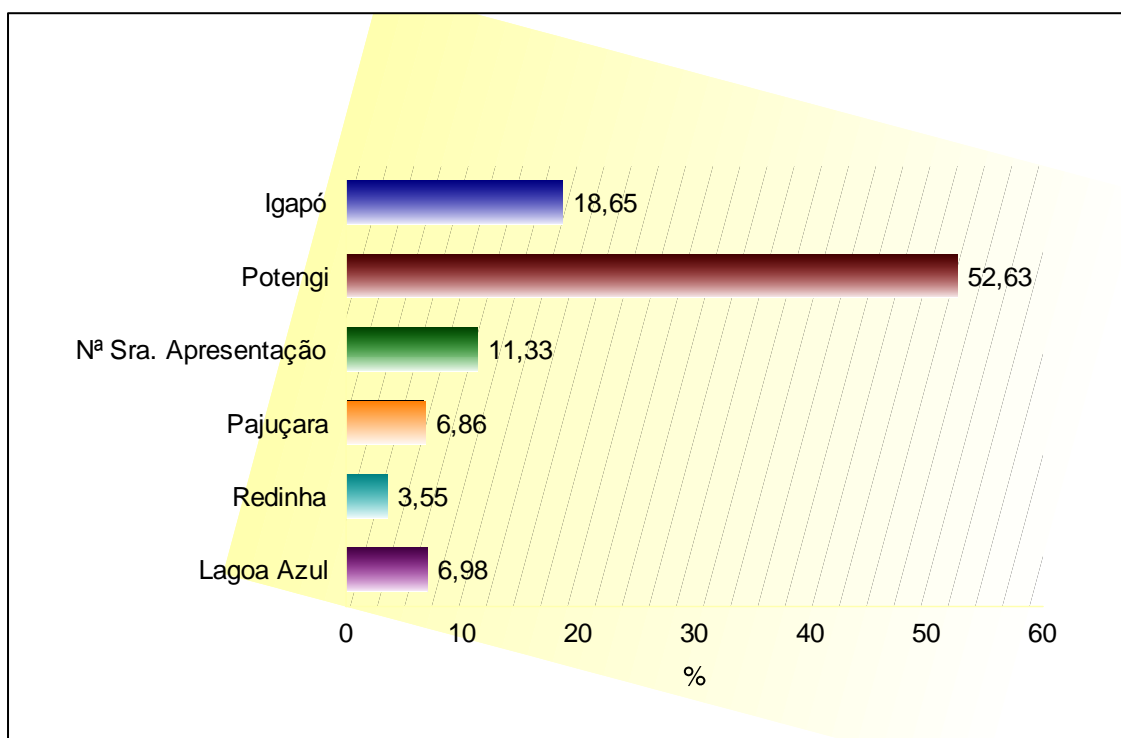


A tabela 7 e o gráfico 5 mostram que a liberação de alvarás, na R A Norte de Natal/RN incidiram em sua maioria (71,28%) nos bairros de Igapó e Potengi. Bairros que no Plano Diretor de Natal – Lei complementar nº 07/1994, correspondem a Zona Adensável-2 (permitido o adensamento do uso não residencial), ou seja a liberação adensamento para o uso não residencial contribuiu para a grande incidência de empreendimentos nos bairros supracitados.

Tabela 7 - Liberação de Alvará por Bairro X Frequência

| Bairro | Frequência | % |
|----------------------|------------|---------------|
| Igapó | 163 | 18,65 |
| Potengi | 460 | 52,63 |
| Nª Sra. Apresentação | 99 | 11,33 |
| Pajuçara | 60 | 6,86 |
| Redinha | 31 | 3,55 |
| Lagoa Azul | 61 | 6,98 |
| TOTAL | 874 | 100,00 |

Gráfico 5 - Liberação de Alvará por Bairro X Frequência

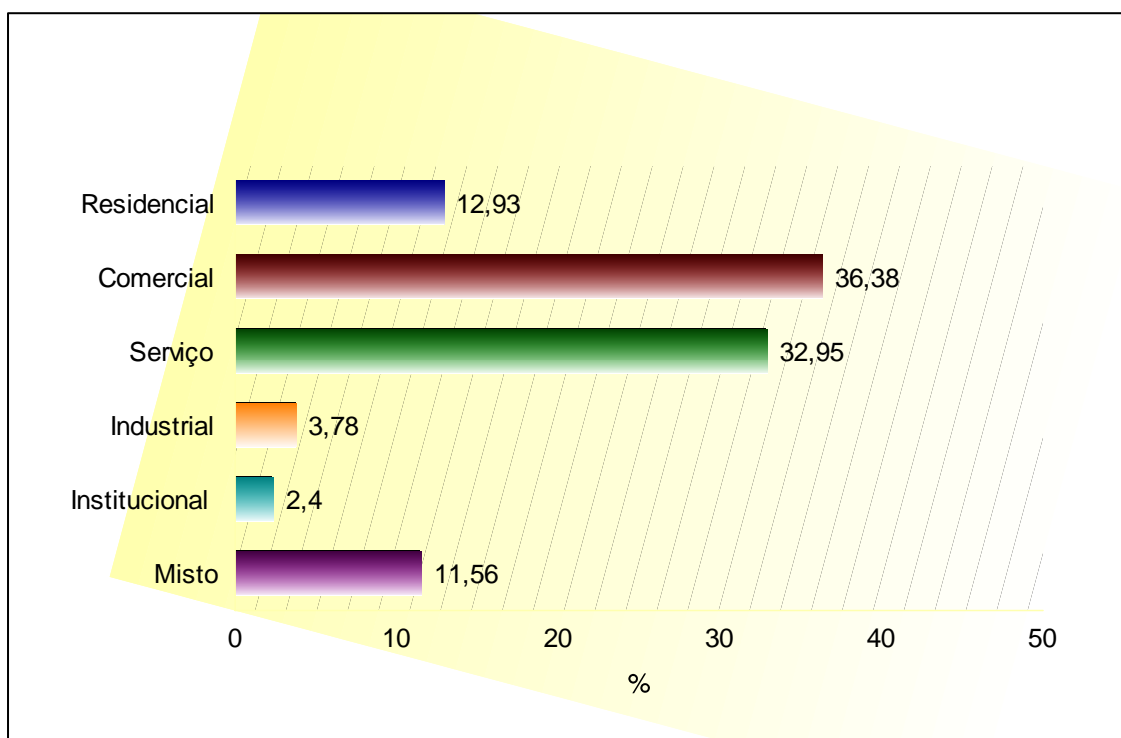


Com relação à tabela 8 e o gráfico 6 eles são complementares as informações apresentadas anteriormente (Tabela 6 e Gráfico 4) onde foram apresentados os usos anteriores no local, tendo a grande incidência de terrenos e residências. Referendando agora com os dados sobre o uso, para o qual o alvará foi expedido. Mostra que a mudança de uso foi em sua maioria (69,33%) para as atividades vinculadas ao setor terciário.

Tabela 8 - Tipo de Uso X Frequência

| Tipo de Uso | Frequência | % |
|--------------------|-------------------|---------------|
| Residencial | 113 | 12,93 |
| Comercial | 318 | 36,38 |
| Serviço | 288 | 32,95 |
| Industrial | 33 | 3,78 |
| Institucional | 21 | 2,40 |
| Misto | 101 | 11,56 |
| TOTAL | 874 | 100,00 |

Gráfico 6 - Tipo de Uso X Frequência

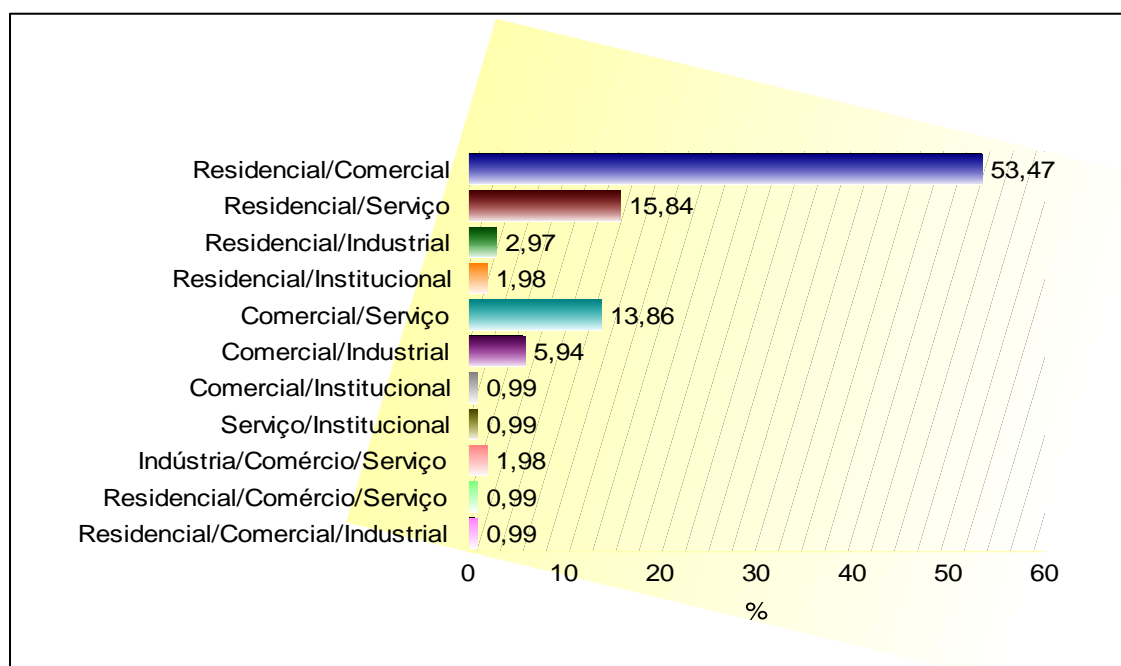


A tabela 9 e o gráfico 7 versam sobre os alvarás liberados na R A Norte de Natal/RN, para o uso misto. Tendo o uso residencial/comercial e residencial/serviço sido juntos responsáveis por 69,31% dos alvarás, o que demonstra a crescente mudança de uso ou mesmo a crescente inserção da atividade terciária no espaço urbano da região.

Tabela 9 - Uso Misto X Frequência

| Uso Misto | Frequência | % |
|----------------------------------|------------|---------------|
| Residencial/Comercial | 54 | 53,47 |
| Residencial/Serviço | 16 | 15,84 |
| Residencial/Industrial | 3 | 2,97 |
| Residencial/Institucional | 2 | 1,98 |
| Comercial/Serviço | 14 | 13,86 |
| Comercial/Industrial | 6 | 5,94 |
| Comercial/Institucional | 1 | 0,99 |
| Serviço/Institucional | 1 | 0,99 |
| Indústria/Comércio/Serviço | 2 | 1,98 |
| Residencial/Comércio/Serviço | 1 | 0,99 |
| Residencial/Comercial/Industrial | 1 | 0,99 |
| TOTAL | 101 | 100,00 |

Gráfico 7 - Uso Misto X Frequência



No tocante a via objeto de estudo - a Av. Dr. João Medeiros Filho apresentamos dados levantados, dentro do recorte temporal (1991 a 2000), por intermédio dos alvarás expedidos pela Prefeitura Municipal de Natal, através do seu órgãos responsável por esse tipo de atividade, o Instituto de Planejamento Urbano de Natal – IPLANAT, que posteriormente passou a ser nominado de Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB. Vale salientar que a avenida em tela não tem interseção com os bairros de Nossa Senhora da Apresentação e Lagoa Azul.

Os dados são apresentados em tabelas (Tabela 10 a 13) onde se evidencia a maior frequência de liberação de alvarás a partir do ano de 1996 (Tabela 10), posterior à promulgação do Plano Diretor de Natal – Lei complementar nº 07/1994, onde passou a R A Norte de Natal a ter uma Zona Adensável, como já fizemos alusão anteriormente.

Em consequência dessa abertura para o adensamento (não residencial), os bairros de Igapó e Potengi (correspondentes a Zona Adensável na região) são os que têm o maior quantitativo de alvarás liberados (ver Tabela 7), e na Av. Dr. João Medeiros Filho, esse dado se repete (Tabela 11), para o uso comercial e serviços, somando 84,71% (Tabela 12) do total, demonstra a disponibilidade desse importante eixo viário da R A Norte para a atividade terciária. E a maioria dos alvarás liberados (63,53%) foram para localização/construção, o que evidencia a incidência de terrenos, e conseqüentemente de destinação as atividades terciárias.

Tabela 10 - Alvarás Liberados para a Av. Dr. João Medeiros Filho

| ANO | Freqüência | % |
|--------------|-------------------|------------|
| 1991 | 4 | 4,71 |
| 1992 | 3 | 3,53 |
| 1993 | 7 | 8,24 |
| 1994 | 7 | 8,24 |
| 1995 | 4 | 4,71 |
| 1996 | 9 | 10,58 |
| 1997 | 10 | 11,76 |
| 1998 | 11 | 12,94 |
| 1999 | 13 | 15,29 |
| 2000 | 17 | 20,00 |
| Total | 85 | 100 |

Tabela 11 - Alvarás Liberados por Bairros para a Av. Dr. João Medeiros Filho

| Bairro | Frequência | % |
|---------------|-------------------|---------------|
| Igapó | 16 | 18,82 |
| Potengi | 56 | 65,89 |
| Pajuçara | 3 | 3,53 |
| Redinha | 10 | 11,76 |
| Total | 85 | 100,00 |

Tabela 12- Tipo de Uso nos Alvarás Liberados para a Av. Dr. João Medeiros Filho

| Tipo de Uso | Frequência | % |
|--------------------|-------------------|---------------|
| Residencial | 3 | 3,53 |
| Comercial | 51 | 60,00 |
| Serviço | 21 | 24,71 |
| Industrial | 2 | 2,35 |
| Institucional | 2 | 2,35 |
| Misto | 6 | 7,06 |
| Total | 85 | 100,00 |

Tabela 13 - Tipo de Alvará Liberado para a Av. Dr. João Medeiros Filho

| Tipo de Alvará | Frequência | % |
|------------------------|-------------------|---------------|
| Construção | 16 | 18,82 |
| Reforma | 1 | 1,18 |
| Ampliação | 4 | 4,71 |
| Reforma/Ampliação | 2 | 2,35 |
| Localização/construção | 54 | 63,53 |
| Localização/Reforma | 8 | 9,41 |
| Total | 85 | 100,00 |

4.3 A DINÂMICA DO SETOR TERCIÁRIO – A CIDADE REAL

O desconhecimento da cidade real facilita a implementação de políticas regressivas carregadas de simbologia. O conhecimento é um antídoto necessário para o desmonte da representação ideológica e para o fornecimento de uma base científica para a ação. Na sociedade brasileira, podemos dizer que a realidade é subversiva ao pensamento conservador. Daí o potencial de uma ação pedagógica sobre o reconhecimento da cidade real, em especial da “cidade oculta”. . (MARICATO, 2000, p. 186).

Villaça (1998) em suas reflexões sobre o espaço intraurbano afirma que o Estado atua através da legislação urbanística, sendo a mesma elaborada e gerida pela burguesia. E continua, dizendo que, isso se revela pelo fato de se colocar na clandestinidade e na ilegalidade a maioria dos bairros e das edificações de nossas metrópoles. Ele enaltece a questão dizendo que o real não se apresenta claramente aos nossos sentidos. Por isso, ele comporta diferentes versões ou interpretações.

Segundo Maricato (2000) parte de nossas cidades podem ser classificadas como **não cidades** [...] “e é notável como esta atividade (construir), de pensar a cidade e propor soluções para seus problemas, permaneceu alienada dessa realidade que estava sendo gestada”. Afirma a autora que a orientação dos investimentos na maioria das cidades segue a plano não explícito, guiado por interesses precisos.

A legislação urbanística brasileira por muitas décadas (como referência o século XX) foi elaborada como base em uma condição ideal de cidade, e por isso mesmo inexistente, era, como afirma SPOSATI (2001):

Incompatíveis para alcançar a vida possível e real, [...] quer pelo valor da terra, quer pela ausência de planejamento, quer pela inexistente presença do ente público municipal par assegurar condições adequadas de vida aos humanos moradores dos bairros populares, estes vivem em espaços que não são cidades.(SPOSATI, 2001, p. 93).

Para ter elementos substanciais da **cidade real**, e analiso com precisão as mudanças ocorridas R A Norte, que incidiram no incremento da atividade terciária e no permanente redesenho, do seu espaço urbano, busquei informações concisas em empresa da iniciativa privada. Procurei um órgão que estivesse vinculado às atividades do setor terciário, então optei pelo SEBRAE/RN, que durante o ano 2000 realizou o levantamento através do **cadastro empresarial**, sistematizando informações atualizadas sobre a composição e distribuição no espaço, de empresas dos setores do comércio, dos serviços e da indústria (apesar de ser do

setor secundário, na região, as indústrias em sua maioria são de porte pequeno ou micro), que efetivamente estavam em funcionamento no município de Natal/RN. O objetivo do órgão era montar um banco de dados com informações sobre os setores mencionados, no nível local e fornecer subsídios aos empresários para a instalação de equipamentos em Natal.

Analisando a situação de legalidade das empresas em funcionamento na R A Norte, durante o ano de 2000 (Tabela 14) verificamos que as empresas existentes e em funcionamento na região, estão em sua maioria (74,15%) na informalidade frente ao registro no cadastro da Receita Federal. Todavia isso não foi e não é obstáculo, para intervenções na região, circulação de capital, e contribuição no processo de estruturação espacial e econômica. Buscando suporte teórico em Villaça (1998) quando afirma em suas reflexões, que o espaço da cidade capitalista (ou o espaço intraurbano) é heterogêneo, ele existe sob a dominação dos interesses de consumo.

Tabela 14 - Situação de Legalidade (CGC) das Empresas em funcionamento na Região Administrativa Norte de Natal/RN. Ano: 2000.

| SITUAÇÃO | COMÉRCIO | | SERVIÇO | | INDÚSTRIA | | TOTAL | |
|--------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|------------|---------------|--------------|---------------|
| | N. A. | % | N. A. | % | N. A. | % | N. A. | % |
| FORMAL | 697 | 23,03 | 229 | 9,42 | 64 | 19,39 | 990 | 17,11 |
| INFORMAL | 2.094 | 69,18 | 1.957 | 80,53 | 240 | 72,73 | 4.291 | 74,15 |
| NÃO INFORMOU | 236 | 7,80 | 244 | 10,04 | 26 | 7,88 | 506 | 8,74 |
| TOTAL GERAL | 3.027 | 100,00 | 2.430 | 100,00 | 330 | 100,00 | 5.787 | 100,00 |

Fonte: SEBRAE/RN, 2000.

No contexto em que novas áreas adquirem valor de uso, o processo de apropriação passa a ser determinado pelas leis do mercado, isto é, definido pela trocabilidade. Nesse caso, as parcelas do espaço, sob a forma de mercadoria, se encadeiam ao longo dos circuitos da troca – a partir de uma estratégia e de uma lógica. Assim as particularidades dos lugares do espaço se afirmam, potencializadas pela produção, pois o uso só pode se realizar num determinado lugar, isto é, refere-se à escala local (apesar de articulados cada vez mais ao global – pela constituição da sociedade urbana). O espaço dominado, controlado, impõe não apenas modos de apropriação, mas comportamentos, gestos, modelos de construção que excluem/incluem. Produz a especialização dos lugares, determina e direciona fluxos, originando centralidades novas. (CARLOS, 2001, p.179).

Apresento outras análises feitas a partir dos dados do levantamento realizado pelo SEBRAE/RN, na R A Norte, no ano de 2000 (Tabelas 15 a 17-apêndice, p.154, 155 e 156), sistematizamos, a partir do recorte temporal de nosso trabalho (1991 a 2000), ou seja,

agrupamos as empresas existentes e em funcionamento na região por atividade (comércio, serviços e indústria), surgidas antes da década de 1990, e durante a década de 1990. E em seguida fazemos a totalização das empresas frente a sua situação no ano 2000. Constatamos nos dados sistematizados, que houve um crescimento significativo das atividades terciárias durante a última década do século XX.

A atividade comercial apresentou crescimento passou de 247 empresas, antes da década de 1990, para 3.027 empresas no ano de 2000, um crescimento de 1.225,50%. Tendo a maior incidência ocorrida nos bairros Potengi (834 empresas) e Nossa Senhora da Apresentação (769 empresas) (tabela 15 e Figura 25 – Apêndice, p. 154 e 157). Bairros que definem a segregação socioespacial existente na região. Onde o bairro do Potengi abrange a população moradora de conjuntos habitacionais e também em edificações unifamiliares de padrão mais elevado. No outro extremo, o bairro de Nossa Senhora da Apresentação abriga a população de loteamentos e favelas. É o comércio diversificado, atendendo a demanda de classes distintas na mesma região.

Quanto a atividade do setor terciário – serviços, constata-se que na mesma seqüência da atividade comercial, também apresentou um grande crescimento (tabela 16 e Figura 25 – apêndice, p. 155, 157) onde a região compreendia apenas 228 empresas de prestação de serviços até o final da década de 1980, durante a época inerente ao recorte temporal de presente trabalho (década de 1990) houve uma substancial ascensão (mais 2.202 empresas) dessa atividade do setor terciário, totalizando no ano 2000, um montante de 2.430 empresas existentes e em funcionamento (crescimento de 1.065,79%) ligados principalmente ao ramo do lazer e entretenimento . Assim como na atividade comercial, os serviços também tiveram uma maior incidência nos bairros do Potengi e Nossa Senhora da Apresentação. Apontando para o crescimento do setor terciário na região, através da divisão socioespacial e econômica.

A atividade industrial (tabela 17 e Figura 25 – apêndice, p. 156, 157) apesar de incipiente (exceto no Distrito Industrial, já abordado no capítulo 2) no interior da R A Norte, mantida as devidas proporções, também apresentou um crescimento, passando de 57 empresas até o final da década de 1980, para 330 empresas em funcionamento no ano 2000, correspondendo a um aumento de 578,95%. me refiro a indústrias, estou me reportando as pequenas e micro empresas (muitas vezes terceirizadas). Comportando panificadoras, serralherias, fábrica de pré-moldados, entre outras. A maior incidência da atividade

industrial⁵³ ocorreu no bairro Nossa Senhora da Apresentação, bairro integrante da *periferia* da periferia de Natal. Apresentamos uma espacialização das empresas levantadas pelo SEBRAE/RN, antes e durante a década de 1990, na Figura 25 em apêndice, p.157.

Ampliando o foco agora a área de estudo do trabalho em tela, ou seja – a Av. Dr. João Medeiros Filho, analiso a ocupação das suas áreas lindeiras, por empresas integrantes do cadastro empresarial do SEBRAE/RN, com atividades pertinentes a temática desenvolvida no presente trabalho. No que concerne às empresas comerciais vislumbra-se um quantitativo significativo, existente e em funcionamento na referida avenida, do total de 11 empresas até o final da década de 1980, passou no ano 2000 para 124 empresas abertas e em pleno funcionamento (crescimento de 1.127,27%), apresentando a maior concentração dessa atividade terciária, no trecho correspondente ao bairro de Potengi (Tabela 15- apêndice, p. 154).

Quanto a atividade de serviços na avenida supracitada, o crescimento apresentado até o ano de 2000 correspondia a 1.109,09% . Como na atividade comercial, a maior incidência também ocorreu no bairro Potengi (74 empresas, correspondendo a 66,6% do total), onde se verifica que somando as empresas de serviços, em funcionamento dos outros bairros cortados por essa avenida chega-se a um percentual de 33,4% do total dessa atividade terciária. Quanto a atividade industrial não houve incidência significativa na Av. Dr. João Medeiros Filho, antes da década de 1990 existiam 2 empresas, e no ano 2000, esse quantitativo se eleva para apenas 10 empresas existentes e em funcionamento.

A seguir apresento resumo das informações dos cadastros empresariais do SEBRAE/RN, frente as atividades terciárias e industrial, correspondente a R A Norte e especificamente a Av. Dr. João Medeiros Filho (Tabelas 18 e 19).

⁵³ Totalizando 103 empresas em funcionamento – 31,21% de toda a R. Ad. Norte.

Tabela 18 - Empresas em atividades na Região Administrativa Norte de Natal/RN.
Ano: 2000.

| EMPRESAS EM ATIVIDADES NA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN - ANO: 2000 | | | | | | |
|---|----------------------------------|----------|-----------------------------------|----------|---------------------|----------|
| ATIVIDADE | Surgidas antes da década de 1990 | | Surgidas durante a década de 1990 | | Total Geral em 2000 | |
| | N. A. | % | N. A. | % | N. A. | % |
| Comércio | 247 | 8,16 | 2.780 | 91,84 | 3.027 | 100,00 |
| Serviço | 228 | 9,38 | 2.202 | 90,62 | 2.430 | 100,00 |
| Indústria | 57 | 17,27 | 273 | 82,73 | 330 | 100,00 |
| TOTAL | 532 | — | 5.255 | — | 5.787 | — |
| Fonte: SEBRAE/RN | | | | | | |

Tabela 19 - Empresas em atividades na Av. Dr. João Medeiros Filho.
Ano: 2000.

| EMPRESAS EM ATIVIDADES NA AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO - ANO: 2000 | | | | | | |
|---|----------------------------------|----------|-----------------------------------|----------|---------------------|----------|
| ATIVIDADE | Surgidas antes da década de 1990 | | Surgidas durante a década de 1990 | | Total Geral em 2000 | |
| | N. A. | % | N. A. | % | N. A. | % |
| Comércio | 11 | 8,15 | 124 | 91,85 | 135 | 100,00 |
| Serviço | 11 | 9,02 | 111 | 90,98 | 122 | 100,00 |
| Indústria | 2 | 20,00 | 8 | 80,00 | 10 | 100,00 |
| TOTAL | 24 | — | 243 | — | 267 | — |
| Fonte: SEBRAE/RN | | | | | | |

Após o levantamento realizado no Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Natal, e os dados obtidos através do cadastro empresarial do SEBRAE/RN, fiz a interface entre as duas fontes de pesquisa. Primeiro, constatei que durante a década de 1990 (recorte temporal) através dos trâmites da legalidade funcional, foram registrados 874 (Tabela 5) alvarás no órgão público municipal responsável. O que corresponde ao cumprimento da legislação urbanística e código de obras de Natal, ou seja, como afirma Maricato (2000), é a produção do espaço urbano na e para a **cidade legal**. Entretanto, fazendo uma analogia com os dados apresentados pelos cadastros empresariais do SEBRAE/RN (ver tabela 14), que sistematiza as empresas de acordo com a formalidade frente ao CGC (atual CNPJ), corresponde a *cidade real*, contatei que as informações se completam, isto é, o número de empresas abertas e em

funcionamento, com registro formal (CGC), na R A Norte de Natal é correlato ao número de alvarás emitidos pela Prefeitura Municipal de Natal, para a mesma época .

Após a apresentação das informações obtidas através dessas duas fontes de pesquisa (Alvarás emitidos pela PMN e cadastro empresarial realizado pelo SEBRAE/RN), pude fazer uma reflexão, avaliando que houve a apropriação e transformação de espaços da R A Norte, pelas funções ligadas ao consumo, provocando mudanças na própria história da região, que antes da década de 1990 era ocupada predominantemente por conjuntos habitacionais (BNH/SFH), loteamentos clandestinos (abordados no capítulo 2) e comércio e serviços varejistas voltados ao atendimento de subsistência da população local.

5. O REDESENHO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE

O eixo é talvez a primeira manifestação humana;
É o meio de todo ato humano.
A criança que titubeia tende para o eixo,
O homem que luta na tempestade da vida
Se traça um eixo.
O eixo é o ordenador da arquitetura.

Le Corbusier.

5. O REDESENHO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN

Topos é o lugar de possibilidades e potencialidades. Os usos da rua são permeados por relações determinadas pela articulação espaço-temporal, sendo submetidos à lógica capitalista que impõe o produtivismo, transforma o tempo em quantificação (uma quantidade abstrata) e o espaço numa distância a ser percorrida. As relações de propriedade criam os limites do uso, com a tendência à destruição do espaço público como espaço acessível. Com isso limitam, pelo exercício do poder, uma ação que destrói o espaço da sociabilidade e proximidade, substituindo-o por aquele dos interditos em nome da lei e da ordem. (CARLOS, p.184, 2001).

O terciário em termos mundiais em função do grande avanço tecnológico, apresenta mudanças, o que imprime outras dinâmicas no seu escopo, e alguns autores como Michel Rochefort (1998) afirma, numa progressão de estudos, já amplia para o **setor quaternário**, qualificado pela sociedade informatizada, onde se desenvolve a atividade terciária superior caracterizada pela predominância da prestação de serviços em escritórios, tecnologia da informação, serviços de alto valor agregado, entre outras. E outro autor Ricardo Neves (2007) já admite que desponta o **setor quinário** caracterizado pelo conhecimento, criatividade e inovação, via robótica, biotecnologia, engenharia genética, nanotecnologia, serviços de saúde *high-tech*, entre outros. Esse setor surge em função da Revolução Tecnocientífica em andamento.

A R A Norte, mantidas as proporções, incorpora algumas dessas atividades (assessoria, informática, publicidade), no seu espaço urbano. Nesse começo do século XXI, em um cenário de consolidação das mudanças na configuração da malha urbana, que foram delineadas na década de 1990, emergem novos empreendimentos do setor terciário, que estão redesenhando essa periferia de Natal, e respondem às crescentes demandas locais. A dinâmica socioeconômica impressa pela reestruturação produtiva transcende a região transbordando os seus limites físico-territoriais, e como afirma Ortiz (2001, p. 36) a distância deixou de ser um obstáculo físico para o deslocamento, ela é apenas uma variável administrada racionalmente pelas instituições sociais.

Buscando aporte em Santos (1988, p.135) pode-se afirmar que a ocupação da R A Norte foi precária e não foge à típica urbanização das cidades brasileiras dos países periféricos, onde a distribuição desigual de infra-estrutura e equipamentos constitui externalidade suficiente para imprimir valorizações sociais diferenciadas no seu território. Portanto a ocupação dessa região ocorreu sem o acompanhamento de infra-estrutura e de

serviços urbanos compatíveis com a magnitude numérica espacial dos extensos conjuntos habitacionais (quadro 1, apêndice, p. 138) implantados pelo SFH/BNH durante as décadas de 1970, 1980 e início da década de 1990, caracterizando um momento histórico dessa área da capital do estado do Rio Grande do Norte.

Após duas décadas de implantação de muitos conjuntos habitacionais, inicia-se o redesenho do espaço urbano da R A Norte, em função da implantação de equipamentos terciários (comércio e serviços varejistas), surgindo 4.982 novos equipamentos terciários na década de 1990 que se somaram aos 475 equipamentos de comércio e serviços varejistas da década anterior, assim como as indústrias passaram de 57 para 330 unidades (ver Tabela 18, p. 111, totalizando um incremento de 1.087% desses equipamentos, pulverizados pelos diversos bairros que compõem a região (ver Figura 25, apêndice, p. 157). Quanto à concentração dos equipamentos do setor terciário ocorre nos principais eixos viários da região: Rua Bel. Tomáz Landim/BR-406 (via arterial I-penetração), Av. das Fronteiras (via arterial II-articulação)(ver Figura 26, p. 120) e a Av. Dr. João Medeiros Filho/ RN-302 (via arterial II- articulação) (ver Tabela 15,16 p. 154 e 155). Contudo, existe diferenciação da ocupação do solo pelo terciário, nas vias supracitadas, e o rebatimento no redesenho urbano da região.

A Rua Bel. Tomáz Landim até pouco tempo atrás (2007), constituía o único acesso terrestre entre as duas margens do Rio Potengi (ver Figura 26, p.120). Entretanto, por ser uma via federal (BR-406), eixo viário limítrofe de municípios (Natal e São Gonçalo do Amarante) e passagem para o Município de Ceará-Mirim, componente da Região Metropolitana de Natal, entre outros municípios do interior do estado; imprime um fluxo intenso de veículos, no escoamento de cargas e tráfego pesado no sentido norte-sul da Região Metropolitana de Natal (Plano Estratégico de Natal, 2007) e apresenta uma configuração do setor terciário voltado para atendimento local e emergencial (pequenas lojas de material de construção, farmácias, restaurantes self-services, lojas de miudezas, entre outras).

A Av. das Fronteiras, via que apresenta fragmentação no seu percurso, como também cada trecho da mesma recebe uma denominação diferente (Rua Pres. Médici, Rua Pst. Joaquim B. de Macedo, Rua Santa Luzia , Av. das Fronteiras, Rua Votuporanga e Rua Tocantínea) de localização territorial estratégica para o deslocamento interno na região, eixo viário onde foram implantados em suas áreas lindeiras, equipamentos de comércio e serviços varejistas destinados ao atendimento de subsistência(mercearias, botecos, borracharias, posto de combustível, entre outros) da população local, não sendo diferente da composição de

outras áreas periféricas da capital. Essa rua apresenta um traçado viário irregular, com caixa de rua de larguras variadas na sua extensão, o que não permite um fluxo normal de veículos particulares, carga e principalmente de transporte coletivo, e apresenta infra-estrutura precária em suas áreas lindeiras. É também via limítrofe entre conjuntos habitacionais e loteamentos. (ver Figura 26, p. 120).

Os equipamentos terciários (comércio e serviços varejistas) de melhor localização e acessibilidade estão situados nas áreas lindeiras da Av. Dr. João Medeiros Filho, fato este que cria uma diferenciação no uso e ocupação de solo urbano na região. A estruturação do espaço intraurbano é mais do que um reflexo do capital é também um condicionante para a sua expansão. Portanto, Nessa avenida novas tendências na produção do espaço local começaram a ser traçadas durante a última década do século XX, se configurando nas suas áreas lindeiras, o deslocamento de fluxo de mercadorias, novos elementos vinculados diretamente às atividades do setor terciário. Esses novos elementos têm rebatimento concreto no uso e ocupação do solo. Atualmente, ela se constitui o corredor de comércio e serviços varejistas de maior porte, e mais refinados da R A Norte, de acordo com as tendências mundiais, frente ao capital, como lojas de franquias, *shopping centers*, entre outros.

O capital induz às novas necessidades vinculadas ao mercado regional, nacional e internacional produzindo grande dinâmica de transformação da periferia de Natal. Portanto, tornou-se área de influência para os diversos bairros da região, assim como para o vizinho Município de São Gonçalo do Amarante. Com o acúmulo dessas mudanças, essa via impôs uma centralidade à região, por meio de investimentos em equipamentos de grande porte, valorização da terra (especulação), atração de pessoas e crescente concentração de fluxo de veículos. Por outro lado há interesse de absorver novas clientelas, o que também reflete a tendência mundial, como podemos observar nas afirmações de Bernadette Mérenne-Schoumaker:

Pour beaucoup de services, s'installer en périphérie, c'est se rapprocher de ses clients potentiels, éviter les nuisances urbaines (insécurité, violence, bruit...), profiter de l'image de modernité souvent associée aux espaces en développement et encore pouvoir capter plus aisément toute cette clientèle qui ne se déplace plus qu'en voiture. (MÉRENNE-SCHOUMAKER, 2001, p. 48).⁵⁴

⁵⁴ Tradução: Para muitos serviços, se instalar na periferia é se aproximar de seus clientes potenciais, evitar os problemas urbanos (insegurança, violência, barulho...), aproveitar de uma imagem de modernidade, sempre associada aos espaços em desenvolvimento, e ainda poder captar mais facilmente toda essa clientela, que não se desloca mais, a não ser de carro.

Um condicionante fundamental da Avenida Dr. João Medeiros Filho reside na forma como se situam os equipamentos terciários, tendo em vista que nessa localização e na sua acessibilidade é que se encontram as condições necessárias para a disponibilidade de comércio e serviços varejistas. A avenida corta os bairros de Igapó, Potengi, Pajuçara e Redinha, entretanto a maior incidência de equipamentos de comércio e serviços varejistas, no ano de 2000, da via estava situada no trecho que compreende os bairros de Igapó e Potengi, assim como, se registra na via a hegemonia de implantação dos equipamentos de grande porte no setor de comércio e serviços varejistas de toda a R A Norte. Áreas que, durante o período de 1994 a 2007 foram incluídas pelo Plano Diretor Natal (Lei complementar nº 07/1994) como zona adensável (uso não residencial) da R A Norte, bairros onde também estão localizados os moradores com as maiores rendas médias mensais - Igapó: 2,93 S.M. e Potengi: 3,84 S. M. (ver Figura 26, p. 120 e anexo, Figura 30, p. 161), assim como compõem a área de maior disponibilidade de acesso às principais vias dos conjuntos habitacionais (Igapó: Rua Santa Luzia, Rua Henrique Dias e Rua Irmã Vitória. Potengi: Av. Paulistana, Av. Maranguape, Av. Florianópolis, Rua Senhor do Bonfim, Av. Itapetinga e Av. Governador Antonio de Melo e Souza) e regiões circunvizinhas. (Figura 26, p. 120, Figura 27, p. 121).

Nos trechos da Av. Dr. João Medeiros Filho que cortam os bairros de Igapó e Potengi é onde está a maior concentração dos seus equipamentos do setor terciário e, tomando como base a teoria de Christaller (abordada no capítulo 3), se concentram e são viáveis os equipamentos de bens e serviços, que garantam a iniciativa privada, volumes mínimos de procura compensadores e aos investimentos públicos níveis de utilização que os justifiquem – a **teoria das localizações** ou **teoria dos lugares centrais**.

De acordo com a teoria de Christaller, pode-se afirmar que a Av. Dr. João Medeiros Filho apresenta no interior da R A Norte, um paralelo entre uma **hierarquia urbana**, e a **hierarquia dos serviços**, frente as demais vias e áreas da região, assim como em suas áreas de influência (municípios circunvizinhos), pois, concentra oferta de bens e serviços, que lhes são próprios como clínicas médicas, concessionárias de veículos automotores, hipermercado, instituições educacionais(nível médio e superior), instituições públicas, entre outros.

Em 2000, havia incidência significativa de equipamentos no âmbito do setor terciário, principalmente nos Bairros de Igapó e Potengi, já com conotações de eixo centralizador de fluxos e indícios de reestruturação urbana. Novos equipamentos e construções nas áreas lindeiras a avenida, de edificações com padrão mais elevado. Assim como também ocorria a

substancial mudança de uso (do residencial para o vinculado a atividade terciária),(ver Igapó: Gráfico 18, apêndice, p. 147; e Potengi: Gráfico 19, apêndice, p. 1471).

A intensificação do capital na R A Norte, e a incidência de fatores quanto a formação de centralidade na Av. Dr. João Medeiros Filho, já começam a se materializar. Passados 08 anos, constata-se na avenida, a incidência marcante do capital via equipamentos de grande porte, shopping centers, hipermercados, equipamentos de serviços médico-hospitalar, restaurantes, instituições educacionais (nível médio e superior) entre outros (Figura 27 , p. 121). Ou seja, o que se delineava na última década do século XX, era que a R A Norte vinha redefinindo e re qualificando o seu espaço urbano, através das ações desenvolvidas via agentes envolvidos com a espacialização das atividades terciárias, ao mesmo tempo em que redimensionava o seu papel como periferia da capital. Atualmente, constata-se a convergência dos equipamentos de grande porte ocasionaram transformações ao longo da década de 1990 e imprimiram um redesenho local, com desdobramentos explícitos na nova realidade sócioespacial e econômica da região, estabelecendo nessa periferia de Natal, o surgimento de uma nova centralidade.

As atividades empresariais desenvolvidas por bairro (ver Figura 29, anexo, p. 160) na referida região, demonstram que o Bairro de Potengi tem a maior concentração de empresas da região, seguido pelo bairros Igapó e Nossa Senhora da Apresentação (ver capítulo 4). Quanto ao público alvo, o primeiro apresenta similaridades numéricas com bairros da Região Administrativa Sul (Candelária, Capim Macio, Neópolis e Ponta Negra).

Como mais um elemento científico para referendar o alto grau de integração e de centralidade da Av. Dr. João Medeiros Filho, já no final do século XX, pode-se constatar através da análise sintática, expressada por mapa axial, mais um suporte empírico para mostrar a hegemonia da avenida, como eixo integrador dentro da R A Norte.(Ver Figura 28): no que se refere à integração global, da Região Administrativa Norte por ela mesma, o mais alto grau de concentração acontece dentro dos limites do bairro Potengi (Figura 28) na Av. Dr. João Medeiros Filho(1), maior integração. Subseqüente nas vias: a Av. Maranguape (2), Av. Guadalupe (3) e Av. Itapetinga (4). A Av. Maranguape que fica no eixo limite do conjunto Panatís (etapas II e III), a Av. Guadalupe que se localiza no eixo limite também do conjunto Panatís (etapas I e II). E a Av. Itapetinga (4) situada no centro do conjunto Santarém. Todas as vias citadas são as mais integradas, existindo uma confluência maior para atividades voltadas ao comércio e serviços varejistas nos referidos conjuntos, fato este constatado *in loco*, assim por pesquisas já apresentadas ao longo do presente trabalho. O Bairro de Potengi

concentra a maior quantidade de conjuntos habitacionais (Quadro 1 – apêndice, p. 138), conseqüentemente possui um maior número de habitantes e é o mais numeroso em termos de habitações. Tendo o bairro da Redinha e suas localidades como o mais segregado (5) pelo próprio traçado das linhas axiais⁵⁵.

Estudar o redesenho da R A Norte, através do recorte espacial – a Av. Dr. João Medeiros Filho, não perfaz apenas o ambiente construído, através de marcos físicos bem definidos, pela melhoria do traçado das vias, infra-estrutura e tipologia das edificações, mas, sobretudo, o rebatimento que tem no processo de transformação do espaço, frente à cidade de Natal/RN, assim como ao mundial. Isto significa que o espaço intra-urbano não é isolado, mas um direto rebatimento da mundialização do capital e da sua espacialização.

Rocheffort (1998) afirma que as cidades consideradas em suas funções terciárias, não são hoje nem independentes nem isoladas, mas dependem de serviços e equipamentos que se encontram em diferentes lugares. A R A Norte faz parte da periferia da capital, que por sua vez, é uma cidade periférica. Ou seja, a região faz parte da periferia, da periferia. As transformações que se vislumbram nessa área de Natal/RN não correspondem a um fato isolado. É um fenômeno que está acontecendo em várias partes do mundo. É um processo do deslocamento do capital, e também da sua desterritorialização, uma característica essencial da sociedade global em formação. Como afirma Ianni (2003, p. 92) formam-se estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação. Continua o autor:

A **desterritorialização** manifesta-se tanto na esfera da economia como na da política e cultura. Todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência. As relações, os processos e as estruturas globais fazem com que tudo se movimente em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias. (IANNI, 2003, pp. 94-95).

No processo de deslocamento do capital são criadas e impressas novas necessidades, novos espaços e novas periferias, pois a periferia não é excluída, ela faz parte do processo do desenvolvimento da mundialização. Conquanto as centralidades adquiram um enorme valor simbólico. Valor de uso concreto fruto do trabalho social cristalizado. E altamente estratégicas para o exercício da dominação, da liderança do Governo.

⁵⁵ Mapa da análise sintática da R. A. Norte, elaborado pela Profa. Dra. Edja Trigueiro, em colaboração com esta pesquisa.

Figura 26: Mapa da Região Administrativa Norte de Natal/RN. Informações Gerais. Ano: 2000.

Figura 27: Mapa Geral de Uso e Ocupação do Solo da Av. Dr. João Medeiros Filho. Ano: 2000/2008.

Figura 28 - Mapa da Análise Sintática da Região Administrativa Norte
A-no: 2000



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

E a Região Administrativa Norte
deixa o preconceito para trás...

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva de analisar o rebatimento no espaço urbano de Natal/RN, das mudanças ocorridas no setor terciário em área periférica – a R A Norte, quanto ao deslocamento do capital, estudos foram desenvolvidos e constatações atingidas. A região estudada não está isolada em seu processo de crescimento e desenvolvimento, ela faz parte de um todo, do momento atual comum ao urbano, no desenvolvimento mundial.

A decisão de estudar a R A Norte foi um desafio que me propus decorrente do instigante fascínio que essa área da cidade suscitava. Descortinei, também, vários horizontes de conhecimento sobre o setor terciário.

O século XXI está em curso, mas as sementes das mudanças sócioespaciais foram plantadas na década de 1990. Portanto, era necessário buscar subsídios à compreensão da dinâmica produtiva e o processo urbano na região.

Componente histórica da periferia urbana de Natal, a R A Norte passou por mudanças durante a última década do século XX, fato que constituiu o fio condutor do trabalho. Investigar os processos que tem levado a região a redefinir o desenho do seu espaço urbano foi o passo inicial, assim como detectar as ações desencadeadas pelos agentes envolvidos com a espacialização das atividades terciárias, e ao mesmo tempo analisar o seu papel frente ao contexto da mundialização.

Os conjuntos habitacionais foram marcos importantes, na definição do desenho da R A Norte na consolidação da ocupação e uso do solo local. Assim como a legislação urbanística local - o Plano Diretor (Lei Complementar nº 07/1994) que definiu para a região a zona adensável 2 (ZA 2), incentivando o uso não residencial em bairros importantes, interferindo na dinâmica urbano local.

O setor terciário, através das atividades direcionadas ao comércio e serviços varejistas, absorveu e induziu o deslocamento do capital para a região e imprimiu conseqüentes transformações no redesenho da região. Concentrou equipamentos de grande porte, de localizações e acessibilidade privilegiadas nas áreas lindeiras, de um dos seus principais eixos viários – a Av. Dr. João Medeiros Filho, eixo de grande fluxo de veículos, de ligação com as vias importantes de acesso ao interior dos conjuntos habitacionais, e rota na direção das praias do litoral norte do estado do Rio Grande do Norte (ver capítulo 5 - Figura 26, p. 124). Levou a avenida durante a década de 1990, a agregar indícios de formação uma nova centralidade, nessa periferia urbana de Natal. E como afirma Pintaudi (2001, p.155) a

atividade comercial sempre demandou centralidade, o que também significa dizer acessibilidade.

Os vários conceitos utilizados durante o desenvolvimento do trabalho, propiciaram fundamental suporte teórico-metodológico. Ao estudar a configuração urbana da região, em função da sua condição periférica, busquei suporte inicialmente nas abordagens sobre segregação e periferia, imprescindíveis para a leitura e compreensão dos fenômenos ocorridos no final do século XX. A periferia de Natal é semelhante às periferias de países dependentes, e essa periferia não são excluídas, fazem parte do desenvolvimento da mundialização. A discussão conceitual sobre a cidade legal e a real, o formal e o informal no espaço urbano, frente a instrumentos jurídicos e urbanísticos, foi o balizador para a leitura e análise dos levantamentos realizados, através de fontes primárias e secundárias. Apesar das realidades abordadas pela maioria dos autores, ser de grandes metrópoles, onde também envolviam questões fundiárias, entretanto forneceram lastro para a leitura e apreensão dos dados coletados, e ter como resultado informações que apontavam para a grande informalidade de empreendimentos existentes na região. Quanto aos conceitos de centralidade e setor terciário, cerne do trabalho, contribuíram para referendar as leituras sobre Natal, que é uma cidade, onde o setor terciário sempre teve um papel importante. Assim como compreender o processo histórico, da mundialização, na criação de necessidades e do deslocamento do capital para a R A Norte, e a sua concentração e visibilidade na Av. Dr. João Medeiros Filho. Através dos investimentos do setor privado e do poder público. Localização, quanto a construção de novos empreendimentos e mudanças de usos das edificações, principalmente das áreas lindeiras da avenida, recorte espacial.

Saliento que, o trabalho não é um estudo de caso, mais a constatação do rebatimento da mundialização, na periferia urbana de Natal, imprimindo um arcabouço de interfaces na composição da nova periferia da capital, pois, a R A Norte não está isolada, ela faz parte do contexto em transformação, para adequação as novas exigências e realidades da continua flexibilização do capital. O fenômeno que ocorre na Av. Dr. João Medeiros Filho, não é intrínseco a região, mais intrínseco a mundialização. O intraurbano não é isolado, é um rebatimento da mundialização.

O começo do século XXI já trás instigantes elementos para a continuidade de estudos sobre a região, o novo Plano Diretor (Lei complementar nº 082/2007) que foi aprovado com a retirada da zona adensável na região, a construção da Ponte de Todos Newton

Navarro⁵⁶, que liga os bairros de Santos Reis (R.A. Leste) a Redinha, reduzindo deslocamentos, a construção do aeroporto no vizinho município de São Gonçalo do Amarante, entre outros.

E, especificamente na avenida estudada, mais investigações devem ser geradas. Um marco importante desse começo de século, na avenida em tela, foi uma importante intervenção na Av. Dr. João Medeiros Filho, ocasionando a mudança de uso - a demolição em 2006, da Penitenciária João Chaves, que dará lugar a um complexo cultural para a região. A inserção de novos usos, em consonância com a dinâmica da mundialização, com a construção de *shopping centers*, ícone do consumo, entre outros investimentos no sentido de enriquecer, redesenhar e transformar o espaço através da indução do setor terciário.

A Av. Dr. João Medeiros Filho, já aponta para a necessidade de intervenções no seu traçado viário, a possibilidade de ampliações, passarelas, alças viárias, enfim um aprofundamento no estudo do seu desenho, um redesenho.

As grandes intervenções que já aconteceram e as que estão por vir, deveriam suscitar ações dos poderes públicos constituídos, em função da demanda atual e futura. Poderia ser pensado para a região, um binário da Av. Dr. João Medeiros e a Av. das Fronteiras objetivando o escoamento do trânsito local, turístico e transporte de mercadorias para a futura Zona de Processamento de Exportação– ZPE (aeroporto internacional de cargas em São Gonçalo de Amarante, previsto a 1ª etapa para 2010, orçado em R\$ 700 milhões), aliviar o fluxo de veículos para o litoral norte, pólo Costa das Dunas, e aos megaempreendimentos que estão em concepção para o litoral da Região Metropolitana de Natal/RN.

A convicção é premente quanto a incompletude do desenvolvimento do tema abordado, devido a importantes desdobramentos que o seu estudo descortina. Porém, espero ter prestado uma contribuição metodológica, com novas abordagens de pesquisas sócioespaciais e ao estudo da evolução urbana da outra margem do Rio Potengi.

Enfim, a Av. Dr. João Medeiros Filho está se consolidando como uma nova centralidade. A Av. das Fronteiras ainda está em projetos de intervenção do poder público local, através do projeto Pró-Transporte⁵⁷ da duplicação da caixa de rua, entre outros,

⁵⁶ Inaugurada em 2007, essa ponte construída sobre o Rio Potengi liga os dois lados do município de Natal/RN, através das cabeceiras instaladas de um lado no bairro de Santos Reis (Região Administrativa Leste), e de outro ao bairro da Redinha (Região Administrativa Norte).

⁵⁷ Projeto que prevê a intervenção no sistema viário, através da duplicação de avenidas, passarelas, viadutos e corredores exclusivos de ônibus. O projeto final consta de estações de transferência intermunicipais, estações da CBTU, bicicletários, ciclovias, cancelas eletrônicas, passarelas, terminais de ônibus e opcionais, viadutos, duplicação de avenidas e prolongamento de outras e melhoria da acessibilidade e sinalização da Av. Dr. João Medeiros Filho. Investimento total: R\$ 72,8 milhões (64,9 milhões de recursos do Governo Estadual e 7,8 milhões recursos da Prefeitura Municipal de Natal) Fonte: SIN/2008.

entretanto também tem um relevante papel a cumprir na Região Administrativa Norte de Natal/RN. Será essa via o próximo centro na região no século XXI?

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Orismar. **A atuação da CDL na Região Administrativa Norte.** Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2002. 1 cassete sonoro (60min).
- ALMIR, Luiz. **A atuação do poder legislativo na Região Administrativa Norte.** Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2001. 1 cassete sonoro (60min).
- ANDRADE, Nilson. **Empreendimento industrial NUTRINATS na Região Administrativa Norte.** Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2002. 1 cassete sonoro (60min).
- ARAÚJO, Jorge Luiz Medeiros. **A atuação da AMOZON na Região Administrativa Norte.** Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2002. 1 cassete sonoro (60min).
- ARIMATEIA, Emmanuela Wanderley Campos. **O descompasso de uma experiência: avaliação do Programa Habitar Brasil na comunidade África – Natal/RN.** 2006.159f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- BARANDAS, Antonio. **Os investimentos para a construção do Natal Norte Shopping.** Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2006. 1 cassete sonoro (60min).
- BARBALHO, Anibal. **A atuação do SINDUSCON na Região Administrativa Norte.** Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2002. 1 cassete sonoro (60min).
- BARBALHO, Enilce Dias. **Entrevista sobre atuação da Caixa Econômica Federal na Região Administrativa Norte.** Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2000. 1 cassete sonoro (60min).
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRUNA, Gilda Collet. **As Interferências do Setor Terciário no Meio Ambiente.** São Paulo: FAUUSP, UNESCO, 1989. 1 videocassete (19 min) VHS,som, color.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- _____. **O Consumo do espaço.** In: CARLOS, Ana Fani (Org.). *Novos caminhos da geografia.* São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *L'école française de sociologie urbaine, vingt ans après: retour au futur?.* **Les annales de la Recherche Urbaine.** Paris, n°. 64, p.58-60, 1994.
- _____. **A questão urbana.** Edição Revisada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000(a).
- _____. **A Sociedade em rede.** 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000(b).
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. *As atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano: uma “nova” perspectiva para a análise geográfica?.* **Revista de Geografia UFPE/DCG-NAPA,** Recife, v.14, n 1 / 2, jan/dez., 1998.
- _____. *O discurso do turismo e a difusão da globalização em uma metrópole de região subdesenvolvida: a formação de representação sócioespaciais à manutenção da “ordem”*

socioterritorial em Recife. **Revista de Geografia UFPE/DCG-NAPA**, Recife, v. 16, n 1, jan/dez., 2000.

_____. Comércio e turismo: o seu reatamento no processo de produção do espaço em Recife. **Revista de Geografia UFPE/DCG-NAPA**, Recife, v. 17, n 2, jul/dez., 2001.

CAVALCANTI, Sandra Lúcia Barbosa. **A atuação da FIERN na Região Administrativa Norte**. Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2002. 1 cassete sonoro (60min).

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e urbanização: O Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Ademir Araújo da. O contexto histórico da expansão urbana de Natal. **Sociedade e Território**, Natal, V. 14, n.1, jan / jul, 2000.

COSTA, Jean Henrique. **O modelo de desenvolvimento do PRODETUR/RN: Planejamento Estratégico ou mercadofito?**. 2007. Disponível em: < <http://www.uern.br/> >. Acesso em: 04.jan.2008.

CUNHA, Gersonete Sotero da. **Natal: o processo da expansão territorial urbana**. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP, 1987, mimeografado.

DANTAS, Josenita. SOUZA, Rosa; VIDAL, Roseane. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano**. IPEA, 1999.

FERRARI, Celso. **Dicionário de urbanismo** São Paulo: Disal., 2004.

FERREIRA, Angela Lucia de A. **De la producción del espacio urbano a la creación de territorios em la ciudad: um estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil**. 1996. 599f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia Humana, Universidad de Barcelona, Barcelona, 1996.

FILHO, Aldo da Fonseca Tinôco. **O prefeito de Natal/RN e a atuação na Região Administrativa Norte**. Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2003. 1 cassete sonoro (60min).

FRÚGOLI JR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez, EDUSP, 2000.

GALVÃO, Eudes. **A atuação do IPLANAT / SEMURB em legislação urbanística para a Região Administrativa Norte**. Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2002. 1 cassete sonoro (60min).

GÓIS, Fábio. FERREIRA, Ângela; SOUZA, Rosa. Áreas Públicas nos Conjuntos Habitacionais de Natal: Quando os interesses (não) constroem o espaço. In: FERNANDES, Edésio, RUGANI, Jurema M. (Org.). **Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Belo Horizonte: IAB/MG, 2002.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. SILVA, Anieres Barbosa da. SILVA, Pedro da. Dinâmica e espacialidade do setor terciário na cidade do Natal (RN). In: **Sociedade e Território**. Natal, V. 14, n.1, jan / jul, 2000.

- HENRIQUE, Gustavo. **A atuação da CAIO FERNANDES empreendimentos imobiliários na Região Administrativa Norte**. Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2002. 1 cassete sonoro (60min).
- HILLIER, Bill ; HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University, 1982.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,. 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de janeiro, 1991.
- _____. **Contagem Populacional do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de janeiro, 1996.
- _____. **Censo Demográfico do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de janeiro, 2001.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE. **Relatório da distribuição de renda no Rio Grande do Norte e Natal**. Natal, 1987.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE NATAL. **Habitação popular em Natal: plano de ação 1993/96**. Natal, 1994.
- _____. **Perfil dos Bairros do Município de Natal: informações básicas**. Natal, 1998.
- _____. **Plano diretor: informações básicas**. Natal, 1993.
- LAGO, Luciana Corrêa do. O que há de novo na clássica dualidade núcleo-periferia: A metrópole do Rio de Janeiro. In: Ribeiro, L.C. de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: REVAN: FASE, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do Capital**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MÉRENNE-SCHOUMAKER, Bernadette. **La localization des services**. Éditions Nathan. Paris, 1996.
- _____. Mutations des localisations des services et mutations urbaines. Questionnements et perspectives. **Revista de Geografia UFPE/DCG-NAPA**, Recife, v. 17, n 2, jul/dez., 2001.
- MORAIS, Marcus César Cavalcanti. **Retrato narrado da cidade do Natal**. Natal: SERGRAF, 1999.
- MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos**. Natal: EDUFRN, 1999.
- NATAL (Cidade). **Bases referenciais para o planejamento estratégico**. Consórcio do Plano Estratégico da Cidade do Natal – Natal2015. Natal, 1999.
- _____. Comitê de Habitação. **Estudo preliminar do setor habitacional de Natal**. Consórcio do Plano Estratégico da Cidade do Natal – Natal2015. Natal, 1999

NATAL (Cidade). Prefeitura. **Plano Diretor do Município do Natal:** Lei nº. 2.211/74. Natal: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 10 de julho de 1974.

_____. **Delimitação da Zona Urbana do Município de Natal:** Lei nº. 2.221/74. Natal: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 25 de julho de 1974.

_____. **Plano Diretor de Organização Físico-Territorial do Município de Natal:** Lei nº. 3.175/84. Natal: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 29 de fevereiro de 1984.

_____. **Plano Diretor de Natal:** Lei complementar nº. 07/94. Natal: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 07 de setembro de 1994.

_____. **Plano Diretor de Natal:** Lei complementar nº. 022/99. Natal: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 16 de agosto de 1999.

_____. **400 nomes de Natal.** Natal, 2000.

_____. **Natal, 400 anos depois.** Natal, 2001.

_____. **Código de Obras:** Lei complementar nº. 055/2004. Natal: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 27 de janeiro de 2004.

_____. **Plano Diretor de Natal:** Lei complementar nº. 082/2007. Natal: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 21 de junho de 2007.

NETO José Ferreira de Melo. **Entrevista sobre atuação da FECOMÉRCIO na Região Administrativa Norte.** Natal, 2002.

NEVES, Ricardo. **O novo mundo digital: você já está nele:** oportunidades, ameaças e as mudanças que estamos vivendo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

OLIVEIRA, Marcos Vinícius Barros de. **Avenida Barreto de Menezes:** fragmentação espacial e funcional num corredor de circulação e de atividades comerciais. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

ORTIZ, Renato. **Um outro território:** Ensaio sobre a mundialização. São Paulo: Olho D'água, 2001.

PETIT, Aljacyra M. Correia de Mello. **A produção de moradias na Cidade de Natal no período 1977 a 1987.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1990. Mimeógrafo.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 2001.

PITA, Damião. **A atuação da SEMOV na Região Administrativa Norte.** Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2003. 1 cassete sonoro (60min).

PRETECEILLE, Edmond. **Divisão social e desigualdades:** transformações recentes da metrópole parisiense. In: Ribeiro, L.C. de Queiroz (Org.). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: REVAN: FASE, 2000.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. In: Ribeiro, L.C. de Queiroz (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana:** o futuro das cidades brasileiras na crise. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997(a).

_____. **Dos cortiços aos condomínios fechados:** as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997(b).

_____. **Cidade desigual ou cidade partida?** Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: Ribeiro, L.C. de Queiroz (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade.** Rio de Janeiro: REVAN; FASE, 2000.

RIO GRANDE DO NORTE. Governo. **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável para a região metropolitana de Natal. Natal metrópole 2020.** Pernambuco: FADE, 2007.

ROLNIK, Raquel. **O Que é cidade.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** 2 ed. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1999.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Território.** Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, jan/jun, 1998.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: EDUFF, 1988.

SANTOS, José Pedro dos. **Entrevista sobre a atuação da ASCONAT na Região Administrativa Norte.** Natal, 2002.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Pedro Antônio de Lima. **Natal Século XX.: do urbanismo ao planejamento urbano.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. **Depois das Fronteiras: A formação dos espaços de pobreza na periferia Norte de Natal-RN.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SOUZA, Rosa. **Habitação: O Grande Desafio Urbano.** In: Natal (Cidade). Prefeitura. **Consórcio do Plano Estratégico NATAL 2015.** Natal, 2000. Roteiro do vídeo, 5 min.

SOUZA, Rosa. GÓIS, Fábio; PETIT, Aljacyra. **O outro lado de Natal/RN: Inserção e impactos dos novos instrumentos jurídicos / urbanísticos na região administrativa norte.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 2, 2002, Porto Alegre.

SOUZA, Rosa. **A terceirização (Re) Estruturando as Cidades: Um estudo sobre a Região Administrativa Norte de Natal/RN.** In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 9, 2003, Mérida, Yucatán – México.

SPOSATI, Aldaíza. **Cidade em Pedacos.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista Geográfica,** São Paulo, n. 10, 1991.

_____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Território.** Rio de Janeiro, ano 3, n 4, jan/jun, 1998.

TASCHNER, Suzana Pasternak. BÓGUS, Lúcia M. M. A cidade dos anéis: São Paulo. In: Ribeiro, L.C. de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade.** Rio de Janeiro: REVAN; FASE, 2000.

TEMAS, Programa Grandes. **O campus da UERN na Zona Norte de Natal.** Natal: Televisão Universitária, UFRN, 2002.

THIESEN, Jacques. **A atuação da igreja e movimentos sociais na Região Administrativa Norte.** Entrevistadora: Rosa de Fátima S. de Souza. Natal, 2002. 1 cassete sonoro (60min).

TINÔCO, Marcelo Bezerra de Melo. **A Habitação Popular e a Zona Norte de Natal.** 1994. Trabalho programado III (vídeo) do curso de Pós-Graduação Estruturas Ambientais Urbanas, Mestrado, FAUUSP.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio.** São Paulo: SENAC, 2001.

VIDAL, Maria do Socorro Carlos. **A Ponte da Exclusão: os dois lados da cidade de Natal-RN.** Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intraurbano no Brasil.** São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1998.

APÊNDICES

Tabela 1 – Evolução do crescimento populacional de Natal/RN - Período: 1900 / 2000

| Período | População | Crescimento (%) |
|---------|-----------|-----------------|
| 1890 | 13.725 | ---- |
| 1900 | 16.056 | 16,98 |
| 1920 | 30.696 | 91,18 |
| 1940 | 54.836 | 78,64 |
| 1950 | 103.215 | 88,22 |
| 1960 | 162.527 | 57,46 |
| 1970 | 264.379 | 62,67 |
| 1980 | 416.898 | 57,69 |
| 1991 | 606.681 | 45,52 |
| 2000 | 712.317 | 17,41 |

Fonte: Brasil - Censo Demográfico do IBGE, 1980, 1991, 2000. Anuário Estatístico do Brasil, IDEC / Grupo Demografia.

Tabela 2 – Taxa de crescimento anual por município integrante da região metropolitana de Natal – Período: 1991 / 2000

| Município | Tx. Anual de Crescimento (%) |
|--------------------------------------|------------------------------|
| Natal | 1,80 |
| Parnamirim | 7,90 |
| São Gonçalo do Amarante | 4,90 |
| Extremoz | 3,10 |
| Macaíba | 2,70 |
| Ceará Mirim | 2,00 |
| São José de Mipibú(1) | 2,40 |
| Nísia Floresta(2) | 3,60 |
| Monte Alegre(3) | 1,94 |
| Região Metropolitana de Natal | 2,64 |
| RN | 3,12 |

Fonte: IBGE, Censos 1991, 2000.

(1), (2) e (3) Com ressalva que no período estudado (1991-2000), os municípios de São José de Mipibú, Nísia Floresta e Monte Alegre ainda não faziam parte da Região Metropolitana de Natal/RN.

| TABELA 3: EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS | | | | | | | | | |
|--|-------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|--------------|--------------|
| DE NATAL/RN - PERÍODO: 1980/2000 | | | | | | | | | |
| PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO DA R. A. NORTE NO MUNICÍPIO DE NATAL | | | | | | | | | |
| R. A. | BAIRROS | POPULAÇÃO | | | Taxa de Cresc. (%a.a.) 80/91 | Taxa de Cresc. (%a.a.) 91/00 | Participação Região/Município (%) | | |
| | | 1980 ⁽¹⁾ | 1991 ⁽²⁾ | 2000 ⁽³⁾ | | | 1980 | 1991 | 2000 |
| N O R T E | Lagoa Azul | 475 ⁽⁴⁾ | 33.256 ⁽⁶⁾ | 50.413 | 47,14 | 4,73 | 0,11 | 5,48 | 7,08 |
| | Pajuçara | 487 | 13.249 | 42.130 | 35,03 | 13,72 | 0,11 | 2,18 | 5,91 |
| | Potengi | 21.227 | 55.876 | 56.259 | 9,20 | 0,08 | 4,95 | 9,21 | 7,90 |
| | Nª Sra. Da Apresentação | 1.075 | 13.000 | 56.522 | 25,43 | 17,74 | 0,25 | 2,14 | 7,93 |
| | Redinha | 3.713 | 6.588 | 11.504 | 5,35 | 6,39 | 0,87 | 1,09 | 1,62 |
| | Igapó | 14.168 | 24.356 | 27.032 | 5,05 | 1,16 | 3,30 | 4,02 | 3,79 |
| | Salinas | 165 | 529 | 883 | 11,17 | 5,86 | 0,04 | 0,09 | 0,12 |
| | TOTAL | 41310 | 146.854 | 244.743 | 12,22 | 5,84 | 9,63 | 24,21 | 34,36 |
| | SUL | TOTAL | 94.538 | 145.035 | 3,97 | 0,80 | 22,05 | 23,90 | 21,88 |
| | LESTE | TOTAL | 149.086 | 128.665 | -1,33 | -1,13 | 34,76 | 21,21 | 16,30 |
| OESTE | TOTAL | 143.914 | 186.127 | 2,37 | 0,55 | 33,56 | 30,68 | 27,46 | |
| | NATAL | 428.848 | 606.681 | 3,20 | 1,80 | --- | --- | --- | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de:

(1) PMN/SEMPLA-CPI/82
(2) Censo Demográfico de 1991, IBGE
(3) Censo Demográfico de 2000, IBGE
(4) e (5) Referem-se a somatória da população dos bairros lagoa azul e passagem da vila (incorporado ao bairro lagoa azul pelo decreto nº 4328/93).

**QUADRO1: CONJUNTOS HABITACIONAIS DA REGIAO ADMINISTRATIVA
NORTE DE NATAL/RN. Período: 1976 -2000.**

| REGIÃO ADMINISTRAT. | BAIRRO | CONJUNTO | Nº DE HABITAC | ANO DE IMPL.* | AGENTE |
|-----------------------|----------------------|-----------------------------------|---------------|---------------|--------------|
| N O R T E | IGAPÓ | Igapó | 113 | 1976 | COHAB/RN |
| | | I.P.E. | 32 | | CEF |
| | | Nova Igapó | 28 | | COHAB/RN |
| | | Manoel Leopoldo | 48 | 1991 | |
| | | Cidade do Sol | | | |
| | Sub-Total | | | | |
| | N. Sra. Apresentação | Alameda das Fronteiras | 50 | 1992 | |
| | | Parque dos Coqueiros | 2.088 | 1990 | COHAB/RN-CEF |
| | | Residencial Alvorada IV | 260 | 1991 | CEF |
| | | Icapuí | | | PAIH |
| | | Planície da Mangueiras | 76 | 1991 | |
| | Sub-Total | | | | |
| | Lagoa Azul | Nova Natal | 2.862 | 1983/84 | COHAB/RN |
| | | Eldorado | 312 | 1991 | COHAB/RN |
| | | Gramoré | 1.708 | 1983 | COHAB/RN |
| | | Cidade Praia | | | PAIH |
| | | Jardim Colombia | | | |
| | Sub-Total | | | | |
| | Pajuçara | N. Horizonte | 204 | 1991 | PAIH |
| | | Vista Verde | 216 | 1991 | PAIH |
| | | Vila Verde I/II | 497 | 1991 | PAIH |
| | | Parque das Dunas I/II/III/IV/V/VI | 1.592 | 1991 | PAIH |
| | | Brasil Novo | 324 | 1991 | PAIH |
| | | Pajuçara I/II | 1.940 | 1985/87 | COHAB/RN |
| | | Morada Alvorada I/II | 190 | 1991 | PAIH |
| | | Além Potengi | 271 | 1991 | PAIH |
| | | Planície de Parnamirim | 108 | | |
| | | João Paulo II | | 1991 | COHAB/RN |
| | Sub-Total | | | | |
| | Redinha | Jardim das Flores | 126 | | |
| | | Niterói | 300 | | |
| Garis | | 96 | 1993 | SINDLIMP | |
| Raio de Sol | | 60 | 1994 | PMN | |
| Alto da Torre | | 146 | 1996 | PMN | |
| Sub-Total | | 728 | | | |
| Potengi | Potengi | 379 | 1976 | COHAB/RN | |
| | Sociedade I/II | 2.485 | 1978/82 | COHAB/RN | |
| | Panorama I/II | 360 | 1977/78 | COHAB/RN | |
| | Panatis I/II/III | 1.333 | 1979/80/82 | COHAB/RN | |
| | Promorar | | 1981 | COHAB/RN | |
| | Santa Catarina | 2.222 | 1980 | COHAB/RN | |
| | Santarém | 2.759 | 1983 | COHAB/RN | |
| | Morada - CNE I/II | | 1987 | PARTICULAR | |
| | APERN | | 1980 | APERN | |
| Sub-Total | | | | | |
| Total | | | | | |

Fonte:Elaboração própria à partir de dados da COHAB, INOCOOP, SEMURB/99

TABELA 4: EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DO NÚMERO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE NATAL/RN - PERÍODO: 1980/2000

| R. A. | BAIRROS | Nº DE DOM. PARTICULARES PERMANENTES | | | Taxa de Cresc. (%aa.a.) 80/91 | Taxa de Cresc. (%aa.a.) 91/00 | Participação Reg. Adm./Município (%) | | |
|-------|-------------------------|-------------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|--------------|--------------|
| | | 1980 ⁽¹⁾ | 1991 ⁽²⁾ | 2000 ⁽³⁾ | | | 1980 | 1991 | 2000 |
| | Lagoa Azul | 117 ⁽⁴⁾ | 7.18 ⁽⁶⁾ | 12.225 | 45,39 | 6,09 | 0,13 | 5,34 | 7,05 |
| | Pajuçara | 107 | 2.872 | 10.424 | 34,86 | 15,40 | 0,12 | 2,14 | 6,01 |
| N | Potengi | 5.246 | 11.778 | 13.305 | 7,63 | 1,53 | 5,68 | 8,77 | 7,79 |
| O | Nº Sra. Da Apresentação | 270 | 2.753 | 13.948 | 23,50 | 19,76 | 0,29 | 2,05 | 8,04 |
| R | Redinha | 1.015 | 1.314 | 2.610 | 2,37 | 7,92 | 1,10 | 0,98 | 1,51 |
| T | Igapó | 3.191 | 5.353 | 6.806 | 4,82 | 2,70 | 3,46 | 3,98 | 3,93 |
| E | Salinas | 48 | 114 | 203 | 8,18 | 6,62 | 0,05 | 0,08 | 0,12 |
| | TOTAL | 9.994 | 31.365 | 59.721 | 10,96 | 7,42 | 10,83 | 23,32 | 34,45 |
| SUL | TOTAL | 21.062 | 34.312 | 40.807 | 4,54 | 1,94 | 22,81 | 25,51 | 23,54 |
| LESTE | TOTAL | 30.806 | 29.638 | 30.046 | -0,35 | 0,15 | 33,36 | 22,04 | 17,33 |
| OESTE | TOTAL | 30.455 | 39.117 | 42.793 | 2,30 | 1,00 | 33,00 | 29,13 | 24,68 |
| | NATAL | 92.317 | 134.486 | 173.367 | 3,48 | 2,86 | --- | --- | --- |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de:

- (1) PMN/SEMFLA-CPI /82
- (2) Censo Demográfico de 1991, IBGE
- (3) Censo Demográfico de 2000, IBGE.
- (4) e (5) Referem-se a somatória dos domicílios dos bairros lagoa azul e passagem da vila (incorporado ao bairro lagoa azul pelo decreto nº 4328/93)

FIGURA 20 - Mapa com área de estudo

Formulário de pesquisa - ALVARÁ - PMN

PESQUISA DE CAMPO
REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE - NATAL/RN

| | | | | | |
|---|--|------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|
| (A) | 01. Tipo de Intervenção | 01.1 Construção() | 01.2 Reforma() | 01.3 Ampliação() | 01.4 Outros: _____ |
| (B) | 02. Uso Anterior do Imóvel: _____ | | | | |
| (C) IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO | 03. Nome: _____ | | | | |
| | 04. Endereço: _____ | | | | |
| | 05. Bairro: | 05.1 Igapó() | 05.2 Potengi() | 05.3 Salinas() | 05.4 NªSra. Apresentação() |
| | | 05.5 Pajuçara() | 05.6 Redinha() | 05.7 Lagoa Azul() | |
| (D) CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL | 06. Imóvel: | | | | |
| | 06.1 Particular() | | | | |
| | 06.2 Empresarial() | 06.2.1 Construtoras() | | | |
| | | 06.2.2 Incorporadoras() | | | |
| | | 06.2.3 Cooperativas() | | | |
| | 06.3 Público() | 06.3.1 Prefeitura() | | | |
| | | 06.3.2 Governo do Estado() | | | |
| | | 06.3.3 Governo Federal() | | | |
| | 06.4 Outros(especificar): _____ | | | | |
| (E) IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL | TIPOLOGIA | | 07. Tipo do Imóvel: | | |
| | | | 07.1 Térreo() | | |
| | | | 07.2 Sobrado()** | | |
| | | | 07.3 Edifício()*** | | |
| | 08. Tipo de Uso: | | 08.1 Residencial() _____ | | |
| | | | 08.2 Comercial() _____ | | |
| | | | 08.3 Serviço() _____ | | |
| | | | 08.4 Industrial() _____ | | |
| | | | 08.5 Institucional() _____ | | |
| | | | 08.6 Misto() _____ | | |
| | | | 08.7 Outros: _____ | | |
| | 09. Uso Misto: | 09.1 Residencial/ Comercial() | 09.5 Comercial/ Serviço() | 09.8 Serviço/ Industrial() | |
| | | 09.2 Residencial/ Serviço() | 09.6 Comercial/ Industrial() | 09.9 Serviço/ Institucional() | |
| | | 09.3 Residencial/ Industrial() | 09.7 Comercial/ Institucional() | 09.10 Industrial/ Institucional() | |
| | | 09.4 Residencial/ Institucional() | 09.11 Outros() especificar: _____ | | |
| | 10. Edifício Residencial() | | 10.1 Nº pavimentos: _____ | | |
| | | | 10.2 Nº blocos: _____ | | |
| | | | 10.3 Unidades construídas: _____ | | |
| | 11. Edifício Misto() | | 11.1 Nº salas: _____ | | |
| | | | 11.2 Nº unidades: _____ | | |
| | | | 11.3 Nº pavimentos: _____ | | |
| | 12. Edifício Comercial() | | 12.1 Nº salas: _____ | | |
| | | | 12.2 Nº pavimentos: _____ | | |
| | 13. Edifício Serviço() | | 13.1 Nº salas: _____ | | |
| | | | 13.2 Nº pavimentos: _____ | | |
| | 14. Edifício Institucional() | | 14.1 Nº salas: _____ | | |
| | | | 14.2 Nº pavimentos: _____ | | |
| | 15. Outros() especificar: _____ | | | | |
| (F) USO | 16. Uso do Imóvel: | | 16.1 Apropriado() | | 16.2 Adaptado() |
| | | | 16.3 Inadequado() | | 16.4 Outros() : _____ |
| (G) TEMPO DE USO | 17. Idade do Imóvel: | | 17.1 Menos de 1 ano() | | 17.2 1 e menos de 5 anos() |
| | | | 17.3 entre 5 e 10 anos() | | 17.4 Mais de 10 anos() |
| (H) ÁREAS | 18. Área Total Ocupada(m ²)(aproximadamente): _____ | | | | |
| | 19. Área Total construída(m ²)(aproximadamente): _____ | | | | |
| | 20. Área Unitária(m ²)(aproximadamente): _____ | | | | |
| (I) OBS. | 21. Observações: _____ | | | | |

* Particulares construindo + de 2 - 10 + imóveis.

** Refere-se ao térreo + um pavimento.

*** Refere-se ao térreo + 2 pavimentos ou mais.

Pesquisador(a): _____
Data: ____/____/____

Gráfico 8 – Tipo de Alvará X Ano de 1991

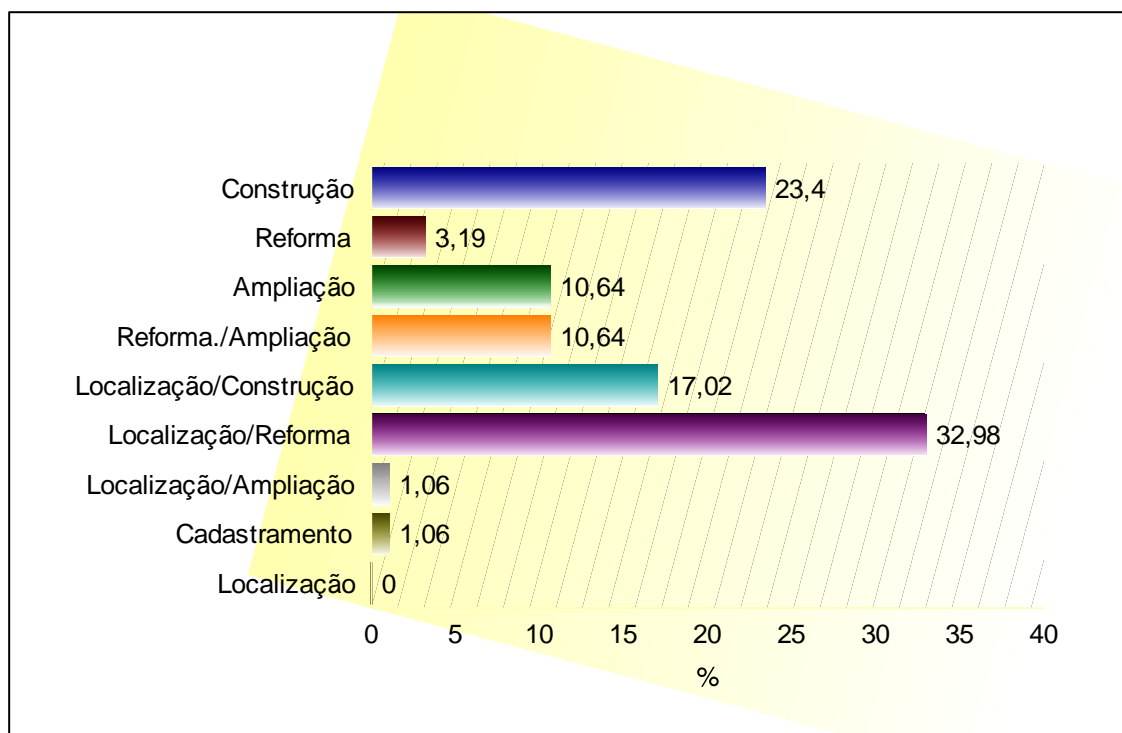


Gráfico 9 – Tipo de Alvará X Ano de 1992

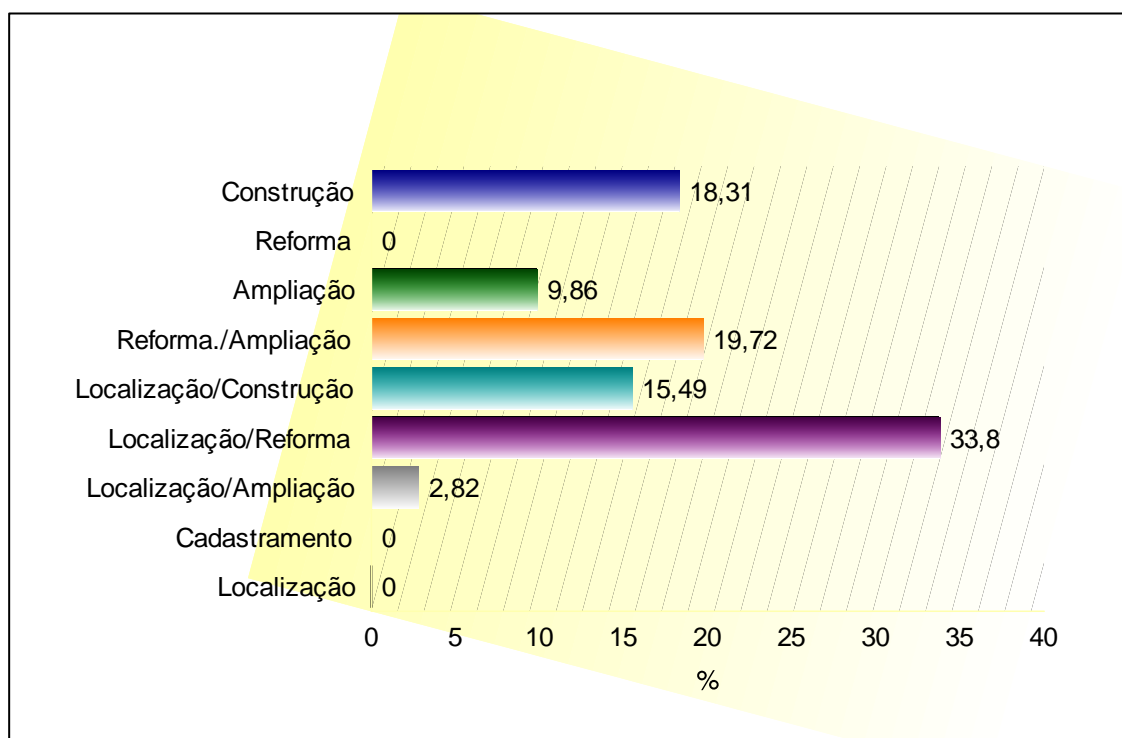


Gráfico 10 – Tipo de Alvará X Ano de 1993

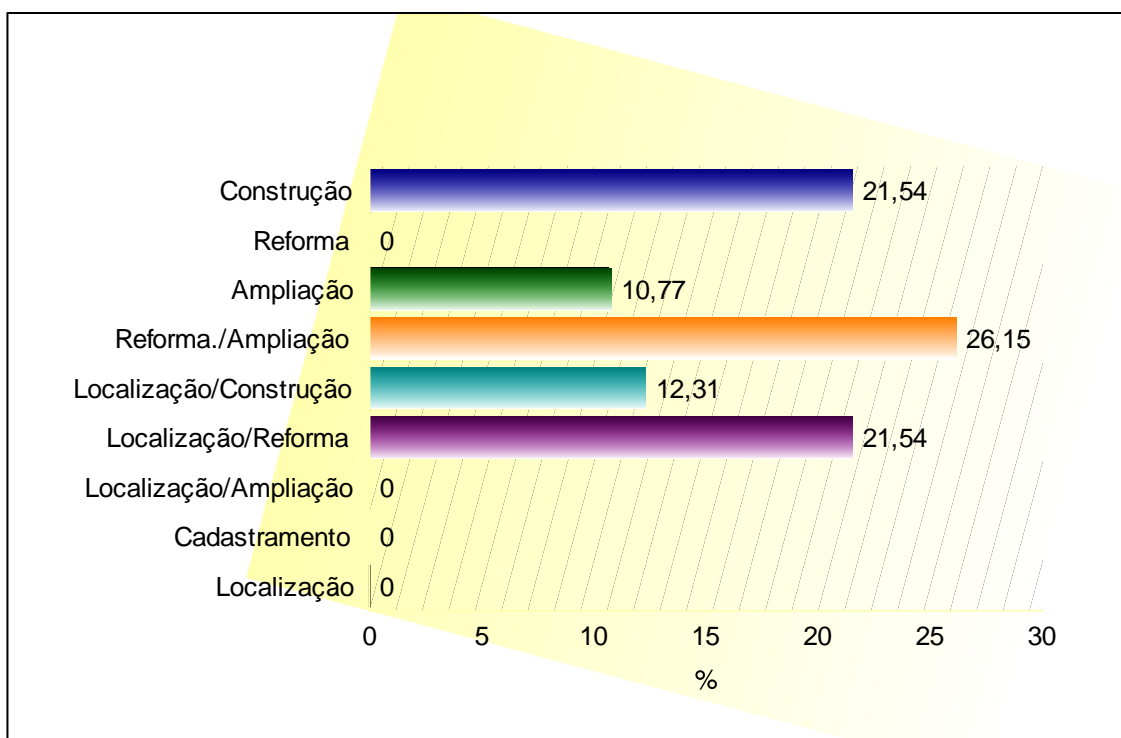


Gráfico 11 – Tipo de Alvará X Ano de 1994

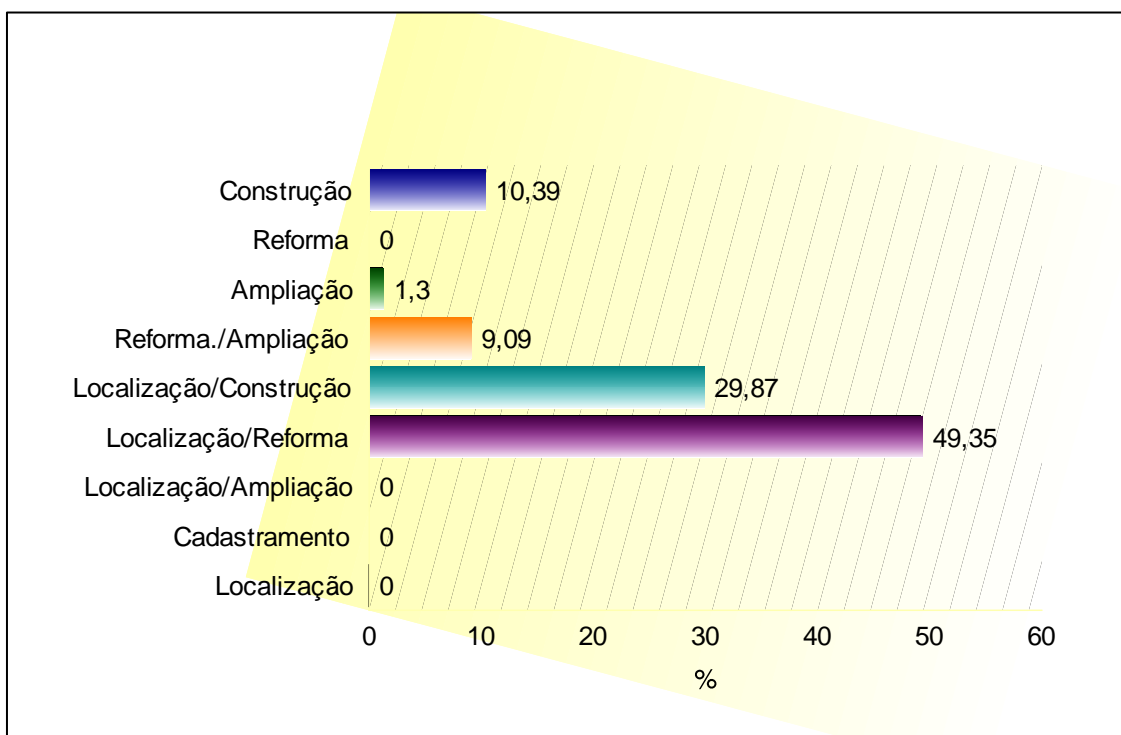


Gráfico 12 – Tipo de Alvará X Ano de 1995

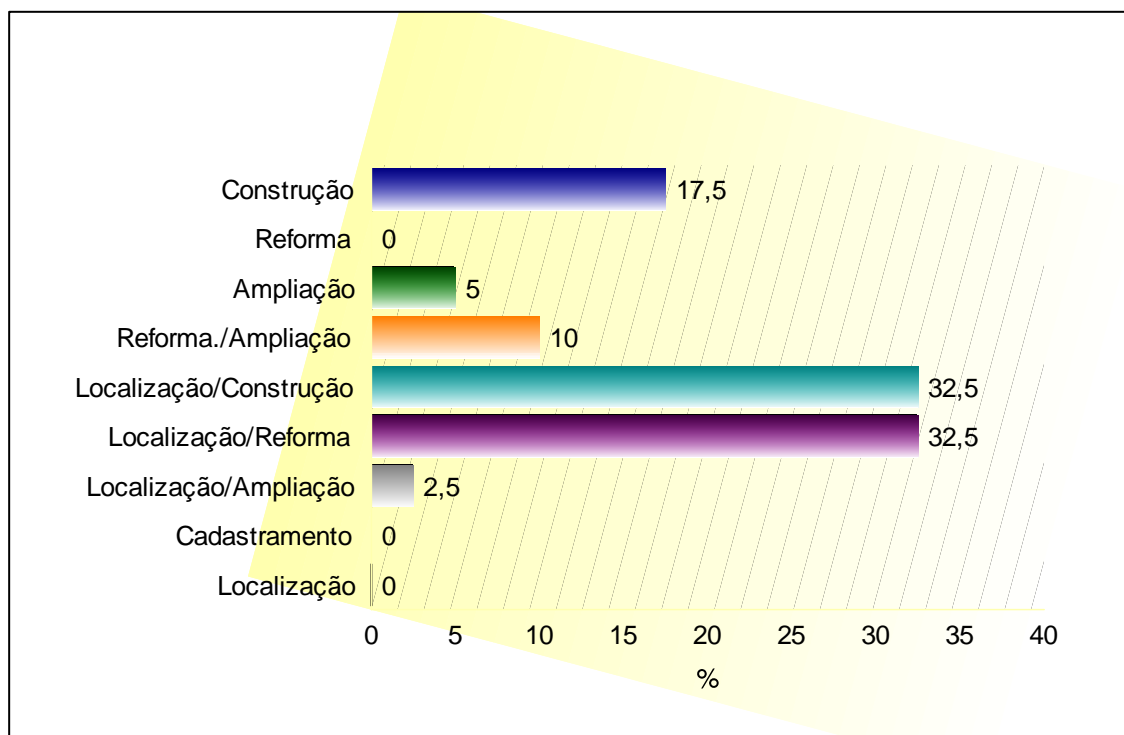


Gráfico 13 – Tipo de Alvará X Ano de 1996

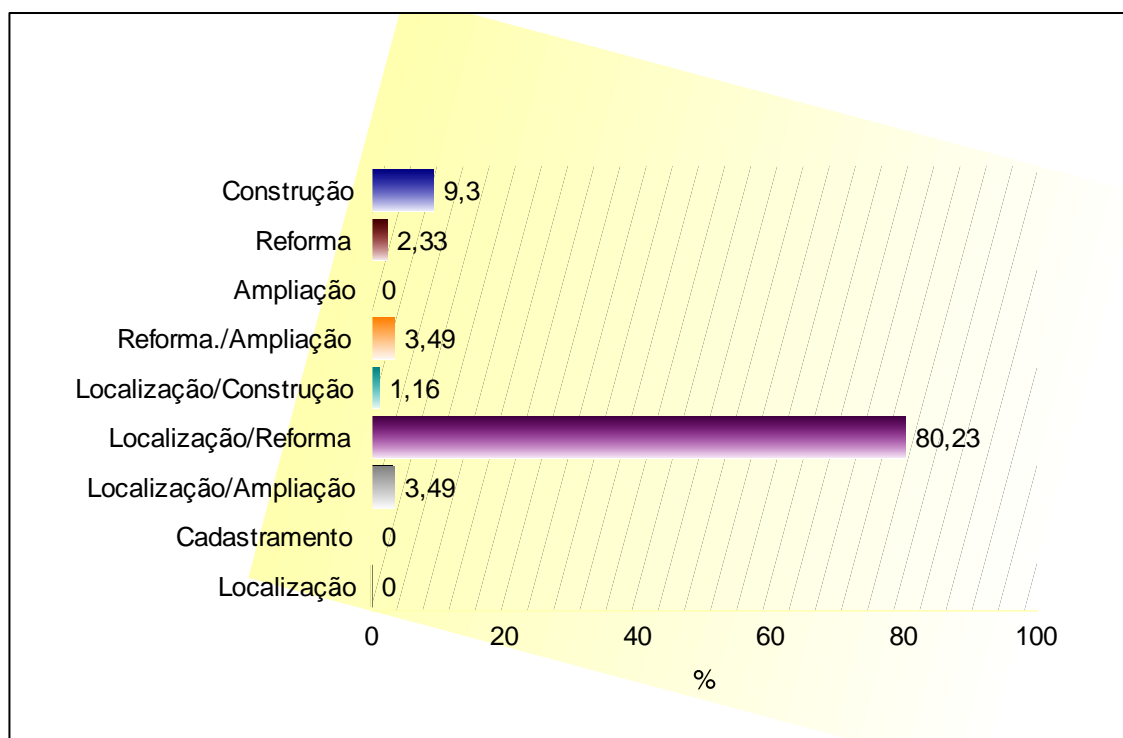


Gráfico 14 – Tipo de Alvará X Ano de 1997

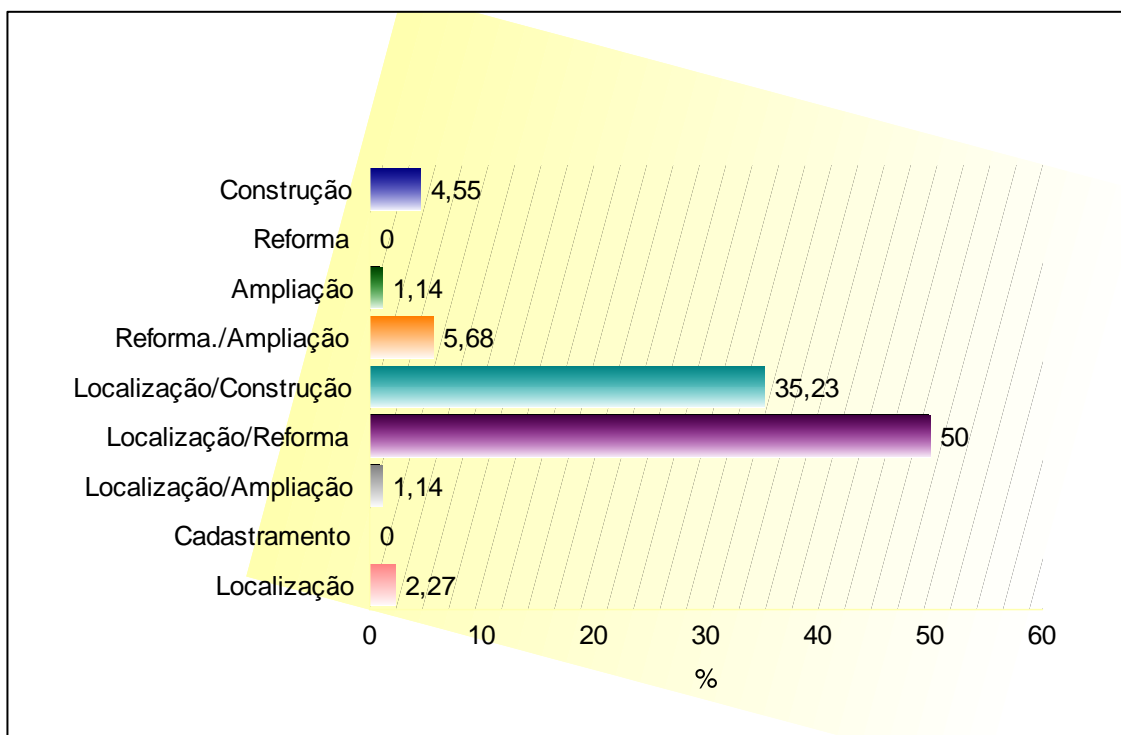


Gráfico 15 – Tipo de Alvará X Ano de 1998

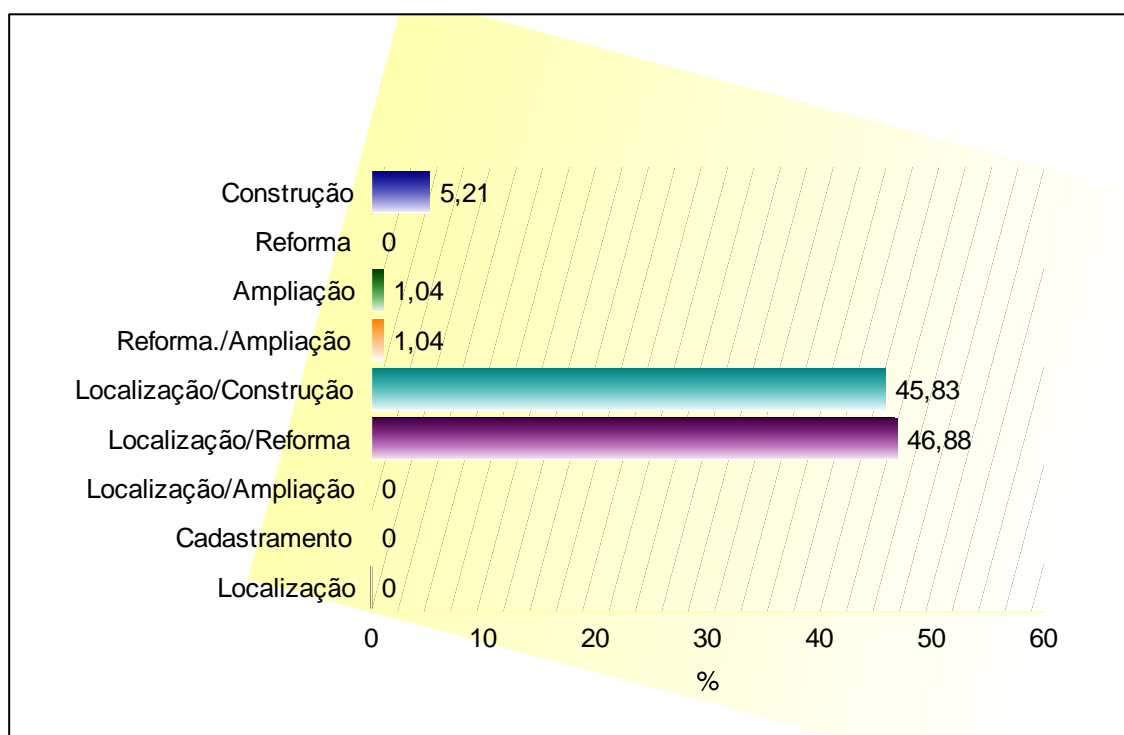


Gráfico 16 – Tipo de Alvará X Ano de 1999

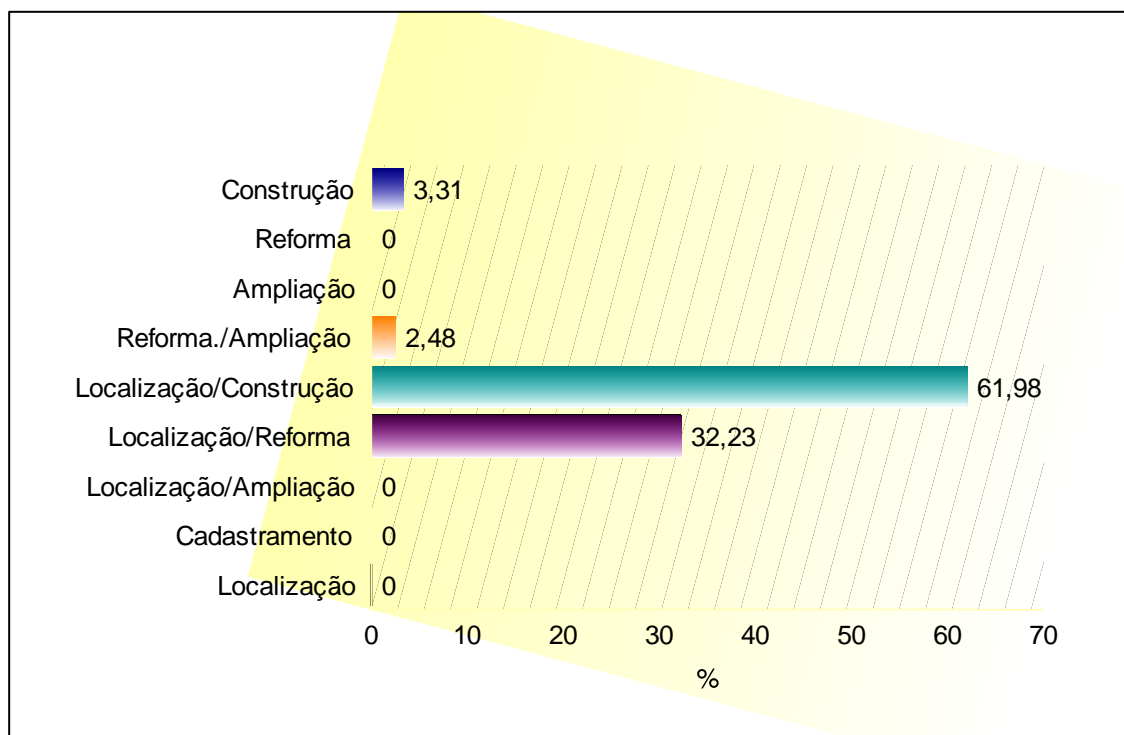


Gráfico 17 – Tipo de Alvará X Ano de 2000

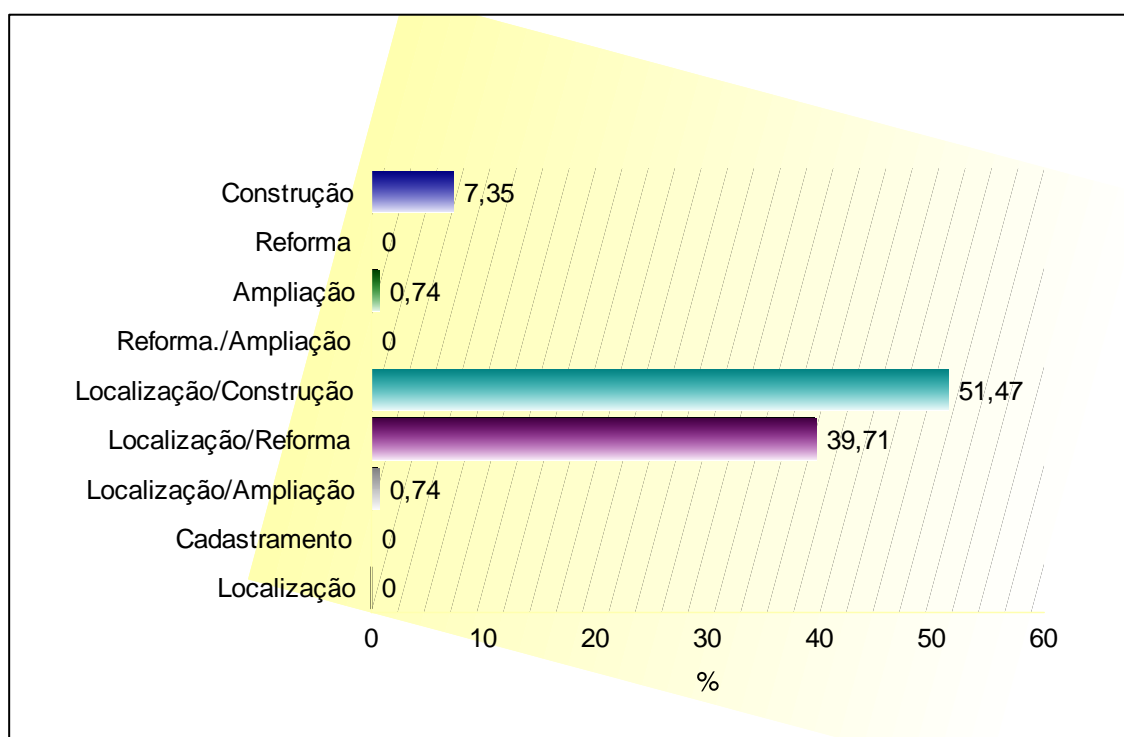


Gráfico 18 – Tipo de Alvará X Bairro Igapó

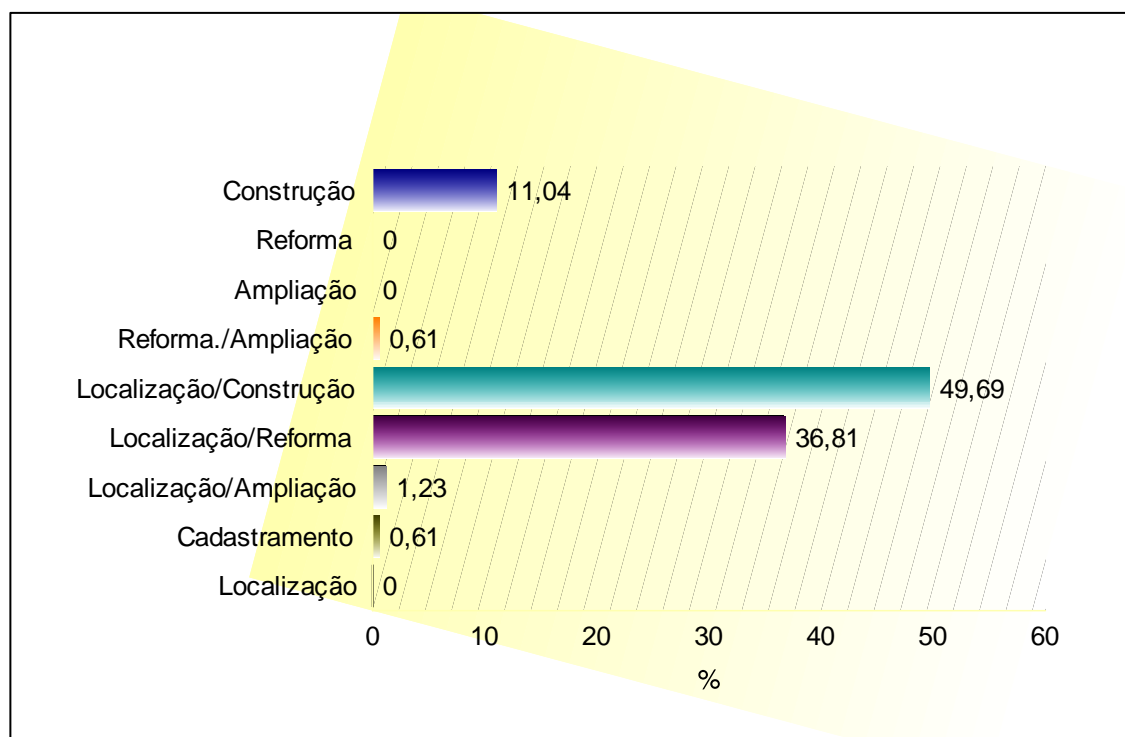


Gráfico 19 – Tipo de Alvará X Bairro Potengi

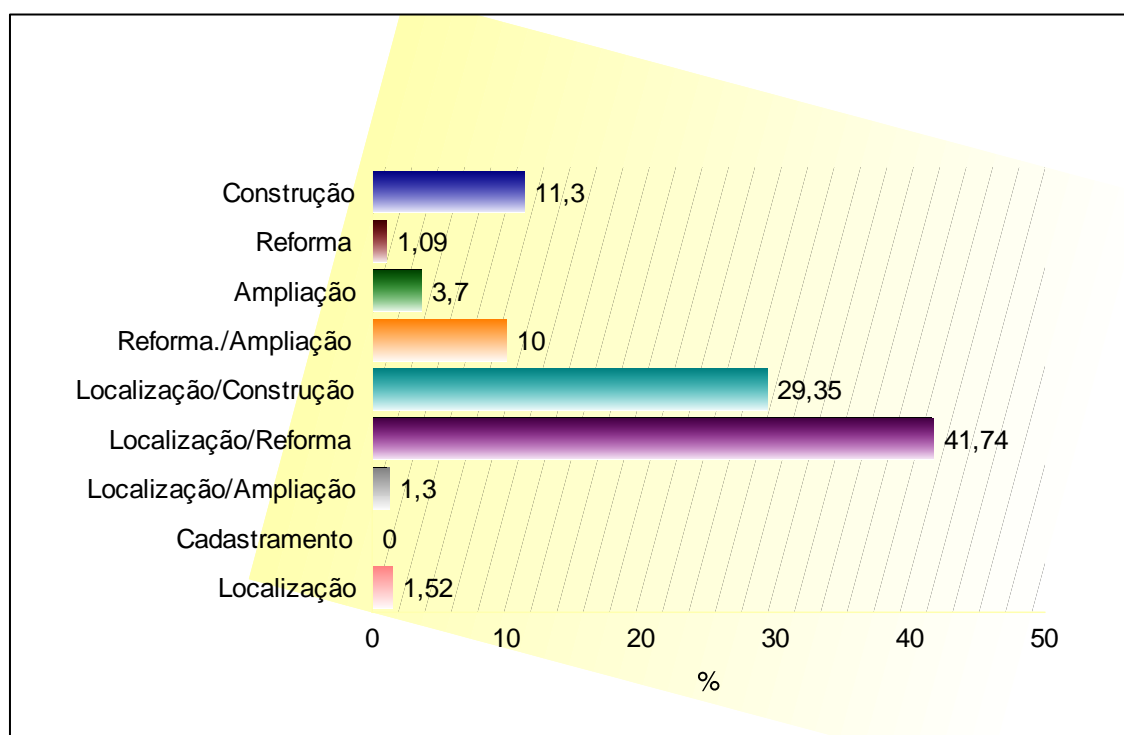


Gráfico 20 –Tipo de Alvará X Bairro Nª Sra. da Apresentação

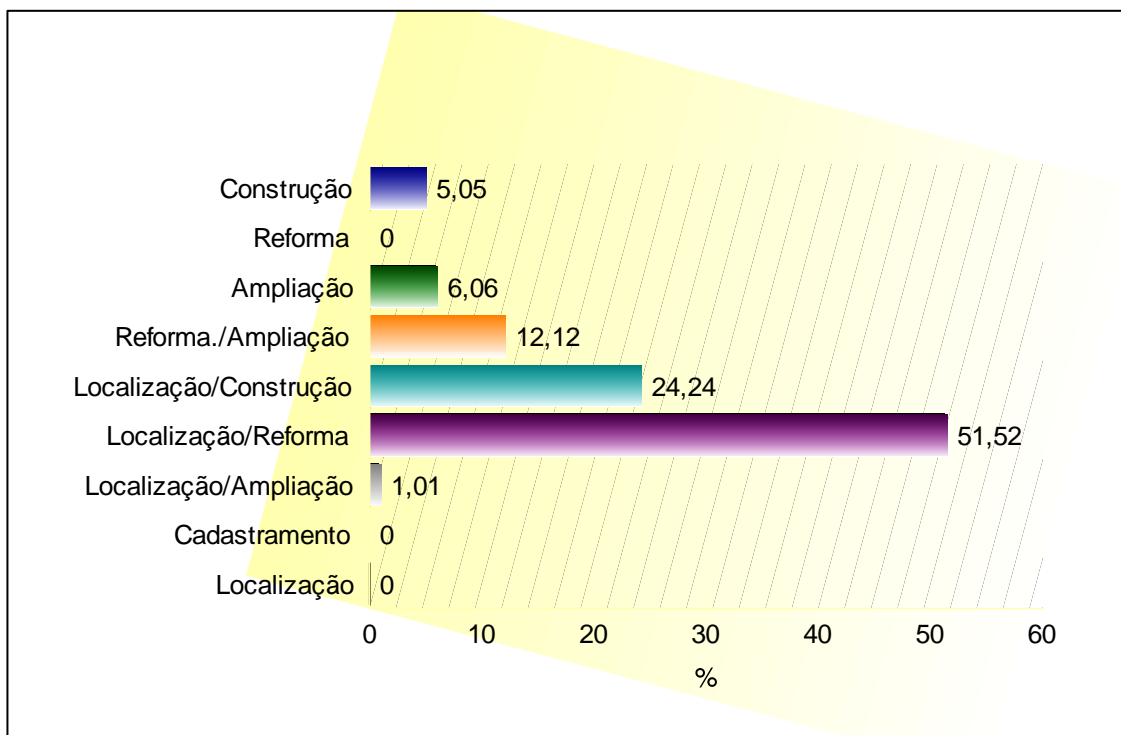


Gráfico 21 –Tipo de Alvará X Bairro Pajuçara

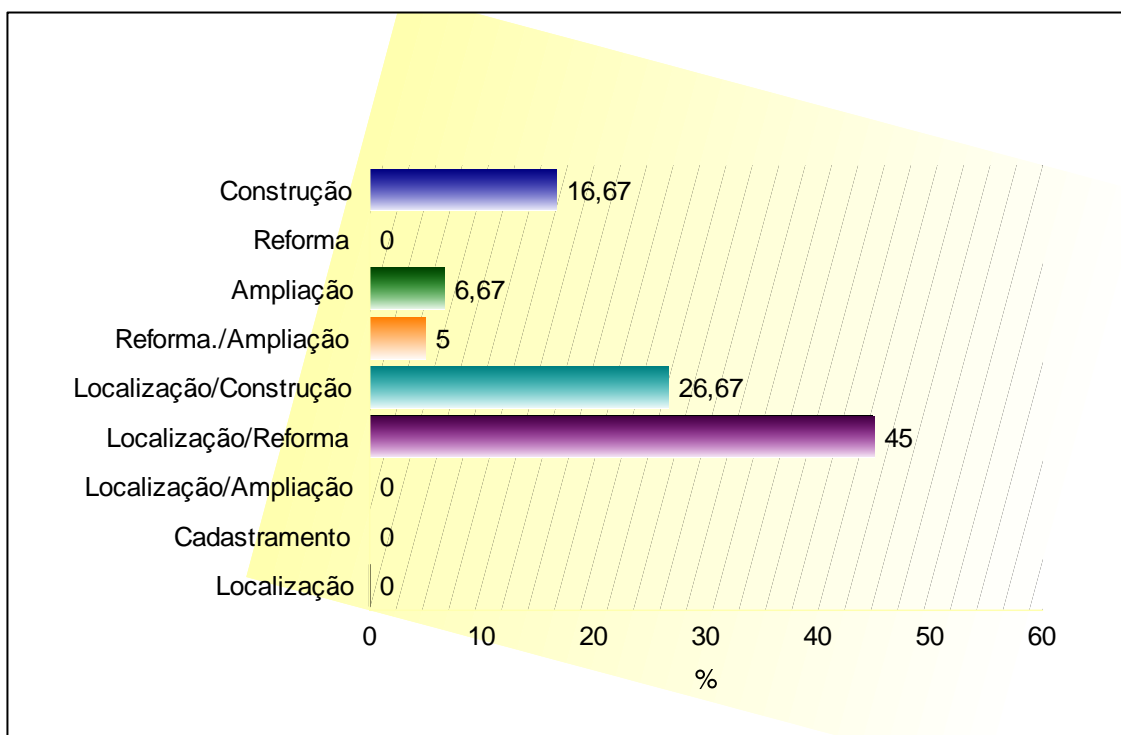


Gráfico 22 –Tipo de Alvará X Bairro Redinha

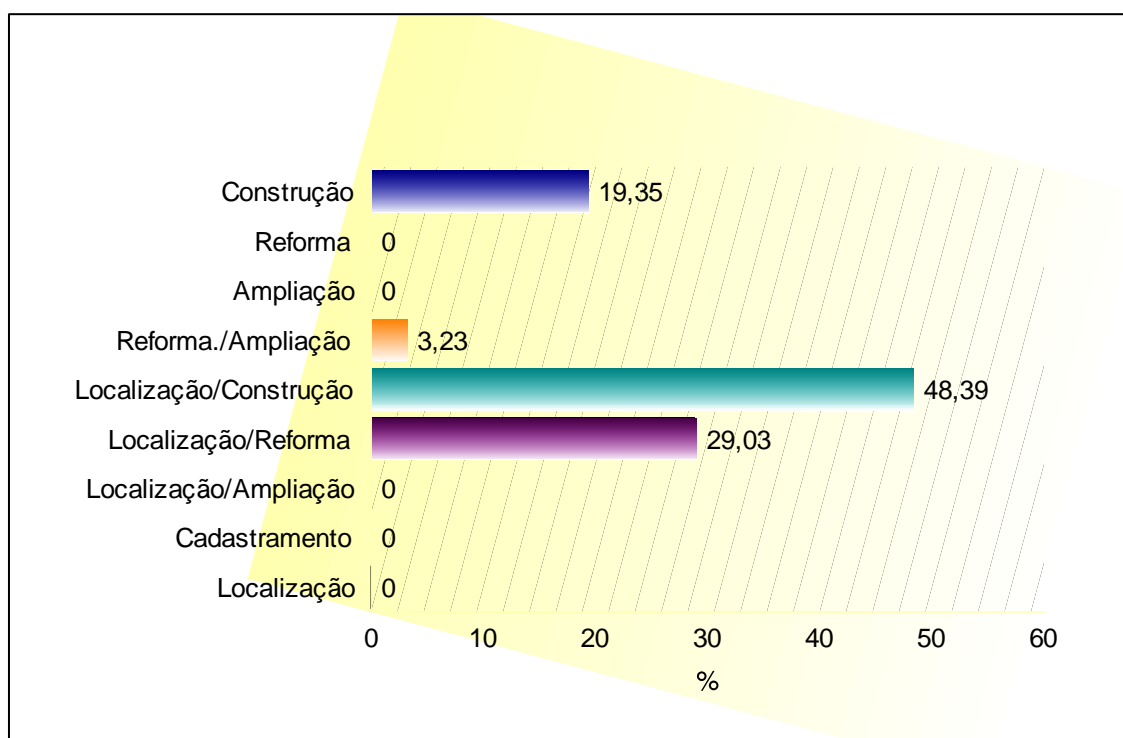


Gráfico 23 –Tipo de Alvará X Bairro Lagoa Azul

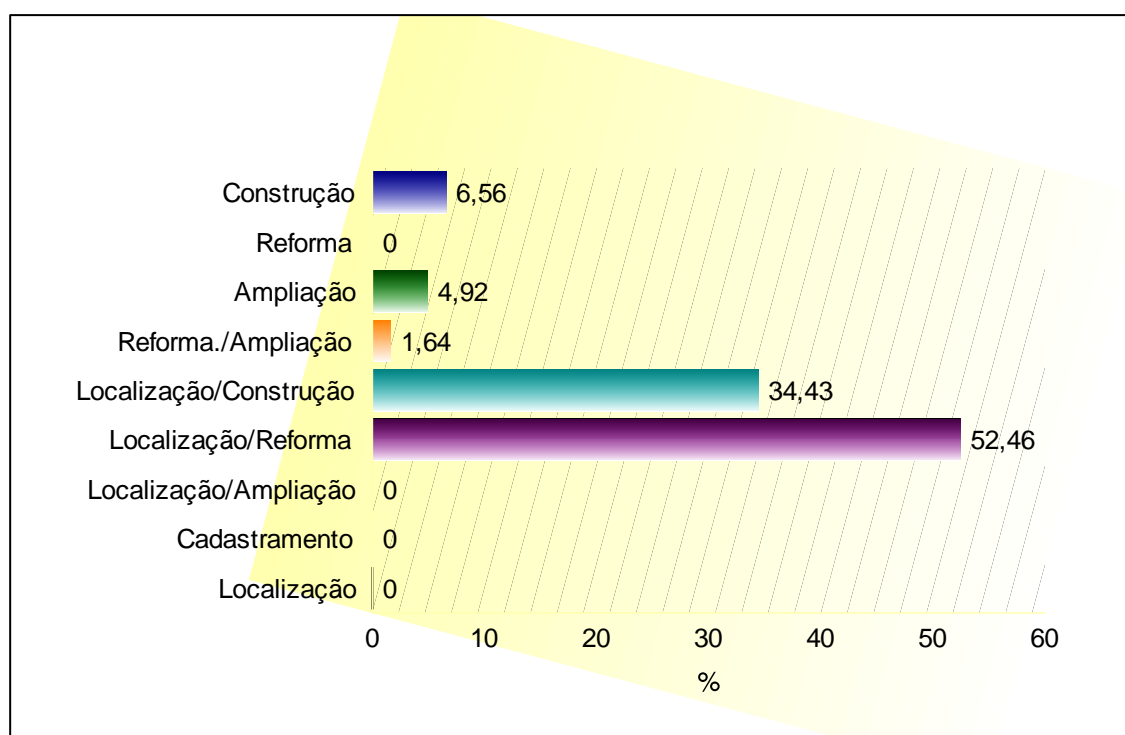


Gráfico 24 – Tipo de Uso – Residencial

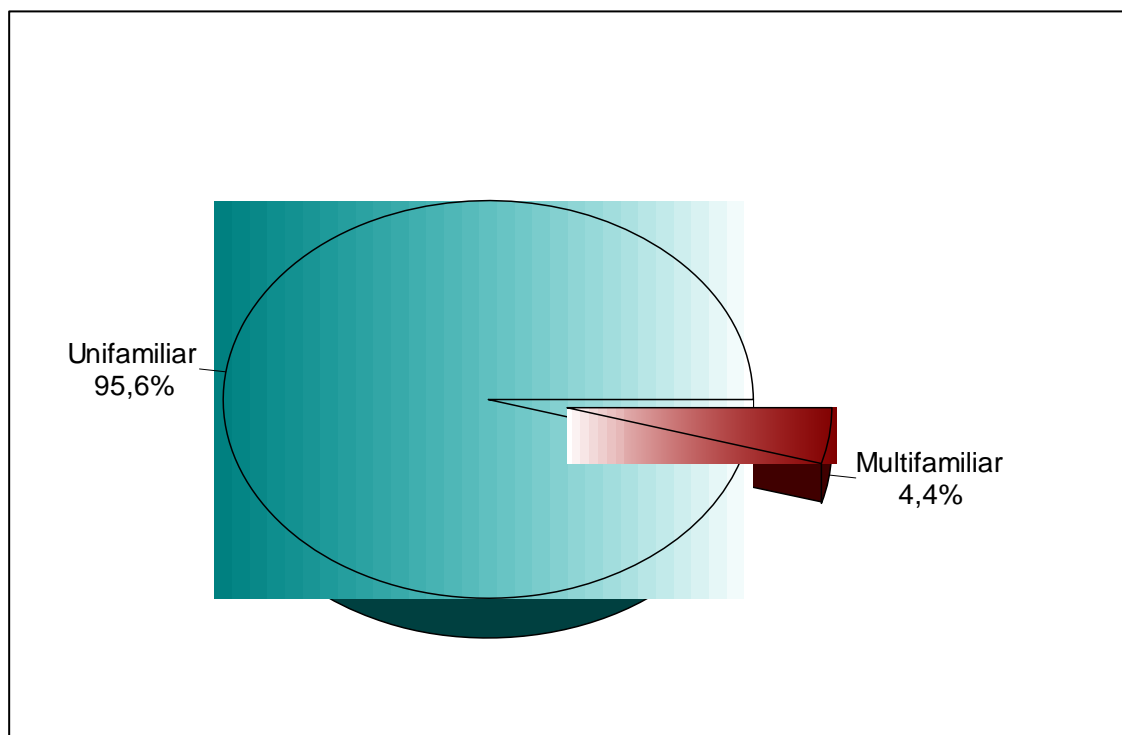


Gráfico 25 – Tipo de Uso - Comercial

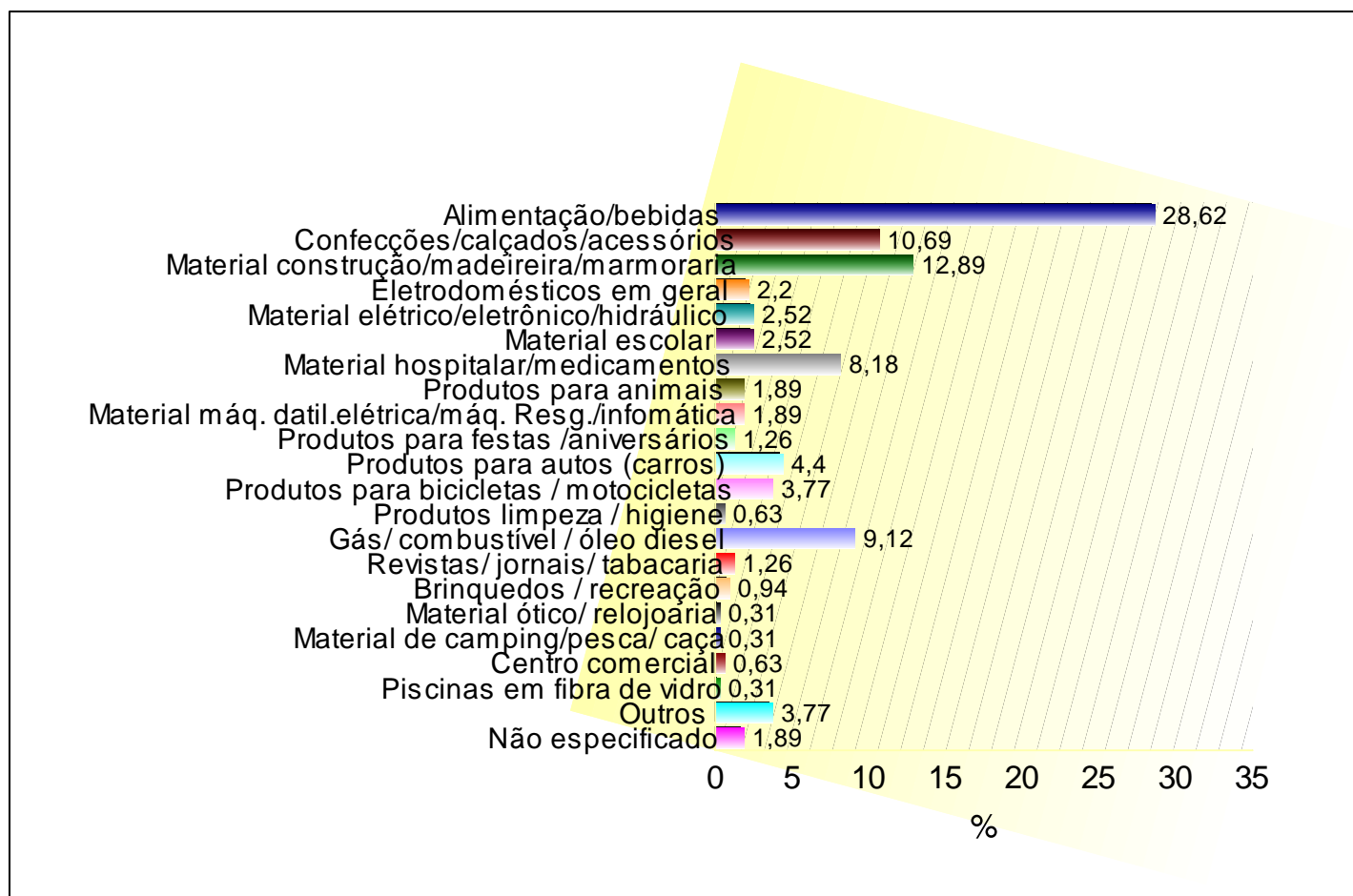


Gráfico 26 – Tipo de Uso – Serviço

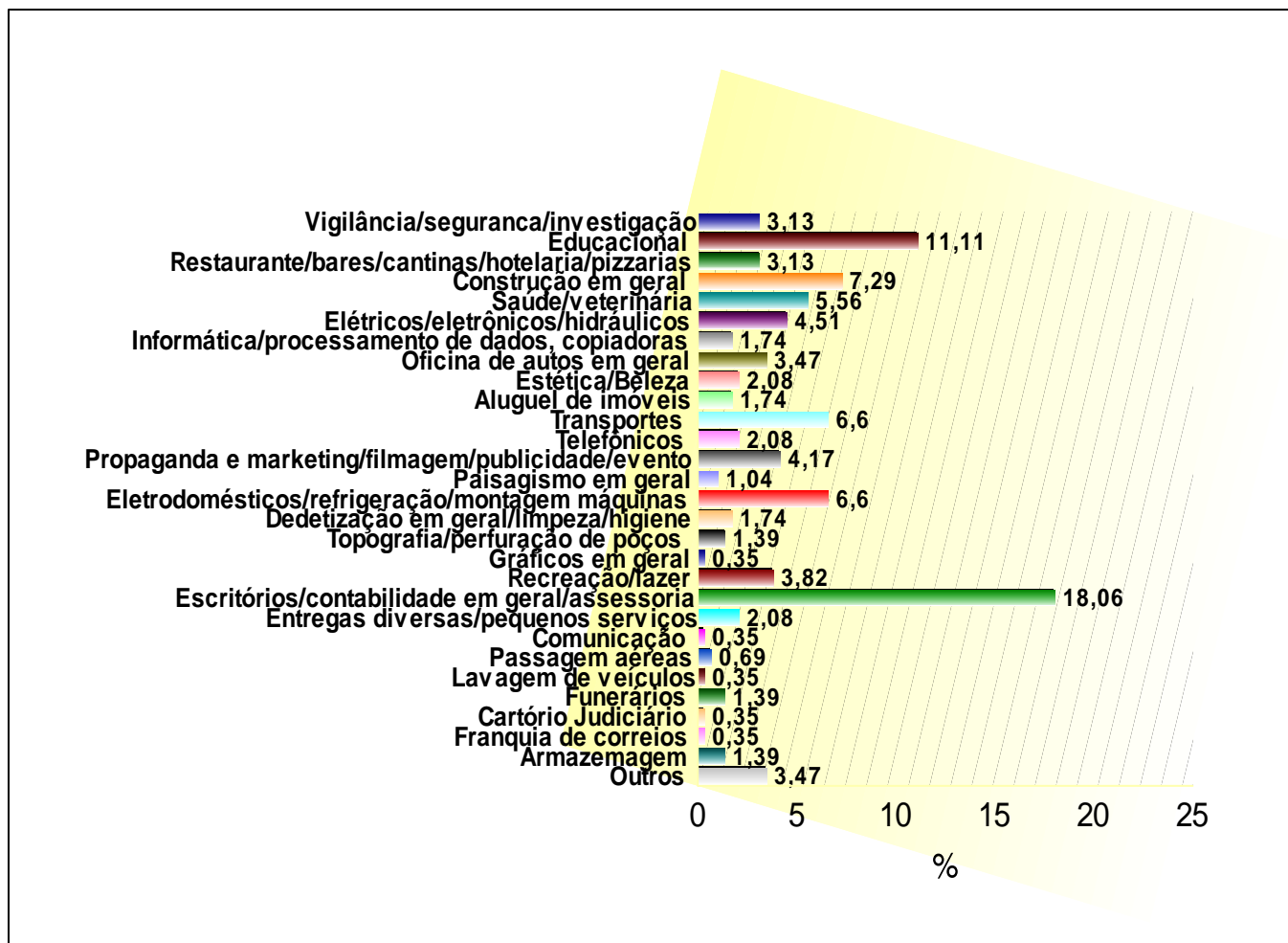


Gráfico 27 – Tipo de Uso - Industrial

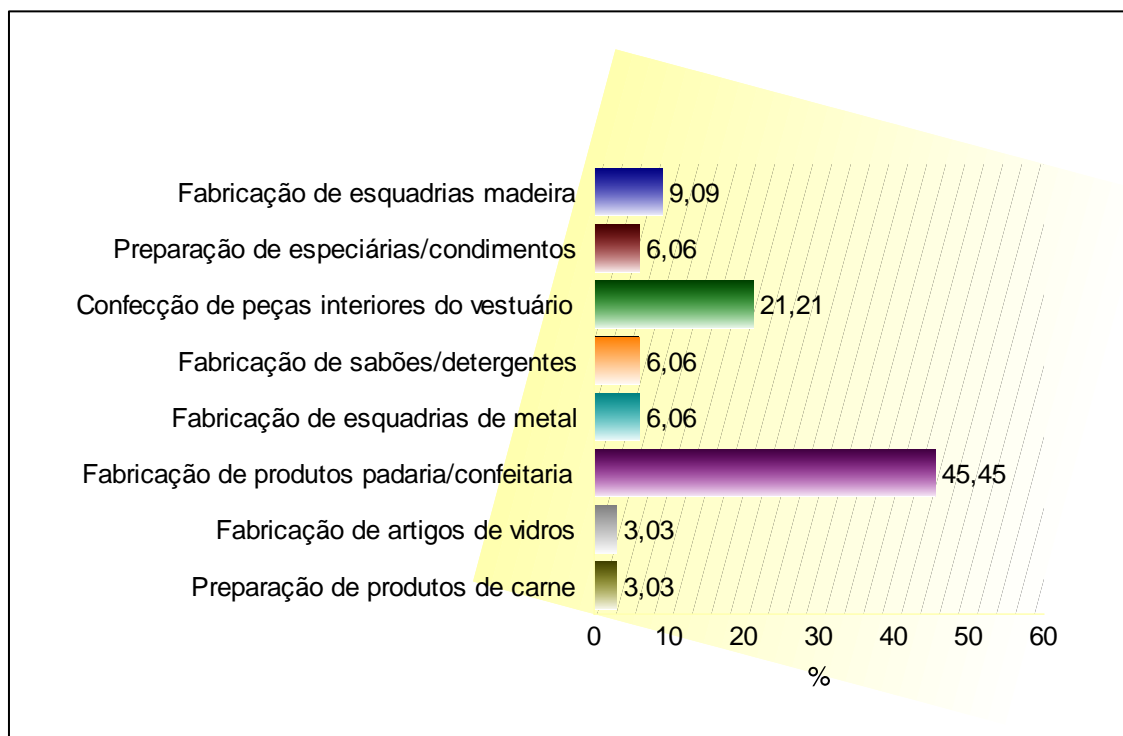


Gráfico 28 – Tipo de Uso - Institucional

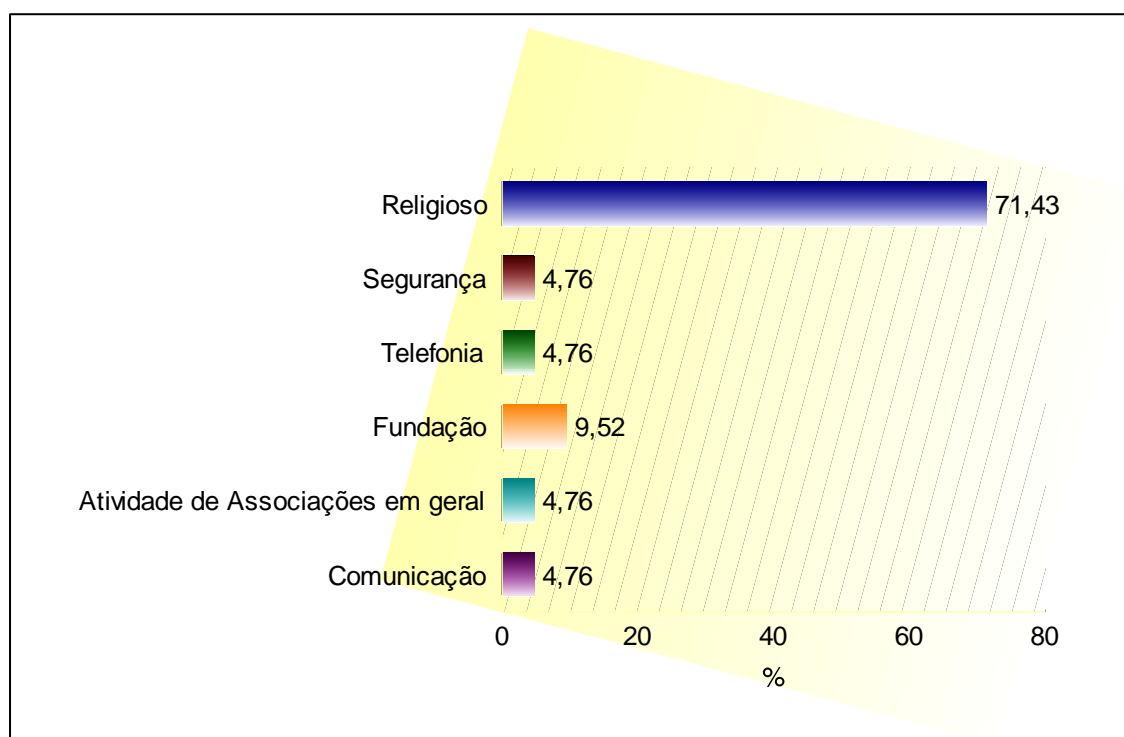


Gráfico 29 – Tipo de Uso - Misto

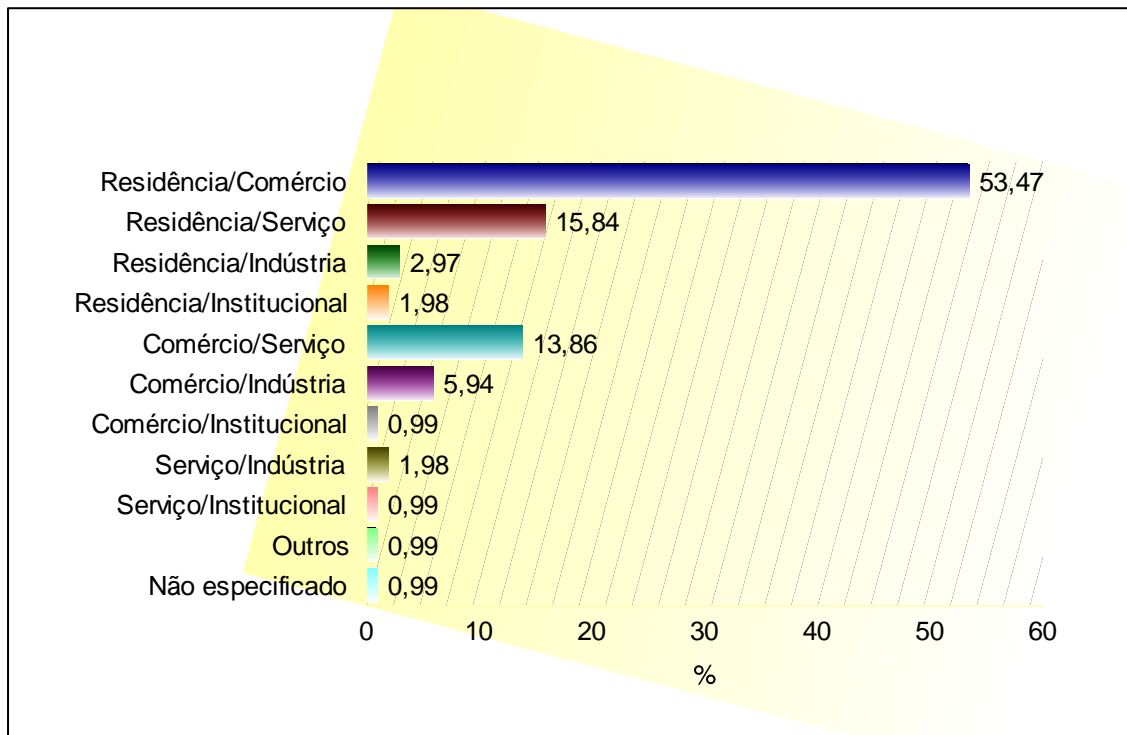


TABELA 15

EMPRESAS COMERCIAIS EM ATIVIDADE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN NO ANO 2000

| Região Administrativa Norte | | EMPRESAS COMERCIAIS | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|-----------|----------------------------------|------------|-----------------|------------|----------------------------|-------------|-----------------|------------|-------------------------------|-------------|-----------------|--|
| | | Surgidas antes da década de 1990 | | | | Surgidas na década de 1990 | | | | Total Geral na Região em 2000 | | | |
| | | Av. Dr. João Medeiros | | Total na Região | | Av. Dr. João Medeiros | | Total na Região | | Av. Dr. João Medeiros | | Total da Região | |
| Nº A. | % | Nº A. | % | Nº A. | % | Nº A. | % | Nº A. | % | Nº A. | % | | |
| Lagoa Azul* | - | - | 32 | 1,06 | - | - | 449 | 14,83 | - | - | 481 | 15,89 | |
| Pajuçara | 5 | 0,17 | 33 | 1,09 | 11 | 0,36 | 319 | 10,54 | 16 | 0,53 | 352 | 11,63 | |
| Potengi | 1 | 0,03 | 84 | 2,78 | 76 | 2,51 | 750 | 24,78 | 77 | 2,54 | 834 | 27,55 | |
| N. Sª Apresentação* | - | - | 59 | 1,95 | - | - | 710 | 23,46 | - | - | 769 | 25,40 | |
| Redinha | 1 | 0,03 | 5 | 0,17 | 25 | 0,83 | 61 | 2,02 | 26 | 0,86 | 66 | 2,18 | |
| Igapó | 4 | 0,13 | 33 | 1,09 | 12 | 0,40 | 487 | 16,09 | 16 | 0,53 | 520 | 17,18 | |
| Salinas* | - | - | 1 | 0,03 | - | - | 4 | 0,13 | - | - | 5 | 0,17 | |
| TOTAL | 11 | 0,36 | 247 | 8,16 | 124 | 4,10 | 2780 | 91,84 | 135 | 4,46 | 3027 | 100,00 | |

Fonte:SEBRAE/RN(SADE),2000.

*Bairros que não cruzam a Av. Dr. João Medeiros Filho.

TABELA 16

EMPRESAS PRESTADORAS DE DE SERVIÇOS EM ATIVIDADE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN NO ANO 2000

| Região Administrativa Norte | | E M P R E S A S P R E S T A D O R A S D E S E R V I Ç O S | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|-----------|---|------------|-----------------|------------|----------------------------|-------------|-----------------|------------|-------------------------------|-------------|-----------------|--|
| | | Surgidas antes da década de 1990 | | | | Surgidas na década de 1990 | | | | Total Geral na Região em 2000 | | | |
| | | Av. Dr. João Medeiros | | Total na região | | Av. Dr. João Medeiros | | Total na Região | | Av. Dr. João Medeiros | | Total na Região | |
| Nº A. | % | Nº A. | % | Nº A. | % | Nº A. | % | Nº A. | % | Nº A. | % | | |
| Lagoa Azul* | - | - | 1,44 | - | - | 431 | 17,74 | - | - | 466 | 19,18 | | |
| Pajuçara | 1 | 0,04 | 29 | 1,19 | 14 | 0,58 | 227 | 9,34 | 15 | 0,62 | 256 | | |
| Potengi | 7 | 0,29 | 83 | 3,42 | 67 | 2,76 | 680 | 27,98 | 74 | 3,05 | 763 | | |
| N. Sª Apresentação* | - | - | 40 | 1,65 | - | - | 481 | 19,79 | - | - | 521 | | |
| Redinha | 2 | 0,08 | 6 | 0,25 | 15 | 0,62 | 32 | 1,32 | 17 | 0,70 | 38 | | |
| Igapó | 1 | 0,04 | 34 | 1,40 | 15 | 0,62 | 351 | 14,44 | 16 | 0,66 | 385 | | |
| Salinas* | - | - | 1 | 0,04 | - | - | 0 | 0,00 | - | - | 1 | | |
| TOTAL | 11 | 0,45 | 228 | 9,38 | 111 | 4,57 | 2202 | 90,62 | 122 | 5,02 | 2430 | 100,00 | |

Fonte: SEBRAE/RN(SADE), 2000.

*Bairros que não cruzam a Av. Dr. João Medeiros Filho.

TABELA 17

EMPRESAS INDUSTRIAIS EM ATIVIDADE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN NO ANO 2000

| Região Administrativa Norte | | EMPRESAS INDUSTRIAIS | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|----------|----------------------------------|-----------|-----------------|----------|----------------------------|------------|-----------------|-----------|-------------------------------|------------|-----------------|-------|
| | | Surgidas antes da década de 1990 | | | | Surgidas na década de 1990 | | | | Total Geral na Região em 2000 | | | |
| | | Av. Dr. João Medeiros | | Total na Região | | Av. Dr. João Medeiros | | Total na Região | | Av. Dr. João Medeiros | | Total na Região | |
| Nº A. | % | Nº A. | % | Nº A. | % | Nº A. | % | Nº A. | % | Nº A. | % | | |
| Lagoa Azul* | — | — | 8 | 2,42 | — | — | 35 | 10,61 | — | — | — | 43 | 13,03 |
| Pajuçara | 0 | 0,00 | 6 | 1,82 | 2 | 0,61 | 43 | 13,03 | 2 | 0,61 | 49 | 14,85 | |
| Potengi | 1 | 0,30 | 18 | 5,45 | 4 | 1,21 | 63 | 19,09 | 5 | 1,52 | 81 | 24,55 | |
| N. Sª Apresentação* | — | — | 12 | 3,64 | — | — | 91 | 27,58 | — | — | 103 | 31,21 | |
| Redinha | 0 | 0,00 | 1 | 0,30 | 2 | 0,61 | 2 | 0,61 | 2 | 0,61 | 3 | 0,91 | |
| Igapó | 1 | 0,30 | 12 | 3,64 | 0 | 0,00 | 39 | 11,82 | 1 | 0,30 | 51 | 15,45 | |
| Salinas* | — | — | 0 | 0,00 | — | — | 0 | 0,00 | — | — | 0 | 0,00 | |
| TOTAL | 2 | 0,61 | 57 | 17,27 | 8 | 2,42 | 273 | 82,73 | 10 | 3,03 | 330 | 100,00 | |

Fonte: SEBRAE/RN(SADE), 2000.

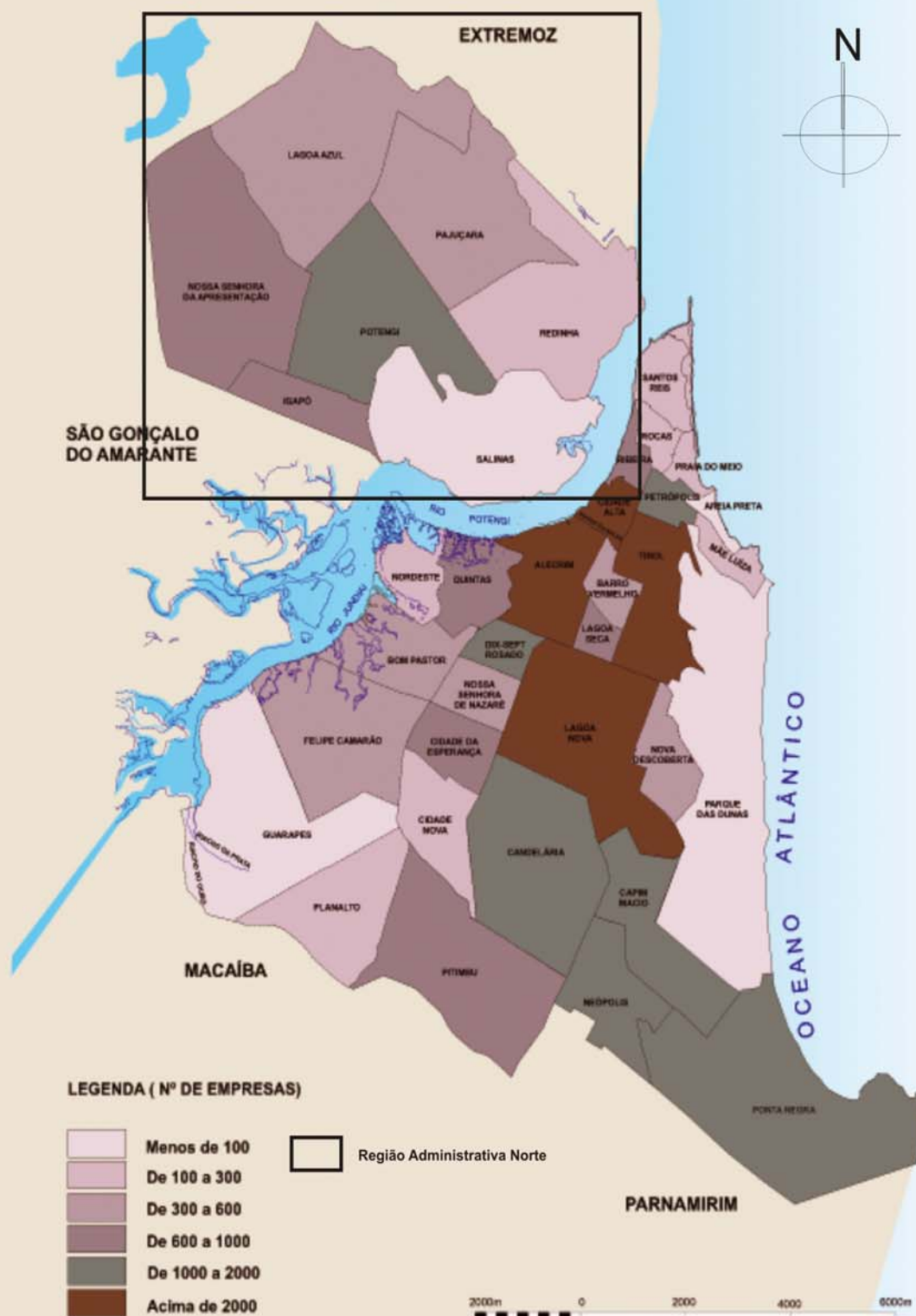
* Bairros que não cruzam a Av. Dr. João Medeiros Filho.

B A I R R O S

Figura 25: Mapa com distribuição geral das Empresas Comerciais, de Serviços e Industriais em atividade na R A Norte. SEBRAE/RN

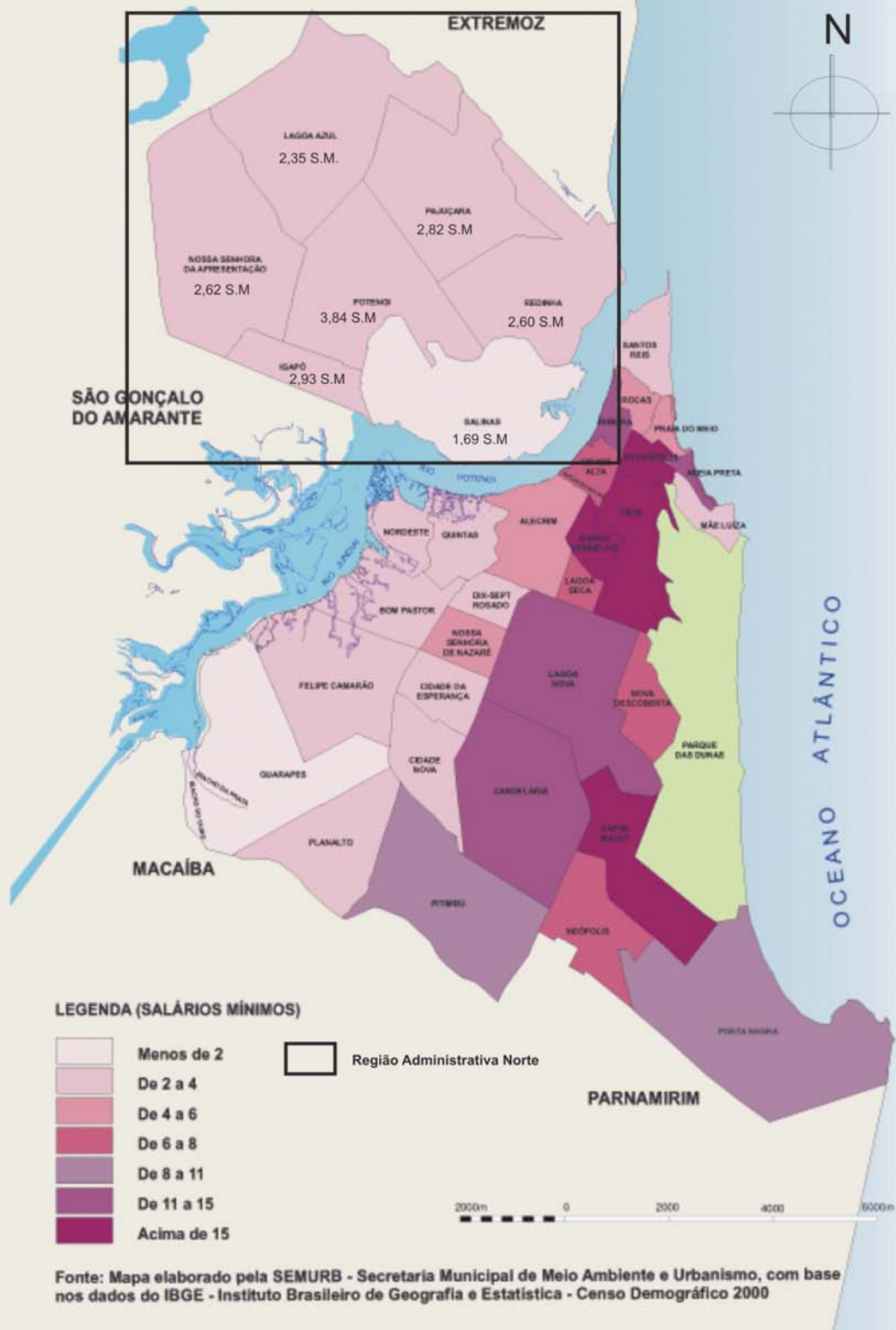
ANEXOS

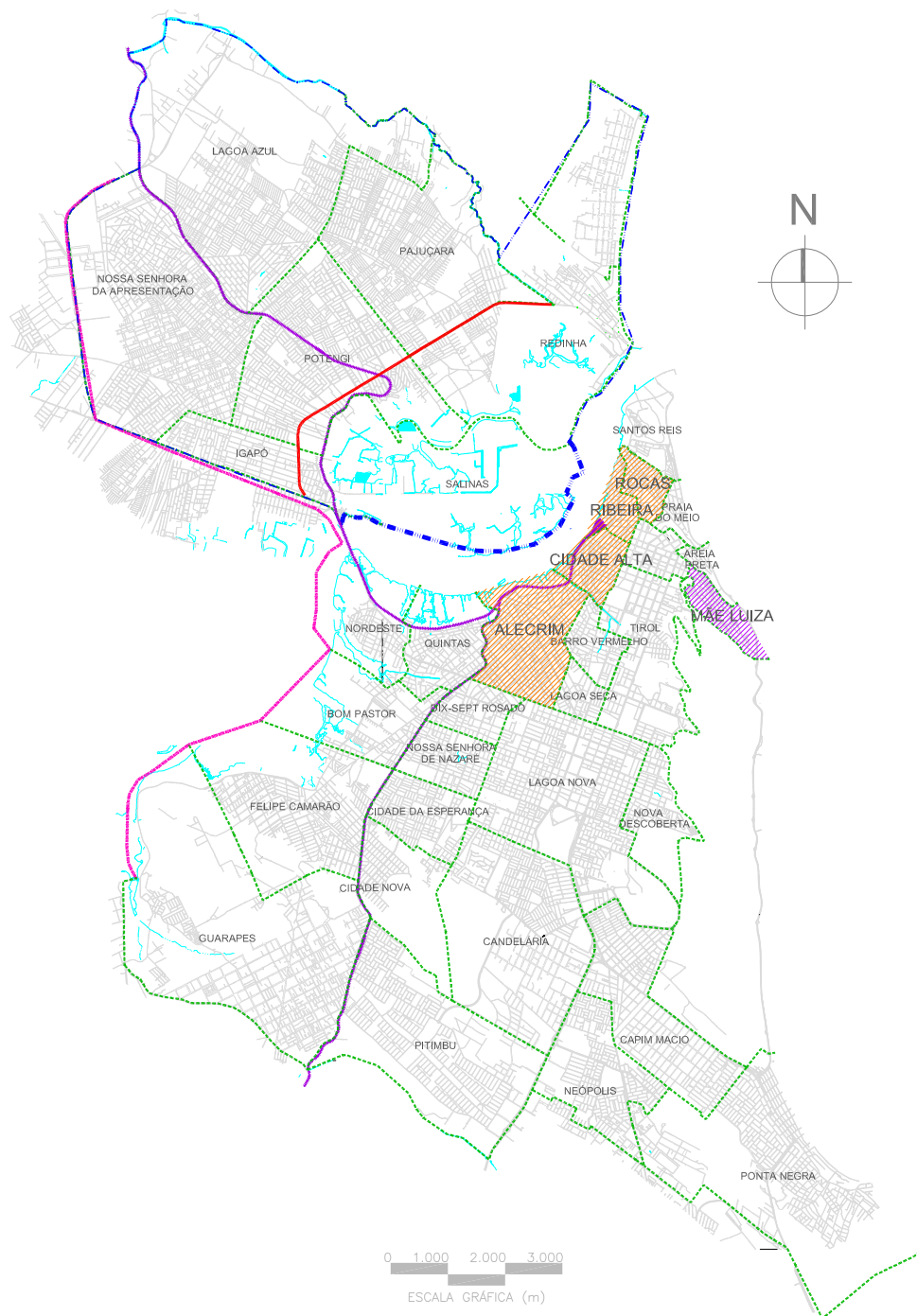
FIGURA 29: MAPA DO MUNICÍPIO DE NATAL
DESTAQUE REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE
ATIVIDADE EMPRESARIAL POR BAIRRO- TOTAL DE EMPRESAS



Fonte: Mapa elaborado pela SEMURB - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, com base nos dados da JUCERN - Junta Comercial do Rio Grande do Norte - 2006

FIGURA 30: MAPA DO MUNICÍPIO DE NATAL
DESTAQUE REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL POR BAIRRO





LEGENDA:

- AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO
- - - - - LIMITES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE
- LINHA FERREA
- - - - - LIMITE DE MUNICÍPIO
- - - - - LIMITE DE BAIRRO
- BAIRROS NO INÍCIO DA OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO
- INÍCIO DO PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO

MAPA DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN DESTAQUE DE BAIRROS NO INÍCIO DA OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO

ANO: 2000

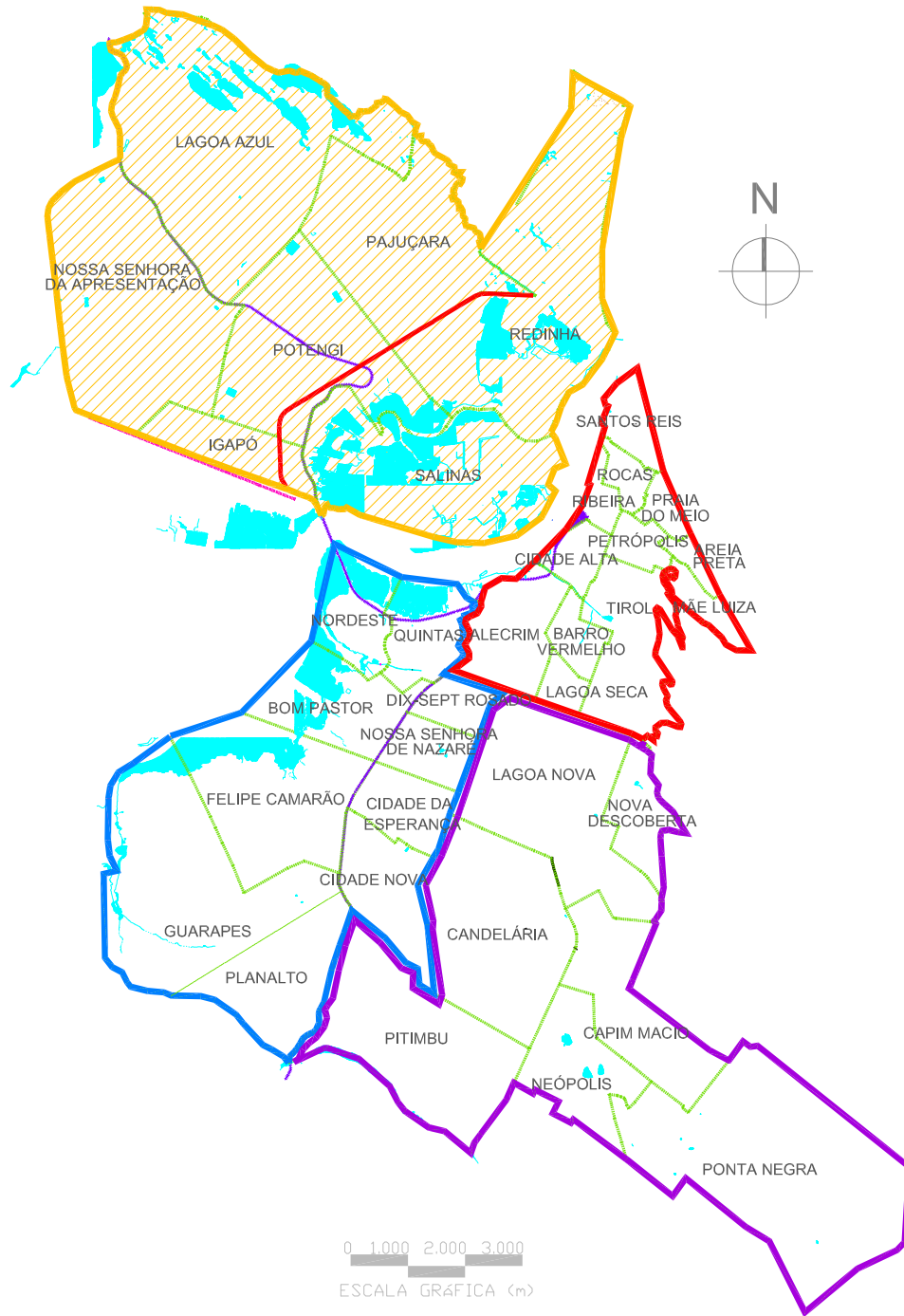
ESC. 1/125000

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DO MAPA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL.

O TERCIÁRIO (RE)DESENHADO A PERIFERIA
A REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN, NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX, SERVICIALIZADA NA AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO.

FIG.

02



LEGENDA:

- AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO
- LIMITE DA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE
- LIMITE DA REGIÃO ADMINISTRATIVA SUL
- LIMITE DA REGIÃO ADMINISTRATIVA LESTE
- LIMITE DA REGIÃO ADMINISTRATIVA OESTE
- LINHA FERREA
- LIMITE DE MUNICÍPIO
- LIMITE DE BAIRRO
- REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE

MAPA DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN
DIVISÃO DE BAIRROS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA

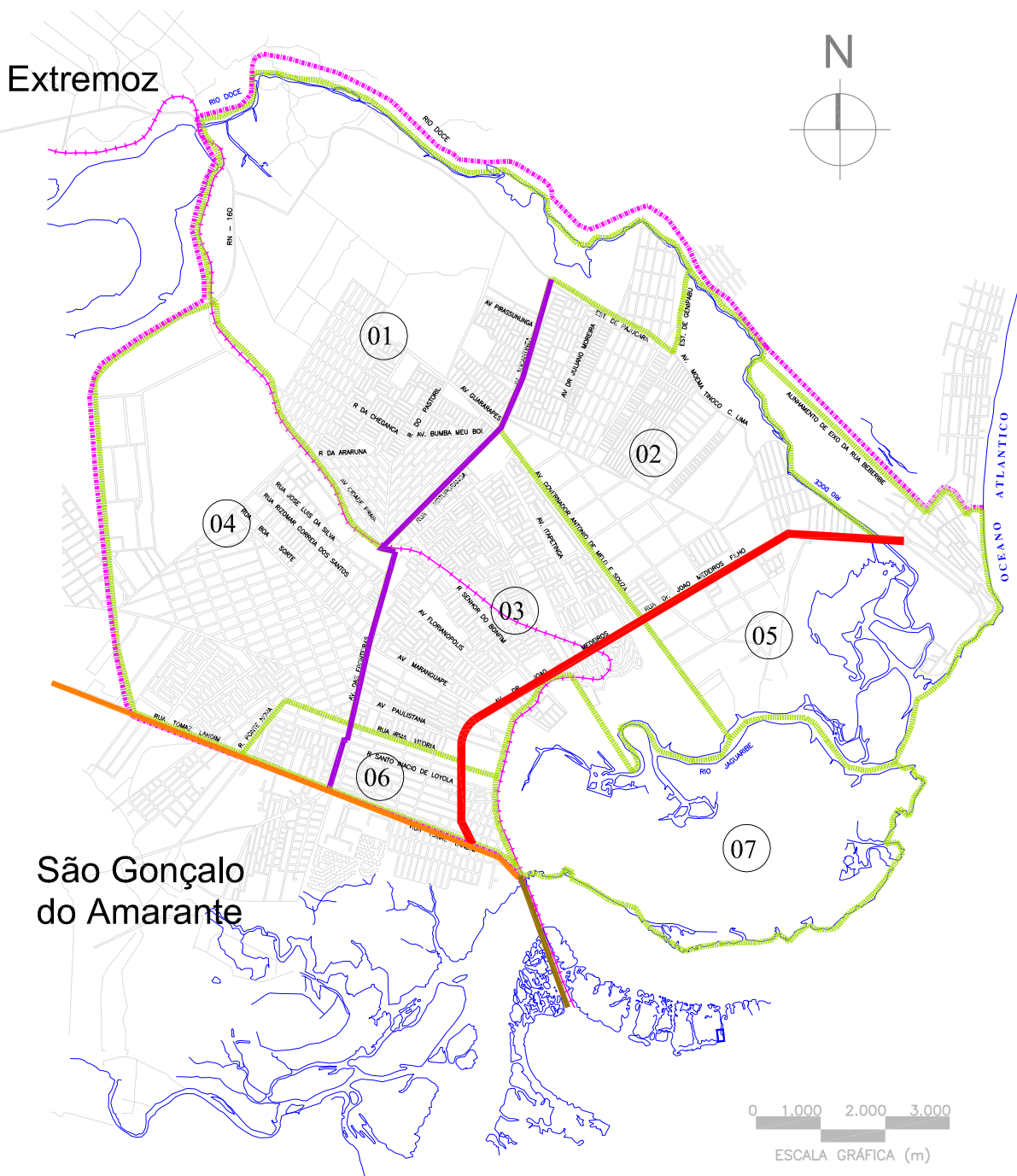
ANO: 2000

ESC. 1/125000

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DO MAPA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL.

O TERCIÁRIO (RE)DESENHADO A PERIFERIA
A REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN. NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX. SERVICIALIZADA NA AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO.

FIG. 03



LEGENDA:

- LIMITE DE MUNICIPIO
- DIVISÃO DE BAIRROS:
- 01 LAGOA AZUL
- 02 PAJUCARA
- 03 POTENGI
- 04 N.S. APRESENTAÇÃO
- 05 REDINHA
- 06 IGAPO
- 07 SALINAS
- AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO
- AV. DAS FRONTEIRAS
- RUA BEL. TOMÁZ LANDIM
- PONTE DE IGAPO
- ++++ LINHA FERREA

MAPA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN
DIVISÃO DE BAIRROS E VIAS PRINCIPAIS

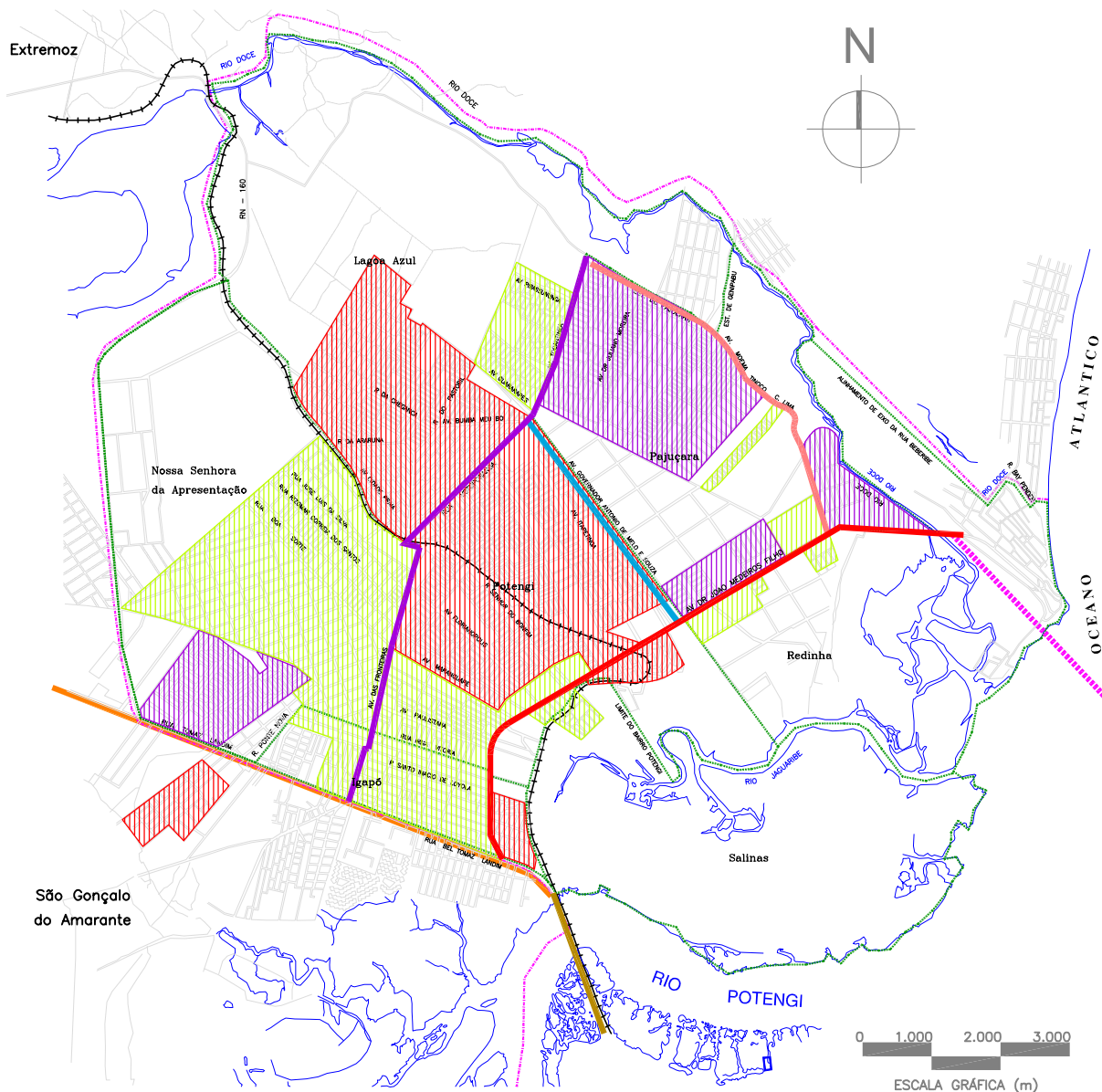
ANO: 2000

ESC. 1/70000

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DO MAPA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL.

O TERCIÁRIO (RE)DESENHADO A PERIFERIA
A REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN, NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX, SERVICIALIZADA NA AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO.

FIG. 04



LEGENDA:

- AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO
- RUA BEL. TOMÁZ LANDIM
- AVENIDA DAS FRENTEIRAS
- AV. GOVERNADOR ANTÔNIO DE MELO E SOUSA
- AV. MOEMA TINOCO C. LIMA
- PONTE DE IGAPÓ
- - - - - PONTE DE TODOS NEWTON NAVARRO
- - - - - LIMITE DE MUNICÍPIO
- - - - - LIMITE DE BAIRRO
- - - - - LINHA FERREA
- ▨ CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS ATÉ 1988
- ▨ CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS ENTRE 1988 E 1994
- ▨ CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS ENTRE 1995 E 2000

MAPA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉC. XX
CONJUNTOS HABITACIONAIS E EIXOS VIÁRIOS

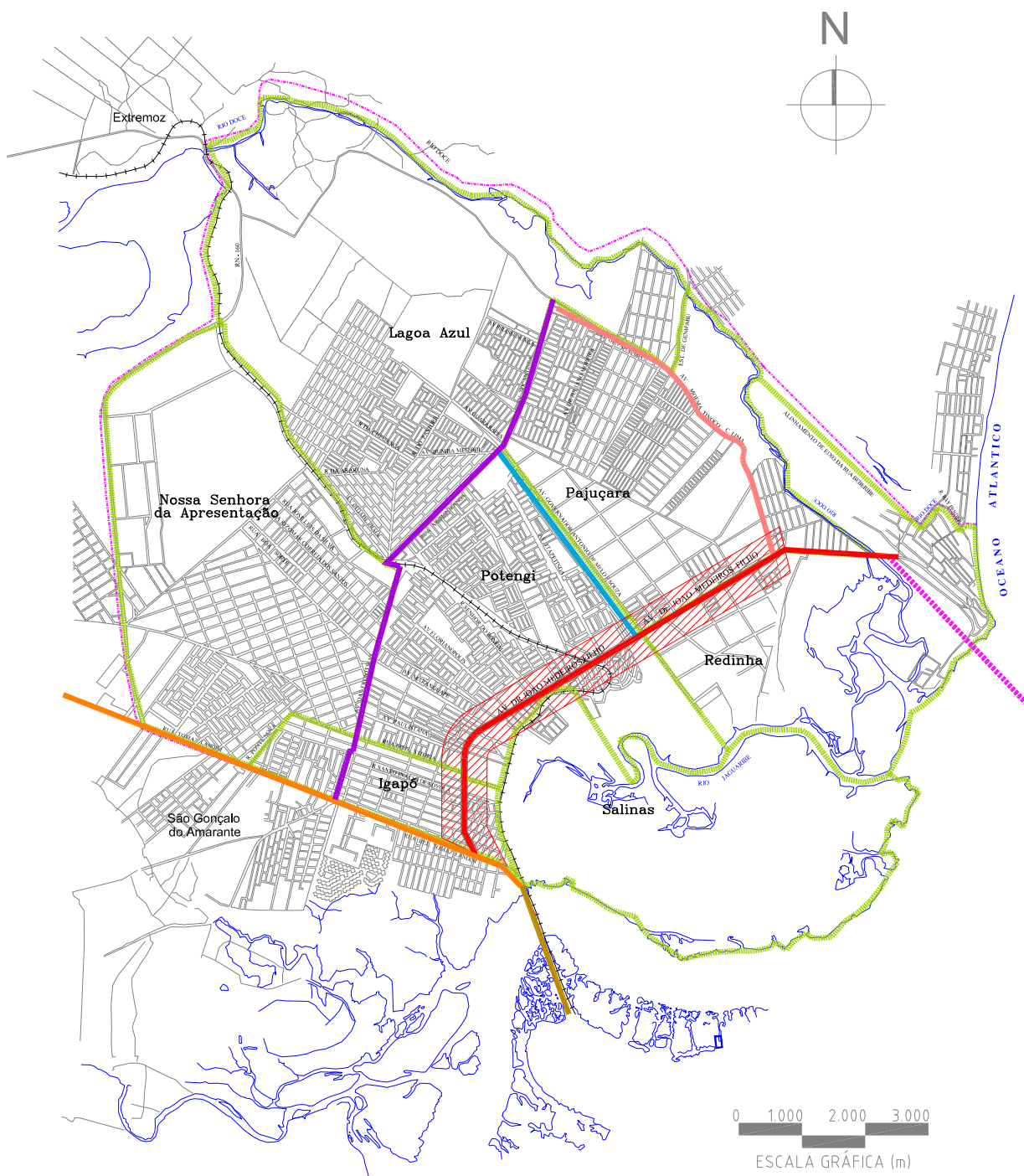
ANO: 2000

ESC. 1/70000











FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DO MAPA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. (DIAGRAMAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS ATÉ 1994: RUTH ATAÍDE)

O TERCIÁRIO (RE)DESENHADO A PERIFERIA
A REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN. NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX. SERVICIALIZADA NA AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO.

FIG. 15



LEGENDA:

-  DIVISÃO DE BAIRROS:
-  AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO
-  RUA BEL. TOMÁZ LANDIM
-  AV. DAS FRONTEIRAS
-  AV. GOVERNADOR ANTÔNIO DE MELO E SOUSA
-  AV. MOEMA TINOCO C. LIMA
-  PONTE DE IGAPÓ
-  PONTE DE TODOS NEWTON NAVARRO
-  LINHA FERREA
-  ÁREA DE ESTUDO

MAPA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA
NORTE DE NATAL/RN
DESTAQUE DA ÁREA DE ESTUDO

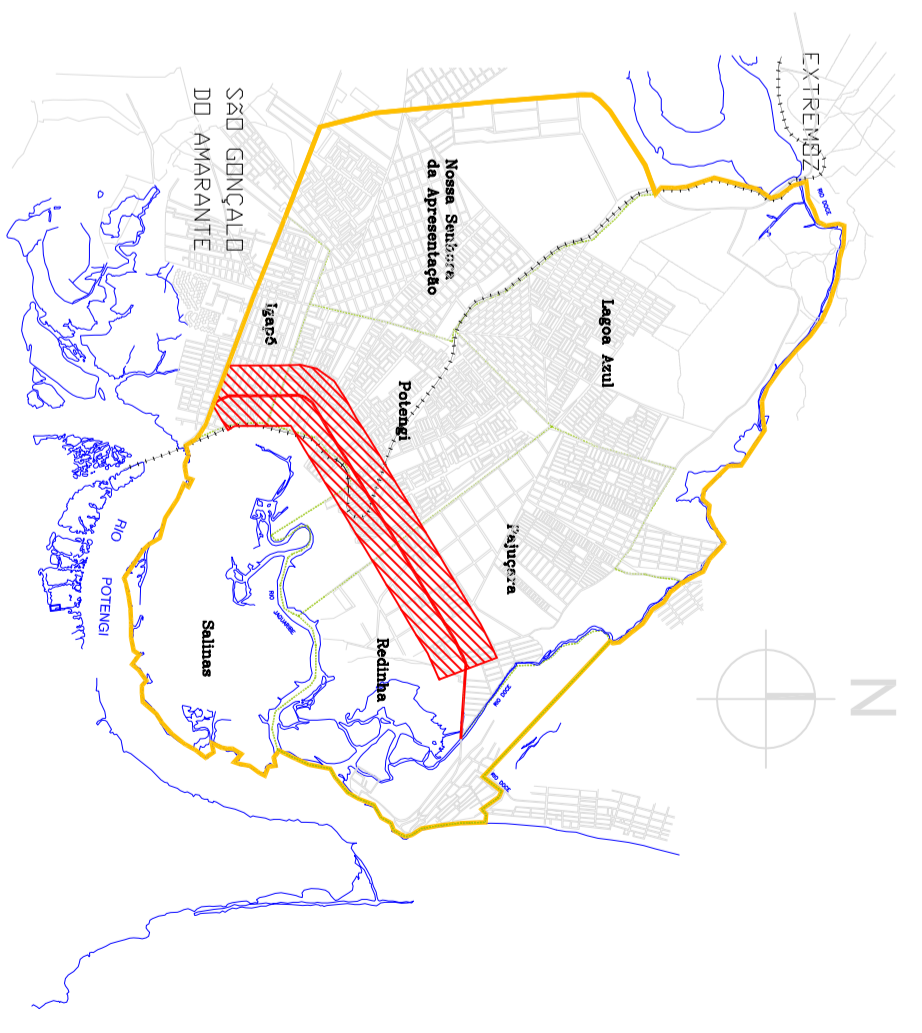
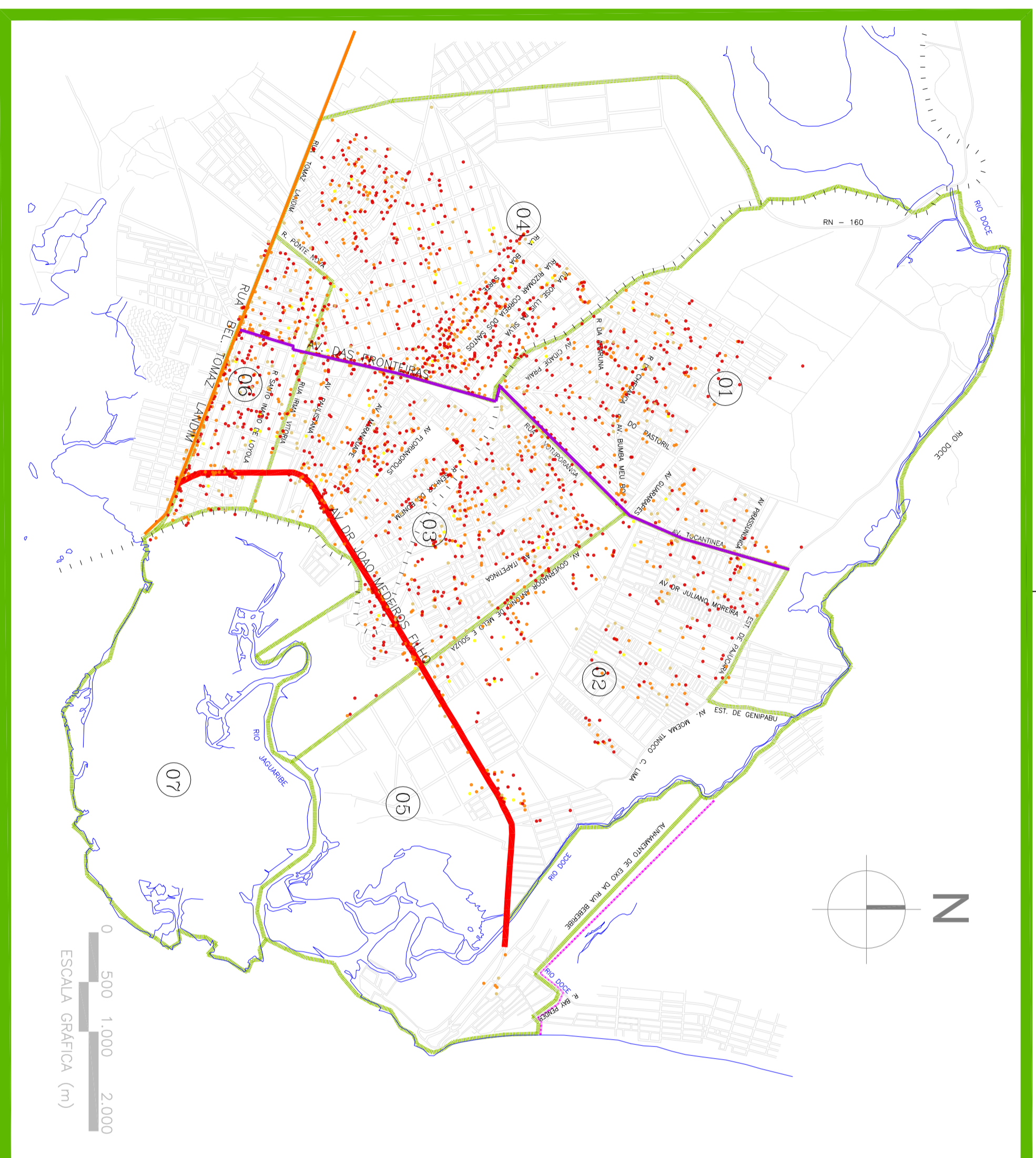
ANO: 2000

ESC. 1/70000

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DO MAPA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL.

O TERCIÁRIO (RE)DESENHADO A PERIFERIA
A REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN, NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX, SERVICIALIZADA NA AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO.

FIG. 20



- LEGENDA**
- 01 - Lagoa Azul
 - 02 - Piquiza
 - 03 - Potengi
 - 04 - N. Sta. da Apresentação
 - 05 - Redidê
 - 06 - Iqipe
 - 07 - Sítios
- COMÉRCIO - GERAL
 - SERVIÇO - GERAL
 - INDÚSTRIA - GERAL
 - SERVIÇO - DEC. 30
 - COMÉRCIO - DEC. 30
 - SERVIÇO - DEC. 30
 - INDÚSTRIA - DEC. 30
- Av. Dr. João Medeiros Filho
 - Rua Bel. Tomaz Landim
 - Av. das Fronteiras
 - Ponto de ônibus
 - Linha Férrea

MAPA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN
ESPAÇIALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA
CADASTRO EMPRESARIAL - SERVAE/RN

ANO: 2000 ESC: 1/40000

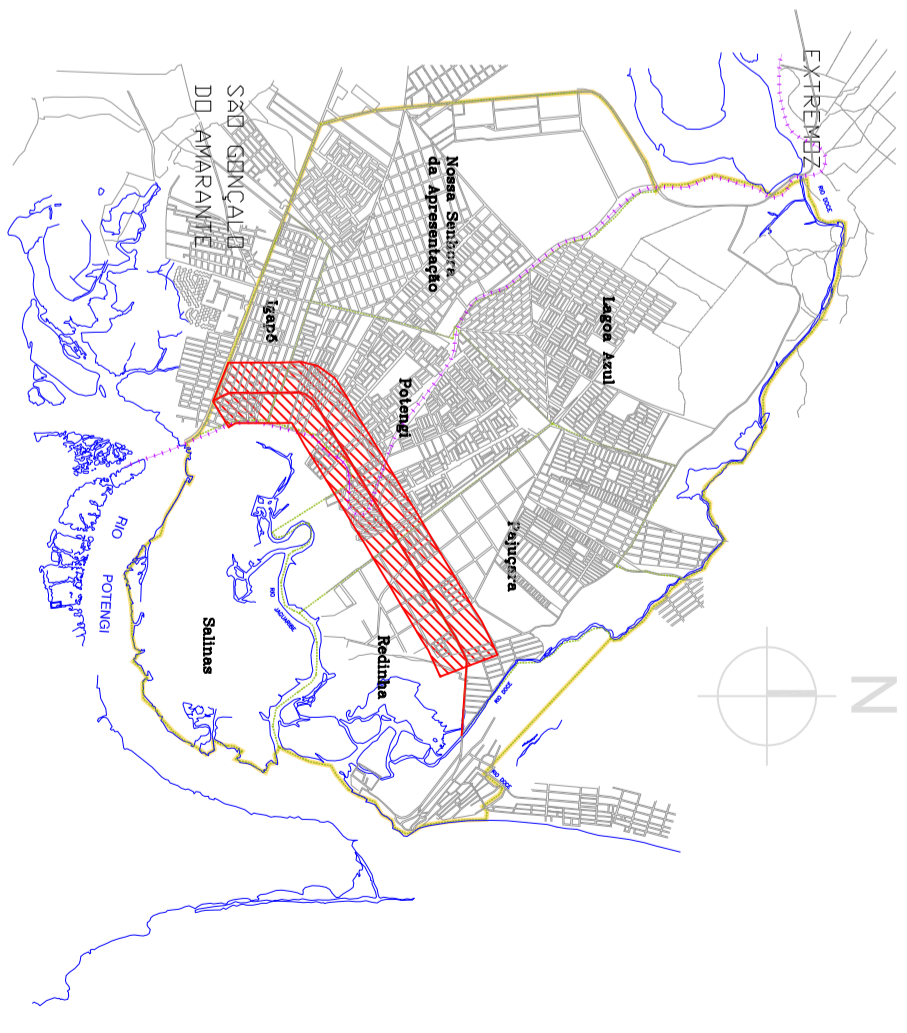
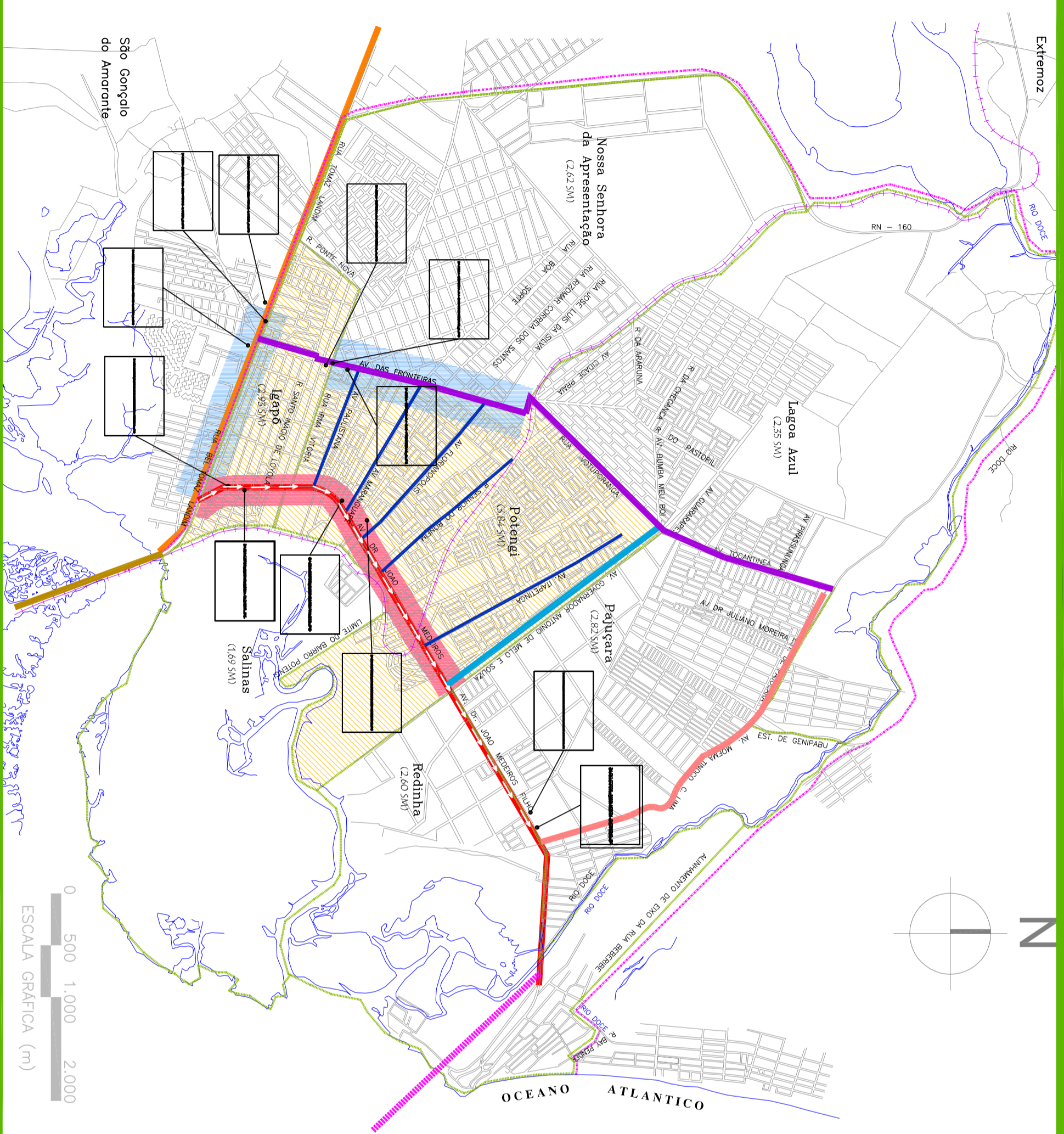
FONTE: ELABORAÇÃO DO SERVAE/RN COM INCLUSÃO DOS PRINCIPAIS EIXOS VIÁRIOS E LEGENDA PELA AUTORA.

Região Administrativa Norte
 Área de Trabalho:
AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO
 Escala: 1/400000

- Legenda:**
- Av. Dr. João Medeiros Filho
 - Limite do Região Adm. Norte
 - Limite de bairros
 - Linha Férrea
 - ▨ Área de estudo (Av. Dr. João Medeiros Filho existente até 2000)

O TERCIÁRIO (RE)DESENHANDO A PERIFERIA

A REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN. NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX. SERVICIALIZADA NA AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO.



Região Administrativa Norte
 Área de Trabalho:
 AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO
 Escala: 1/400000

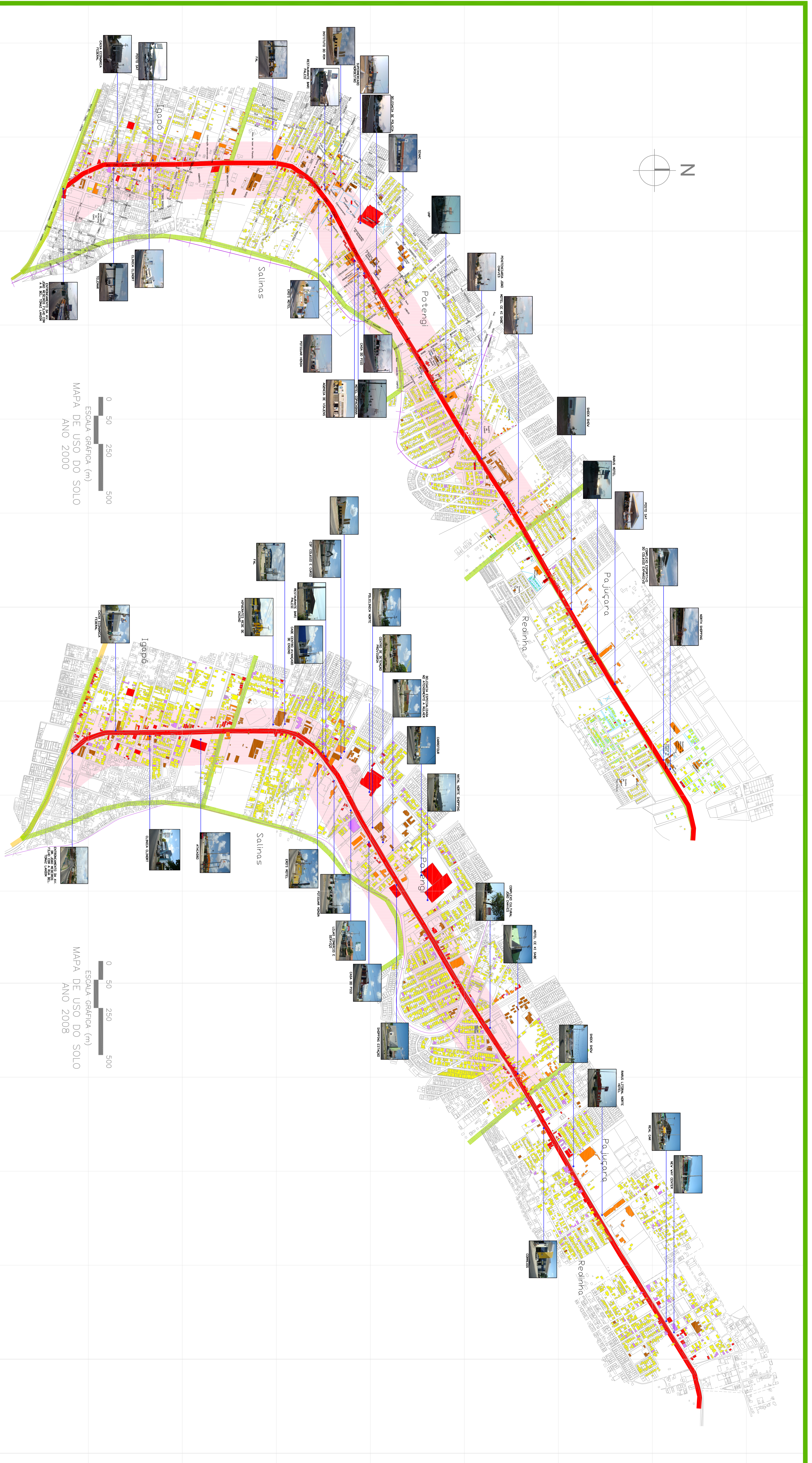
Legenda:
 Av. Dr. João Medeiros Filho
 Limite da Região Adm. Norte
 Linha de bairros
 Linha Férreo
 Área de estudo (Av. Dr. João Medeiros Filho existente até 2000)

- AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO
- RUA BEL. TRONIZ LAURENI
- AVENIDA PAD. FLORESTAN
- AV. ANTONIO TEÓFILO C. SILVA
- RUA NUNES VIEIRA
- RUA JOÃO VILHOTE
- RUA SARAIVA
- RUA CARLOS JOSÉ
- RUA BARROSA
- RUA MARIANA
- RUA CANTINO
- RUA SARAIVA
- RUA SARAIVA
- RUA SARAIVA
- RUA SARAIVA
- RUA SARAIVA

MAPA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL
 INFORMAÇÕES GERAIS

| | |
|------------------|--------------|
| ANO: 2000 | ESC: 1/40000 |
| FONTE: SERRA/RN. | |

O TERCIÁRIO (RE)DESENHANDO A PERIFERIA A REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN. NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX. SERVICIALIZADA NA AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO.

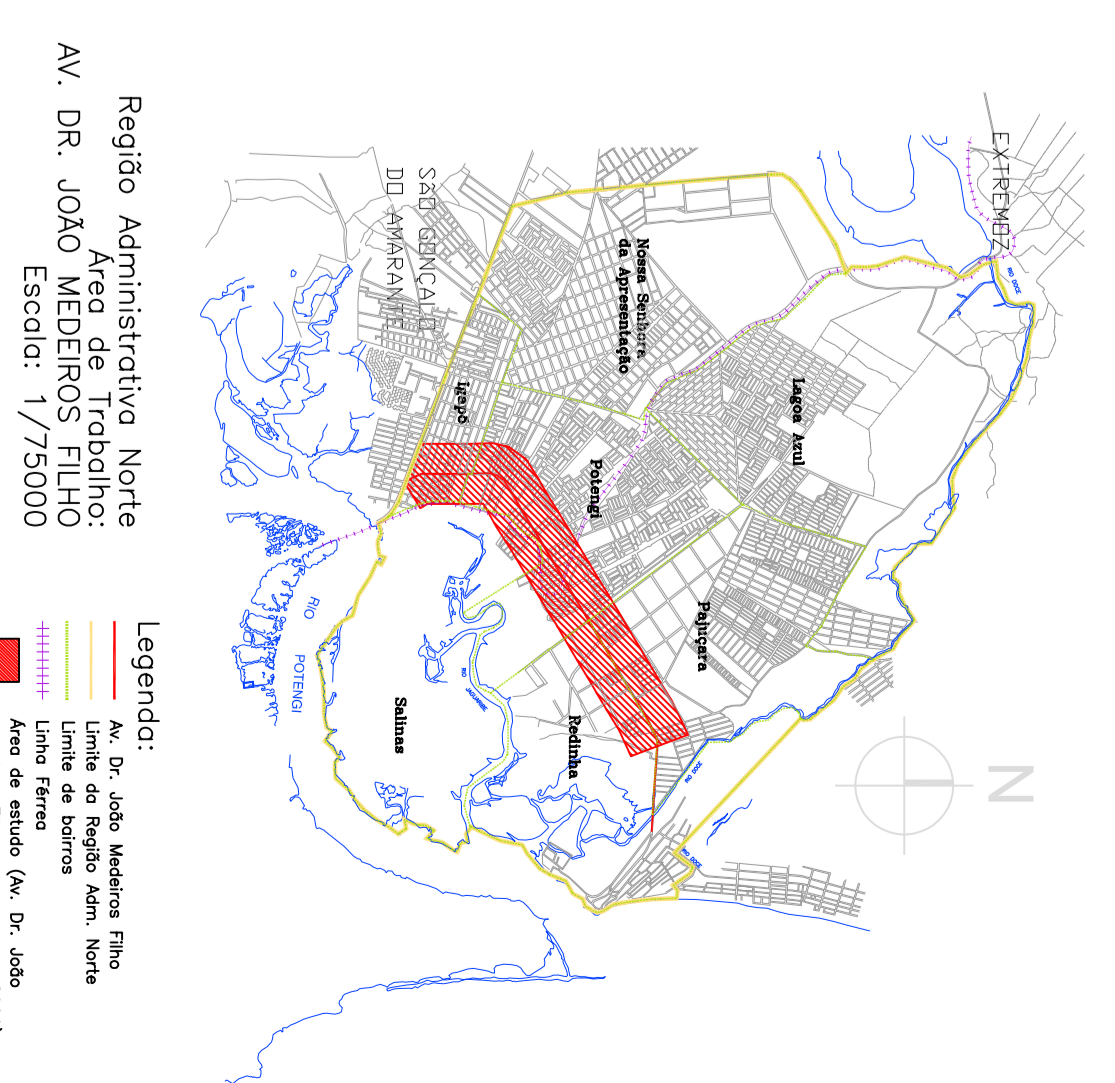


ESCALA GRÁFICA (m)
0 50 250 500
MAPA DE USO DO SOLO
ANO 2000

ESCALA GRÁFICA (m)
0 50 250 500
MAPA DE USO DO SOLO
ANO 2008

- Legenda:**
- Imediato
 - Comercial
 - Uso e conservação ambiental
 - Uso de lazer
 - Industrial
 - Urbano
- Av. Dr. João Medeiros Filho
Linha de Regulação Administrativa Urbanística
Linha de Serviço
Linha de Transporte
Condomínios Residenciais
Av. Dr. João Medeiros Filho

MAPA DA AVENIDA DR. JOÃO MEDEIROS FILHO
USO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
ANO 2000
1:50.000
1997/1998
CONSTITUENTE DO INSTITUTO DE REESTRUTURA URBANA DE NATAL



Região Administrativa Norte
Av. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO
Escala: 1/75000

- Legenda:**
- Av. Dr. João Medeiros Filho
 - Linha de Regulação Administrativa Urbanística
 - Linha de Serviço
 - Linha de Transporte
 - Reserva (em anexo de 2009)

O TERCIÁRIO (RE)DESENHANDO A PERIFERIA

A REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE DE NATAL/RN, NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX, SERVICIALIZADA NA AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)